UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Larissa Helena Pereira de Oliveira

Ecos do jornal A Sirene: comunicação comunitária, memória e resistência dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão

Dissertação de mestrado

Bauru
2026

Larissa Helena Pereira de Oliveira

Ecos do jornal A Sirene: comunicação comunitária, memória e resistência dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), como requisito para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Linha de pesquisa: LP2 – Produção de Sentido na Comunicação Midiática.

Orientador: Prof. Assoc. Denis Porto Renó.

Bauru
2026

Oliveira, Larissa Helena Pereira de.
Ecos do jornal A Sirene: comunicação comunitária, memória e resistência dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão / Larissa Helena Pereira de Oliveira. – Bauru, 2026.

124 f. : il.

Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru
Orientador: Denis Porto Renó.

1. Jornalismo. 2. Comunicação comunitária. 3. Memória coletiva. 4. Resistência. 5. Desastre socioambiental. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa contribui para o campo científico da Comunicação ao investigar o papel do jornalismo comunitário na construção da memória coletiva e na luta por reconhecimento e justiça simbólica em contextos de desastres socioambientais. Ao analisar a trajetória do jornal *A Sirene*, produzido pelos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), o estudo amplia as discussões sobre direito à comunicação, representação, resistência e participação social. Seu potencial social e cultural está na valorização das narrativas e experiências das comunidades atingidas, reconhecendo a comunicação como espaço de preservação da memória, fortalecimento de vínculos e reivindicação de direitos. A pesquisa também pode contribuir para práticas jornalísticas e iniciativas de comunicação em outros territórios afetados por desastres, além de oferecer subsídios para reflexões sobre reparação, desenvolvimento sustentável e justiça socioambiental em âmbito local, regional, nacional e internacional.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research contributes to the scientific field of Communication by investigating the role of community journalism in the construction of collective memory and in the struggle for recognition and symbolic justice in the context of socio-environmental disasters. By analyzing the trajectory of the newspaper *A Sirene*, produced by those affected by the Fundão dam collapse in Mariana, Minas Gerais, Brazil, the study expands discussions on the right to communication, representation, resistance, and social participation. Its social and cultural potential lies in valuing the narratives and experiences of affected communities, recognizing communication as a space for preserving memory, strengthening community ties, and claiming rights. The research may also contribute to journalistic practices and communication initiatives in other territories affected by disasters, while providing insights for discussions on reparation, sustainable development, and socio-environmental justice at local, regional, national, and international levels.

LARISSA HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA

Ecos do jornal A Sirene: comunicação comunitária, memória e resistência dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Área de Concentração: Linha de pesquisa: LP2 – Produção de Sentido na Comunicação Midiática.

Data da defesa: 29/09/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Denis Porto Renó.
UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Campus de Bauru

Prof. Dr. Maria Cristina Gobbi
UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Prof. Dr. Karina Gomes Barbosa da Silva
UFOP - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LARISSA HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 de setembro de 2026, às 10h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LARISSA HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA, intitulada "Ecos do jornal A Sirene: comunicação comunitária, memória e resistência dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão ". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado DENIS PORTO RENÓ (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Jornalismo / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Jornalismo / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Associado KARINA GOMES BARBOSA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) DEJOR / Universidade Federal de Ouro Preto, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado DENIS PORTO RENÓ

Dedico essa dissertação a todas as pessoas atingidas por barragens, que carregam no corpo e na memória os lugares que lhes foram arrancados. Há rios, casas, quintais, festas, vocabulários, afetos, comidas, vizinhanças e modos de viver que não cabem em nenhuma reparação. Que nunca lhes seja negado o direito de lembrar, de contar e de continuar pertencendo.

AGRADECIMENTOS

Há caminhos que começam muito antes de sabermos aonde eles vão nos levar. Quando penso na chegada até estas páginas, é impossível encontrar um único ponto de partida. Esta dissertação começou antes do mestrado, antes do projeto de pesquisa e, talvez, antes mesmo que eu pudesse imaginar que um dia voltaria a algumas dessas histórias com os olhos de pesquisadora. Ela nasceu dos encontros, das fotografias, das palavras e dos silêncios que me acompanharam ao longo dos últimos dez anos. Por isso, chegar ao fim deste trabalho é também olhar para trás e reconhecer todas as pessoas que fizeram parte do caminho.

Agradeço, antes de tudo, às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, que abriram suas casas, suas histórias, suas lembranças, suas dores e seus afetos tantas vezes. Algumas delas conheci ainda muito jovem, quando segurava uma câmera e tentava compreender a dimensão de tudo aquilo que acontecia diante de mim. Anos depois, foram essas mesmas histórias que me fizeram voltar. Esta pesquisa só existe porque houve quem escolhesse contar, lembrar, registrar, insistir e não deixar que o tempo apagasse aquilo que não pode ser esquecido. Espero ter sido cuidadosa com cada história que chegou até mim.

Ao jornal A Sirene, que ocupa um lugar impossível de separar da minha trajetória. Foi ali que aprendi que comunicação também pode ser encontro, escuta, pertencimento e resistência. Voltar às suas páginas tantos anos depois foi, de alguma maneira, voltar também a uma parte de mim. Rever fotografias, textos, rostos e lugares significou reencontrar a jovem jornalista que eu era e perceber o quanto daquela experiência permaneceu comigo. Se hoje esta dissertação existe, é porque o jornal A Sirene me ensinou, muito antes da universidade me pedir uma pergunta de pesquisa, que existem histórias que precisam continuar sendo contadas passe o tempo que for.

Um agradecimento especial às pessoas atingidas que, há dez anos, me permitem ocupar um lugar que vai muito além daquele de jornalista ou pesquisadora: Mônica dos Santos, Maria do Carmo, Luzia Queiroz, Marcos Muniz e Marlene Agostinha Reis. Ao longo desses anos, fui jornalista, fotógrafa, pesquisadora, mas também me tornei amiga, parceira e, em muitos momentos, quase família. Obrigada pela confiança, pelo carinho, pelas portas sempre abertas e por continuarem compartilhando comigo suas histórias, suas lutas, suas alegrias e suas saudades. Ser jornalista e pesquisadora ao lado de vocês mudou tudo, inclusive a pessoa que sou hoje.

Aos companheiros de pesquisa e de luta que encontrei ao longo desses dez anos de A Sirene e que seguiram comigo, sendo também apoio fundamental no fazer desta pesquisa: Ananda Martins Carvalho, Ana Elisa Novais, Silmara Figueiras, Elodia Lebourg, Flora Passos, Wandeir Campos e André Carvalho. Obrigada pelas trocas, pela disponibilidade, pelo conhecimento compartilhado e, principalmente, por seguirem presentes depois de tantos anos.

Ao meu orientador, Denis Porto Renó, agradeço por ter acolhido esta pesquisa e, principalmente, por ter confiado em mim para conduzi-la. Obrigada pela orientação, pelas provocações e pela liberdade para encontrar meu próprio caminho dentro deste trabalho. Há algo muito valioso em poder pesquisar aquilo que nos atravessa sem precisar deixar do lado de fora aquilo que somos.

Aos amigos que o mestrado me deu, Eduarda, Marcos e Gustavo, obrigada por dividirem comigo essa caminhada. Pelas conversas, pelas trocas, pelas dúvidas compartilhadas, pelas angústias com os prazos e por todos os momentos em que lembrar que não estávamos sozinhos fez diferença. Que sorte a minha ter encontrado vocês nesse percurso. Eterno G6!

À Universidade Estadual Paulista e a todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória no mestrado, agradeço pelo espaço de aprendizado e pelos encontros que ampliaram minha maneira de olhar para a comunicação, para a pesquisa e também para mim mesma. Aos professores, colegas e integrantes das bancas que leram este trabalho em diferentes momentos, obrigada pelo cuidado e pelas contribuições que ajudaram esta pesquisa a amadurecer.

À minha família, que conhece não apenas a pesquisadora que escreve estas páginas, mas tudo o que veio antes delas e tudo o que foi preciso para chegar até aqui. Obrigada por compreenderem as ausências, o cansaço, as viagens, os prazos e todas as vezes em que o mestrado acabou atravessando também as suas vidas. Obrigada por estarem comigo em mais uma mudança, no carrega caixa, leva caixa, monta, desmonta e recomeça de novo. Por apoiarem tanto os meus sonhos e, tantas vezes, acreditarem neles até mais do que eu mesma. Obrigada por tornarem possíveis os caminhos que escolho seguir, um agradecimento especial à minha mãe, Maria Inês e ao meu pai, Ronildo.

Um abraço apertado para a minha vó Lucília, que partiu antes de eu concluir o mestrado. Ela, que sempre achou chique eu ser jornalista e, depois, mais chique ainda fazer mestrado. Que contava para todo mundo, cheia de orgulho, que tinha uma neta que estudou jornalismo. Um abraço de saudade, um abraço de quem queria muito contar pra senhora que se formou. Tem uma parte de mim que só minha vó viu e que, por isso, talvez só ela

entendesse o que significa chegar até aqui. Minha vó sempre dizia que tinha que estudar, que era a educação que abria portas e criava oportunidades. Dizia isso depois de uma vida inteira cuidando de sete filhos, do marido, da roça e da casa. Talvez por isso suas palavras tenham ficado tão marcadas em mim. O caminho que me trouxe até este mestrado também carrega um pouco daquilo que ela me ensinou. Te levo para sempre comigo, vó Lucília. Você segue sendo, para mim, um orgulho imenso e uma saudade danada. Você que me ensinou, antes mesmo da mineração, que a brevidade esfarela. Bença!

Um super, mega, blaster agradecimento ao Antonio Augusto, com quem tenho dividido a vida. Obrigada pelas conversas, pelos espaços de divagações, pelo apoio e cuidado quando nada mais parecia fazer sentido. Obrigada pelo dia a dia, pela rotina e por ser o ombro onde eu pudesse encostar. Obrigada por acreditar, confiar e estar ao meu lado nesses longos anos. *"Alguém para enfrentar o mundo e depois dormir de conchinha."*

E agradeço à Larissa que começou tudo isso. Àquela que chegou em Mariana tantos anos atrás sem imaginar que as histórias que encontraria ali atravessariam uma parte tão grande de sua vida. À fotógrafa, jornalista e depois à pesquisadora que voltou às mesmas imagens tentando enxergá-las de outro lugar. Houve momentos em que terminar este trabalho pareceu distante, mas alguma coisa sempre me trouxe de volta. Talvez porque algumas histórias não terminam quando viramos a página.

A todas as pessoas que, de alguma maneira, caminharam comigo até aqui: obrigada.

Esta dissertação também é feita de vocês.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto o jornal A Sirene, periódico criado em fevereiro de 2016, poucos meses após o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana, Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015. A pesquisa analisa como o jornal participa da construção e da disputa da memória coletiva sobre o crime socioambiental, com atenção às narrativas produzidas por suas fotografias e às formas de representação das pessoas, dos territórios e dos efeitos prolongados do desastre. Busca-se compreender como as imagens, articuladas aos textos, títulos, legendas, relatos e demais elementos das páginas, registram as transformações ocorridas durante quase uma década e contribuem para tornar públicas as experiências e as reivindicações das comunidades atingidas. O referencial teórico reúne discussões sobre comunicação comunitária, direito à comunicação, midiatização, memória coletiva, solastalgia e fotojornalismo. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, orientada pela análise documental e por uma perspectiva etnográfica e implicada. Após o reconhecimento geral das 106 edições publicadas entre fevereiro de 2016 e março de 2026, foram selecionadas dez edições, distribuídas em três períodos: 2016–2017, marcado pela urgência de registrar as perdas e reconstruir referências; 2018–2020, atravessado pela institucionalização da reparação, pelos atrasos e pela espera; e 2021–2025, quando o desastre aparece como permanência e o periódico amplia sua atuação para outros territórios afetados pela mineração. A investigação incluiu observação, entrevistas e registros fotográficos e audiovisuais realizados nos territórios atingidos em novembro de 2025, quando o rompimento completou dez anos. Os resultados demonstram que o caráter comunitário do jornal A Sirene se constitui pela participação dos atingidos na definição das pautas e na produção dos conteúdos, permitindo que deixem de ocupar exclusivamente o lugar de fontes e interfiram nas formas pelas quais suas experiências serão narradas. As fotografias não funcionam como ilustrações das matérias, pois integram narrativas que documentam danos, preservam vínculos, confrontam enquadramentos institucionais e sustentam reivindicações. A articulação entre imagem e texto transforma o periódico em meio de informação, prática do direito à comunicação, arquivo visual e espaço de disputa da memória. Como desdobramento, apresenta-se uma proposta de fotorreportagem e exposição fotográfica voltada à circulação dessas memórias e à devolutiva para as comunidades, cuja execução não ocorreu durante a pesquisa por limitações temporais e orçamentárias. Conclui-se que, ao construir com os atingidos uma narrativa visual e textual sobre o pós-rompimento, o jornal A Sirene preserva experiências ameaçadas pelo esquecimento, acompanha a continuidade dos danos e afirma o direito das comunidades de participar da construção pública da memória sobre o desastre.

Palavras-chave: comunicação comunitária; memória coletiva; fotojornalismo; jornal A Sirene; rompimento da barragem de Fundão.

ABSTRACT

This dissertation focuses on A Sirene, a newspaper established in February 2016, a few months after the collapse of the Fundão dam in Mariana, Minas Gerais, on November 5, 2015. The study analyzes how the newspaper participates in the construction and contestation of collective memory surrounding this socio-environmental crime, with particular attention to the narratives produced through its photographs and to the representation of people, territories, and the disaster's long-term effects. It seeks to understand how images, in conjunction with texts, headlines, captions, testimonies, and other elements of the newspaper's pages, document the transformations that occurred over nearly a decade and contribute to making the experiences and demands of affected communities visible in the public sphere. The theoretical framework brings together discussions of community communication, the right to communication, mediatization, collective memory, solastalgia, and photojournalism. Methodologically, the study adopts a qualitative approach grounded in document analysis and an engaged ethnographic perspective. Following an overview of the 106 issues published between February 2016 and March 2026, ten issues were selected and organized into three periods: 2016–2017, marked by the urgency of documenting losses and rebuilding shared points of reference; 2018–2020, shaped by the institutionalization of reparation, delays, and prolonged waiting; and 2021–2025, when the disaster emerges as an enduring condition and the newspaper expands its coverage to other territories affected by mining. The investigation also included observation, interviews, and photographic and audiovisual records produced in the affected territories in November 2025, on the tenth anniversary of the collapse. The findings demonstrate that the community-based character of A Sirene is established through the participation of affected people in shaping editorial agendas and producing content, allowing them to move beyond the exclusive role of sources and influence how their experiences are narrated. The photographs do not serve merely as illustrations for the articles; they form part of narratives that document harm, preserve social bonds, challenge institutional framings, and support community demands. The articulation between image and text turns the newspaper into a source of information, a practice through which the right to communication is exercised, a visual archive, and a space in which memory is contested. As a further development of the study, the dissertation presents a proposal for a photo reportage and photographic exhibition intended to circulate these memories and return the resulting work to the communities involved. Due to time and budget constraints, the proposal was not implemented during the research. The study concludes that, by constructing a visual and textual narrative of the post-collapse period together with affected people, *A Sirene* preserves experiences at risk of being forgotten, documents the persistence of harm, and affirms the right of communities to participate in shaping the public memory of the disaster.

Keywords: community communication; collective memory; photojournalism; A Sirene newspaper; Fundão dam collapse.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Trajeto da lama e municípios atingidos ao longo da bacia do rio Doce (MG)..... 18
Imagem 2: Imagem captada por satélite do grupo Airbus Defence and Space mostra o rastro de lama deixado pelo rompimento das barragens em Mariana (MG), em 2015..... 20
Imagem 3: Comparação visual de Bento Rodrigues antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, a partir de imagens do Google Street View (2019–2024)..... 21
Imagem 4: Capa da edição 0..... 47
Imagem 5: Matéria Nossas praças..... 50
Imagem 6: Contracapa edição 0..... 52
Imagem 7:Matéria O que ficou com você?..... 53
Imagem 8: Matéria Um ano sem "lá fora"..... 54
Imagem 9: Matéria Intimidade provisória..... 56
Imagem 10: Matéria "Nossa Senhora Aparecida rogai por nós"..... 58
Imagem 11: Capa edição 16..... 59
Imagem 12: Matéria História da gente..... 60
Imagem 13: Contracapa edição 16..... 61
Imagem 14 – Matéria "Paracatu que FICA" 62
Imagem 15: Capa edição 20..... 64
Imagem 16: Ensaio MARCAS..... 65
Imagem 17: Fotografias ensaio MARCAS..... 66
Imagem 18: Matéria Solo Perdido..... 67
Imagem 19: Abertura matéria Ser atingido..... 69
Imagem 20: Interior da matéria Ser atingido..... 70
Imagem 21: Capa edição 41..... 72
Imagem 22: Matéria "Em quatro anos, um tijolo"..... 73
Imagem 23: Matéria "Fazenda da Barra: marcas do crime"..... 75
Imagem 24: Matéria "Todo dia um remendo"..... 76
Imagem 25: Matéria "Com muita luta, a justiça será feita"..... 78
Imagem 26: Matéria "Para onde foi a lama? 79
Imagem 27: Matéria "ATÉ HOJE Vivendo em um estado de dor e de luta"..... 81
Imagem 28: Sequência "Nada foi feito", no ensaio "Até hoje"..... 82
Imagem 29: Sequência "Presos(as) dentro de casa no ensaio "Até hoje"..... 84
Imagem 30: Matéria: "Se a vale pode minerar, por que os garimpeiros não podem garimpar?"..... 85
Imagem 31: Capa Edição 68..... 88
Imagem 32 – Matéria "Obras de fachada"..... 89
Imagem 33 – Matéria "Comunidade de Gesteira busca solução para casas trincada"..... 92
Imagem 34 – Matéria "Celebrar Santo Antônio em Paracatu é celebrar a verdade e a justiça"..... 95
Imagem 35 – Capa da edição 103..... 97
Imagem 36 – Matéria "A gente quer justiça de verdade"..... 98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 6
1.1 Os caminhos que me trouxeram até aqui..... 6
1.2 Palavras em disputa: notas conceituais..... 7
1.3 O rompimento da barragem de Fundão e a emergência do jornal A Sirene..... 8
1.4 Problema de pesquisa e pressupostos teóricos..... 10
1.5 OBJETIVOS..... 12
1.5.1 Objetivo geral..... 12
1.5.2 Objetivos específicos..... 12
1.6 Caminhos da pesquisa..... 12
1.7 Apresentação do corpus: o jornal A Sirene..... 14
2. MAIS UM CRIME SOCIOAMBIENTAL..... 15
2.1 O rompimento..... 17
2.2 O desastre como estrutura: gestão, reparação e normalização do risco..... 21
3. OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO..... 26
3.1 Comunicação e jornalismo comunitário..... 26
3.2 Midiatização..... 32
3.3 Solastalgia..... 34
3.4 Memória: narrar para permanecer..... 37
3.5 Fotojornalismo..... 40
4. OLHAR SOBRE O JORNAL A SIRENE..... 44
4.1 A fotografia nas páginas de A Sirene..... 45
4.2 O que as imagens contam: análise das narrativas visuais..... 47
4.2.1 A urgência de contar: 2016–2017..... 47
4.2.2 O tempo da espera: 2018–2020..... 71
4.2.3 O desastre como permanência: 2021–2025..... 87
5. ECOS DO JORNAL A SIRENE: UMA PROPOSIÇÃO..... 100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 105
REFERÊNCIAS..... 114

Mineração em Minas Gerais

Quem já comeu brevidade
sabe como esfarela.

Carla Andrade

1. INTRODUÇÃO

1.1 Os caminhos que me trouxeram até aqui

No desenrolar desta pesquisa, encontrei-me em alguns momentos em estado de euforia e, em outros, em estagnação, acompanhada de angústia e tristeza. Escolhi o tema por minha proximidade com o objeto, que moldou profundamente minha trajetória enquanto estudante e posteriormente como profissional. Foi também esse tema o responsável por me fazer retornar aos estudos, por querer pesquisar mais e mais sobre isso. Não é um processo prazeroso, como às vezes imagino que deveria ser. É doído, preso num emaranhado de sentimentos, laços afetivos e memórias construídas ao longo desses anos.

Talvez eu devesse voltar um pouco no tempo para explicar. Eu era moradora de Mariana em 2015, cursava jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto e vivia a vida universitária como deveria ser. Foi então que tudo mudou, naquele 5 de novembro do mesmo ano, quando a barragem de Fundão se rompeu. A partir dali, era como viver um episódio de série de ação ou drama, mas na vida real. Recordo bem do medo coletivo, das inúmeras mensagens circulando nas redes sociais, da falta de informação confiável e, ao mesmo tempo, do excesso de informação falsa espalhando por todos os lados. Lembro de acompanhar as notícias da TV buscando entender melhor a dimensão do que acontecia, queria explicação.

Nos dias seguintes, a cidade ganhou outra feição. Já tomada por jornalistas, curiosos e ainda um medo que atravessava tanto os atingidos quanto os próprios moradores de Mariana. Nesse momento, como jovem estudante de jornalismo, vi tudo por outro ângulo. De perto, no cotidiano, no meu dia a dia. As mudanças no comércio, nos preços das coisas, nos estudos de caso dentro da própria universidade, as mobilizações sociais e também a minha própria aproximação com os atingidos, desde doações de mantimentos até entrevistas para trabalhos da faculdade. Foi já em 2016 que comecei a atuar como voluntária no jornal A Sirene, feito para e com as comunidades atingidas. Esse segue sendo um grande marco na minha vida.

Dali em diante, e até hoje, sigo trabalhando com o tema, defendendo o jornalismo comunitário, atenta a narrativa que se cria e ao que se publica. E claro, buscando estar sempre do lado certo da história. Compreendi a comunicação como ferramenta de luta e transformação social, a importância da escuta e da proximidade no ato de fazer jornalismo. Me aproximei de diversas pessoas atingidas, relações de amizade e de família que mantenho desde 2016 até hoje.

Outro ponto que trago nesse breve relato é a dificuldade de se fazer pesquisa em comunicação no Brasil, especialmente quando se trata de jornalismo e pesquisa híbrida. Vivemos tempos sombrios, talvez mais do que nunca, e olhar para o jornalismo comunitário torna-se tanto um desafio quanto uma urgência. Além disso, percebi a importância da pesquisa híbrida em um contexto em que permanecer entre quatro paredes fazendo pesquisa não é suficiente. Mas ir a campo, ouvir histórias, registrar imagens, escrever, marcar presença e também ser ouvida, tudo isso enriquece a pesquisa acadêmica e, portanto, o que se produz não é um conteúdo devolutivo somente pra academia, mas para toda a população, principalmente para as comunidades atingidas, a quem dedico com todo meu esforço e carinho essa dissertação.

E assim seguimos, para não esquecer de tudo aquilo que aconteceu e segue acontecendo desde o dia cinco de novembro de dois mil e quinze.

1.2 Palavras em disputa: notas conceituais

Ao longo desta dissertação, alguns termos são usados de maneira recorrente, carregados de uma disputa simbólica e política. Assim, as escolhas terminológicas aqui adotadas não são neutras, mas refletem um posicionamento teórico e ético diante do rompimento da barragem de Fundão e de seus efeitos sobre as populações atingidas. A seguir, alguns termos utilizados e os sentidos que assumem aqui.

1. Atingidos

O termo *atingidos* é utilizado para designar indivíduos, famílias e comunidades atingidas direta ou indiretamente pelo rompimento da barragem de Fundão. A escolha dessa denominação reconhece que os efeitos da catástrofe extrapolam perdas materiais, envolvendo danos territoriais, ambientais, culturais e afetivos que se estendem no tempo. Distante de expressões como “vítimas” ou “beneficiários”, *atingidos* preserva o caráter político desses sujeitos, reconhecendo-os como protagonistas de suas histórias. Contudo, a condição de atingido não define integralmente esses sujeitos, antes do desastre e para além dele, continuam sendo pessoas com histórias, identidades, saberes e formas de vida próprias, que resistem à redução de suas existências devido ao rompimento da barragem e o pós.

2. Crime socioambiental

Nesta dissertação, o rompimento da barragem de Fundão é compreendido como um *crime socioambiental* e não como um acidente. Essa escolha se fundamenta em investigações técnicas, laudos e processos judiciais que apontam falhas estruturais e negligência empresarial. O uso do termo *crime* desloca a narrativa da imprevisibilidade para a responsabilidade, mostrando assim as dimensões políticas e institucionais que estão envolvidas.

3. Desastre

O termo "*desastre*" é usado para caracterizar o rompimento da barragem como um evento de grande magnitude, cujos impactos ultrapassam o momento da ruptura. Diferente de uma compreensão pontual do evento, o desastre é entendido aqui como um processo contínuo.

4. Catástrofe

O termo *catástrofe* é usado para enfatizar o caráter abrupto, devastador e irreversível do rompimento da barragem. Assim como *desastre,* a *catástrofe* aparece mais como uma categoria narrativa e simbólica do que como um conceito técnico, ajudando a dimensionar o tamanho do colapso ambiental e social provocado pelo rompimento.

5. Perdas, valores ou bens imateriais

Aqui diz respeito às perdas afetivas, culturais e identitárias decorrentes do rompimento. Esses danos, muitas vezes invisibilizados ou diminuídos por instâncias oficiais, ocupam lugar central nesta pesquisa, especialmente por meio das narrativas do jornal A Sirene. São itens, objetos e até mesmo lembranças que não tem como colocar um preço ou dar um valor.

1.3 O rompimento da barragem de Fundão e a emergência do jornal A Sirene

Mariana, primeira capital de Minas Gerais e cidade símbolo do patrimônio colonial brasileiro, viu sua tradição mineradora culminar em uma das maiores tragédias socioambientais do país. No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, controlada pela Samarco Mineração S.A., joint venture entre a Vale S.A. e a BHP

Billiton, não apenas liberou uma avalanche de rejeitos que destruiu comunidades inteiras, como também expôs a fragilidade de um sistema que prioriza o lucro em detrimento de vidas humanas e ecossistemas. Bento Rodrigues foi soterrado em minutos, enquanto Paracatu de Baixo, Gesteira, Barra Longa e outras localidades ao longo do Rio Doce foram atingidos em seguida e também sofreram impactos devastadores. O rio, que por séculos foi fonte de vida para pescadores, agricultores e comunidades ribeirinhas, carregou a lama tóxica por mais de 600 quilômetros até o mar, deixando um rastro de destruição que permanece até hoje.

O desastre resultou na morte de 20 pessoas, incluindo um aborto, e no impacto de ao menos 45 municípios, abrangendo Minas Gerais e Espírito Santo. Longe de se configurar como um evento isolado, o rompimento da barragem de Fundão expressa um modelo extrativista que prioriza lucros sobre vidas, realidade confirmada pelo rompimento em Brumadinho (2019) e pelas 87 barragens em situação de alerta ou emergência declarada no Brasil (Agência Nacional de Mineração, 2026).

Nesse cenário de devastação, em fevereiro de 2016 foi lançada a primeira edição do jornal A Sirene. Um jornal criado no coletivo, por atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, com o apoio da produtora de conteúdo Nitro, de instituições, Arquidiocese de Mariana, Coletivo Um Minuto de Sirene, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), estudantes e moradores da cidade. O jornal foi fundado porque os atingidos não se sentiam representados pela grande mídia, eles queriam um meio de comunicação que tivesse espaço e apoio com suas lutas. Assim, o jornal foi idealizado com o objetivo essencial de garantir o direito à comunicação das comunidades atingidas. E ainda, nesse contexto de violação sistêmica, o jornal A Sirene emerge como um dispositivo de resistência, articulando comunicação, memória e reparação simbólica através de suas narrativas.

O jornal rompe com os modelos tradicionais do jornalismo, desde a apuração até a diagramação, fotografia e texto. A participação dos atingidos em quase todo o processo de elaboração da notícia e do produto jornalístico é o que faz com que esse jornal seja responsável por dar espaço as narrativas urgentes e assim se caracterizar por ser um jornal feito por atingidos e para atingidos, da comunidade para a comunidade, e é o que Cicilia Peruzzo (2013) define como comunicação comunitária, entendida como uma forma de comunicação construída coletivamente por setores organizados das classes subalternas, a serviço do interesse público e de suas necessidades de mobilização, expressão e disputa por hegemonia. Diferente da chamada “grande imprensa”, ela contribui para o exercício do direito de comunicar na prática, seja por meio de jornais, rádios comunitárias ou outros canais alternativos.

1.4 Problema de pesquisa e pressupostos teóricos

Ao retratar elementos e sentimentos do cotidiano das comunidades, como a galinha que foi salva na lama, o álbum de fotografias perdido e a saudade de casa, o jornal A Sirene se insere no processo de midiatização ao produzir uma documentação que ressignifica a tragédia para além dos dados oficiais. Nesse cenário, a midiatização não se limita à mediação dos acontecimentos, mas reconfigura a circulação e a apropriação das narrativas sobre o desastre, transformando o jornal em um espaço de disputa simbólica. Diante da precariedade imposta aos atingidos, como as moradias provisórias, doenças, preconceitos, imagem e texto tornam-se juntos dispositivos de luta e reivindicação, deslocando as margens da visibilidade e ampliando o próprio modo de comunicar dessas comunidades, eles é que passam a pautar.

Essa forma de comunicar aproxima A Sirene das experiências de comunicação comunitária discutidas por Peruzzo (2009, 2013, 2024) e Paiva (2009). Para as autoras, a comunicação comunitária não se define apenas pela proximidade geográfica ou pelo tratamento de assuntos locais, mas pela participação dos sujeitos na produção dos conteúdos e pela possibilidade de exercer o direito de comunicar. No jornal, os atingidos não aparecem somente como fontes ou personagens das reportagens, pois participam das pautas, compartilham suas experiências e interferem na maneira como suas histórias serão apresentadas.

A circulação dessas narrativas também pode ser compreendida a partir da midiatização. Braga (2012) chama a atenção para a diversificação dos modos pelos quais a sociedade interage consigo mesma, enquanto Fausto Neto (2008) mostra que, na sociedade em midiatização, a cultura midiática passa a atravessar o funcionamento dos diferentes campos sociais. A criação do jornal participa desse processo, uma vez que as comunidades atingidas se apropriam de práticas e linguagens jornalísticas para construir um espaço próprio de circulação, reconhecimento e disputa. O jornal não só divulga acontecimentos, mas integra a forma como os atingidos se organizam, preservam suas experiências e tornam públicas suas reivindicações.

Essa discussão se aproxima também dos estudos sobre memória. Halbwachs (2006) compreende que as lembranças não são construídas de maneira isolada, pois dependem das relações e das referências compartilhadas pelos grupos. Pollak (1989), por sua vez, evidencia que a memória também é atravessada por disputas, silenciamentos e relações de poder. No A Sirene, lembrar o rompimento significa disputar o modo como ele será narrado, registrar aquilo que poderia desaparecer e enfrentar versões que reduzem o desastre a um

acontecimento encerrado no passado. Ao reunir relatos, fotografias, denúncias e lembranças, o jornal se constitui como um arquivo vivo das experiências das comunidades atingidas.

Outro conceito importante para compreender os efeitos do rompimento é o de solastalgia, formulado por Albrecht (2005). O termo descreve a angústia provocada pela transformação do ambiente no qual a pessoa permanece ou com o qual ainda mantém vínculos. No caso das comunidades atingidas, essa dor está relacionada não apenas à perda das casas, mas também ao desaparecimento dos quintais, das paisagens, das relações de vizinhança e das formas de vida construídas naquele território. A solastalgia permite, portanto, aproximar os danos ambientais das dimensões afetivas e identitárias presentes nas narrativas do jornal.

A fotografia ocupa um lugar central nessa construção. Sousa (2002) compreende o fotojornalismo como uma atividade que informa, contextualiza e produz conhecimento por meio das imagens. Freund (2010) contribui para pensá-las como documentos sociais, enquanto Kossoy (2021) ressalta que todo registro fotográfico também é uma representação construída a partir de escolhas técnicas, culturais e ideológicas. As reflexões de Sontag (2003, 2004) ajudam ainda a observar os limites éticos envolvidos na produção e na circulação de imagens da dor. Esses autores permitem analisar as fotografias de A Sirene não como simples ilustrações das matérias, mas como parte da narrativa construída pelo jornal sobre as pessoas, os territórios e a continuidade do desastre.

É nesse contexto que emerge a questão que orienta esta pesquisa: como o jornal A Sirene, enquanto experiência de comunicação comunitária construída com a participação direta dos atingidos, atua na construção e na disputa da memória coletiva sobre o rompimento da barragem de Fundão, reconfigurando narrativas hegemônicas e produzindo sentidos que contribuem para a articulação política e o fortalecimento da luta por direitos no contexto pós-desastre?

Para responder a essa questão, a dissertação está organizada em capítulos que inicialmente situam o rompimento da barragem de Fundão como crime socioambiental relacionado a um modelo extrativista mais amplo. Em seguida, são apresentados os conceitos de comunicação comunitária, midiatização, solastalgia, memória e fotojornalismo, que orientam a leitura das narrativas analisadas. O trabalho se volta, então, para a trajetória de A Sirene e para as fotografias publicadas nas dez edições que compõem o corpus. Por fim, apresenta uma proposta de circulação dessas memórias por meio de uma fotorreportagem e de uma exposição fotográfica.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo geral

Analisar como o jornal A Sirene, enquanto experiência de comunicação comunitária, participa da construção e da disputa da memória coletiva sobre o rompimento da barragem de Fundão, com atenção às narrativas produzidas por suas fotografias e à afirmação do direito à comunicação pelas comunidades atingidas.

1.5.2 Objetivos específicos

a) Contextualizar o rompimento da barragem de Fundão como crime socioambiental inserido em um modelo extrativista historicamente marcado por desigualdades e violações de direitos;
b) Discutir os conceitos de comunicação comunitária, midiatização, solastalgia, memória coletiva e fotojornalismo, situando-os no campo da Comunicação;
c) Apresentar a trajetória, os processos de produção e as práticas comunicacionais do jornal A Sirene, com atenção à participação dos atingidos na construção de seus conteúdos;
d) Analisar as narrativas fotográficas presentes nas dez edições selecionadas, observando mudanças e permanências nas formas de representar as pessoas, os territórios, a memória, a solastalgia e a resistência;
e) Apresentar uma proposta de fotorreportagem e exposição fotográfica voltada à circulação das memórias e à devolutiva para as comunidades estudadas.

1.6 Caminhos da pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada por uma perspectiva etnográfica e pela análise documental. A escolha desse percurso decorre da própria natureza do objeto, o jornal A Sirene, formado por narrativas, imagens e experiências relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão e à vida das comunidades nos anos posteriores. A investigação procura acompanhar não apenas aquilo que foi publicado, mas também as relações, as memórias e as formas de participação que atravessam a produção do jornal.

A etnografia orienta esse percurso como uma forma de aproximação com o campo e com os sujeitos da pesquisa. Mais do que um conjunto de técnicas, ela envolve uma postura

de escuta, observação e atenção às experiências vividas. Como observa Caiafa (2019), retomando uma formulação de James Clifford, a etnografia pode ser compreendida como um "fenômeno interdisciplinar emergente", característica que favorece sua utilização em diferentes campos do conhecimento, entre eles a Comunicação. A pesquisa assume, assim, o caráter de uma investigação implicada, reconhecendo que a produção do conhecimento não acontece de forma neutra ou distante, mas se constrói na relação entre a pesquisadora, os sujeitos e o contexto investigado. Essa posição também considera a trajetória da pesquisadora junto ao objeto, sem perder de vista a responsabilidade ética envolvida na escuta, na interpretação e na apresentação das experiências compartilhadas.

O primeiro movimento da pesquisa consistiu na organização, na leitura e na análise documental das edições de A Sirene. Após o reconhecimento geral do acervo, foram selecionadas dez edições, distribuídas em três períodos entre 2016 e 2025, conforme o recorte apresentado na seção seguinte. A leitura procurou identificar os temas recorrentes, as formas de participação dos atingidos, as relações entre texto e imagem e os diferentes modos de representar as pessoas, os territórios e as consequências do rompimento.

A análise das fotografias considerou elementos como enquadramento, composição, presença ou ausência dos sujeitos e relação das imagens com títulos, legendas, relatos e demais elementos das páginas. Também foram observadas as permanências e as transformações percebidas ao longo das edições. O objetivo não foi examinar as fotografias isoladamente, mas compreender como elas participam das narrativas construídas pelo jornal em diferentes momentos do pós-rompimento e quais sentidos produzem quando colocadas em relação com as palavras e com a organização visual das páginas.

Em um segundo momento, a pesquisa avançou para uma aproximação direta com o campo. Essa etapa envolveu observação, entrevistas e a realização de registros fotográficos e audiovisuais nos territórios atingidos em novembro de 2025. O retorno permitiu reencontrar pessoas e lugares presentes nas páginas de A Sirene, ouvir relatos sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos e observar como essas experiências dialogam com as narrativas preservadas pelo jornal. Os registros produzidos contribuíram para documentar aspectos encontrados durante o percurso, mas não constituem uma fotorreportagem finalizada nem integram um produto fotográfico realizado nesta etapa.

Como desdobramento da investigação, a dissertação apresenta uma proposta de fotorreportagem e de exposição fotográfica voltada à circulação da memória e à devolutiva para as comunidades estudadas. A proposta prevê que as imagens produzidas para a fotorreportagem sejam apresentadas no espaço universitário, acompanhadas da aplicação de

questionários aos visitantes, com o objetivo de observar as percepções e os sentidos produzidos quando essas narrativas visuais circulam em outro território, distante aproximadamente 810 quilômetros do local do rompimento. Por limitações temporais e orçamentárias, essa etapa não foi realizada no âmbito da pesquisa e não produziu dados empíricos. O capítulo 5 apresenta sua justificativa, o conteúdo previsto e as possibilidades de realização e continuidade do trabalho.

1.7 Apresentação do corpus: o jornal A Sirene

O jornal A Sirene é um periódico criado em fevereiro de 2016, poucos meses após o rompimento da barragem de Fundão. A iniciativa surgiu a partir da articulação entre atingidos pelo desastre, estudantes de jornalismo, professores universitários, arquidiocese da cidade, moradores e os dois maiores responsáveis pela edição 0: coletivo Um Minuto de Sirene e Nitro Histórias Visuais. O jornal nasceu da necessidade de criar um espaço próprio de informação e expressão para as comunidades atingidas. Muitos moradores não se sentiam representados pela cobertura da grande imprensa e percebiam que suas experiências, dificuldades e reivindicações não apareciam nos veículos tradicionais, sequer virava pauta. A criação do periódico buscou, portanto, garantir um meio de comunicação construído com participação direta dos atingidos.

Desde o início, A Sirene adotou formato tabloide impresso, com periodicidade mensal. Cada edição é publicada no dia 5, em referência à data do rompimento. O jornal conta com editorial, expediente, reportagens, relatos em primeira pessoa, cartas, avisos, fotografias. A produção envolve a definição coletiva de pautas e a participação dos atingidos na construção dos conteúdos. O jornal A Sirene contabiliza, até o momento, 106 edições publicadas entre fevereiro de 2016 e março de 2026. Todas as edições foram consultadas para reconhecimento do material e compreensão geral da trajetória do periódico. No entanto, para fins de análise aprofundada, foi necessário estabelecer um recorte.

A pesquisa concentra-se em dez edições, selecionadas a partir de três períodos distintos da história do jornal. O objetivo desse recorte é observar como a narrativa textual e visual se transforma ao longo do tempo, acompanhando os diferentes momentos do pós-rompimento. O primeiro período compreende os anos de 2016 e 2017 e reúne as edições 0, 8, 16 e 20. Trata-se do momento inicial, marcado pela organização do jornal, pela urgência da fala e pela elaboração da narrativa do trauma.

O segundo período abrange os anos de 2018 a 2020 e reúne as edições 41, 47 e 55.

Nesse momento, o processo de reparação já se encontra mais institucionalizado, surgem novos conflitos e o desgaste se torna mais evidente. A narrativa passa a refletir não só o impacto do rompimento, mas também a longa espera por respostas e soluções. O terceiro período compreende os anos de 2021 a 2025 e reúne as edições 68, 87 e 103. Aqui, o jornal já possui uma trajetória consolidada, o desastre deixa de ser apenas memória recente e passa a ser permanência.

Por fim, mas não menos importante, o nome do jornal: *A Sirene*, que remete a ausência da sirene que não foi acionada no dia do rompimento. Se tivesse tocado, as populações poderiam ter ouvido o alerta, correr a tempo, salvar alguns pertences e ajudar uns aos outros. Mas não houve aviso, foi tudo no susto. O silêncio da sirene tornou-se um dos principais símbolos da tragédia, a sirene que não tocou

2. MAIS UM CRIME SOCIOAMBIENTAL

O rompimento da barragem de Fundão não pode ser compreendido como um evento pontual, restrito ao dia 5 de novembro de 2015, mas como um processo histórico, político, ambiental e social que se estende no tempo. Por essa razão, opta-se neste capítulo por uma abordagem narrativa, em vez de uma cronologia fragmentada por datas. Essa escolha tem como intenção mostrar a continuidade dos impactos, das violações e das disputas em torno do desastre, reconhecendo que, para as comunidades atingidas, o rompimento não terminou no momento em que a lama passou ou parou de avançar. Ao contrário, ele segue presente nas vidas, nos territórios e nas lutas por justiça até os dias de hoje.

A Samarco Mineração S.A. é uma empresa brasileira de capital fechado, constituída como uma joint venture entre a Vale S.A. e a BHP Brasil Ltda., cada uma com 50% de participação acionária. Suas operações tiveram início em 1977 e estão voltadas à produção de pelotas e finos de minério de ferro. Em Minas Gerais, a empresa mantém o Complexo de Germano, localizado entre os municípios de Mariana e Ouro Preto (Samarco Mineração S.A., 2026).

Na mineração, o material extraído passa por etapas de beneficiamento que buscam separar e concentrar os minerais de interesse. Desse processo resultam os rejeitos, definidos por Soares (2010) como a fração do minério destituída de mineral útil ou de valor econômico, cuja composição varia de acordo com o minério explorado e o método empregado. Uma das formas utilizadas para a disposição desse material são as barragens de mineração, estruturas projetadas para conter e acumular substâncias líquidas ou misturas de líquidos e sólidos

provenientes do beneficiamento. Segundo a Agência Nacional de Mineração (2006), essas barragens podem ser construídas com aterro ou com os próprios rejeitos e adotar diferentes métodos construtivos, como etapa única, alteamento a montante, a jusante ou por linha de centro. Além de armazenar o material depositado, essas estruturas contam com sistemas de controle e recuperação da água, que pode ser reaproveitada no próprio processo de beneficiamento (Soares, 2010).

A mineração em larga escala produz volumes expressivos de rejeitos, cuja disposição exige estruturas capazes de armazená-los e controlar a presença da água. Nesse contexto, as barragens foram amplamente adotadas pela indústria mineral como uma solução técnica para a contenção desses materiais. Sua segurança, entretanto, depende das características dos rejeitos, do método construtivo empregado, do funcionamento dos sistemas de drenagem e do monitoramento contínuo da estrutura, que deve se estender desde a fase de alteamento até sua desativação (Soares, 2010).

Entre os métodos construtivos mais utilizados estão o alteamento a montante, a jusante e por linha de centro. No método a montante, os novos diques avançam sobre os rejeitos anteriormente depositados, que passam a servir de fundação para os alteamentos seguintes. Embora apresente menor custo e maior velocidade de construção, esse método possui menor coeficiente de segurança e maior possibilidade de instabilidade e liquefação. No método a jusante, os alteamentos avançam no sentido oposto ao reservatório, com maior controle da compactação, da drenagem e da impermeabilização, o que proporciona maior segurança, mas também eleva os custos e o volume de material empregado. Já o método de linha de centro apresenta características intermediárias, pois mantém o eixo dos sucessivos alteamentos alinhado ao dique inicial e se aproxima, em termos estruturais, do método a jusante (Soares, 2010, p. 849-855).

Durante muitos anos, o método a montante foi amplamente empregado devido, sobretudo, ao menor custo e à rapidez dos alteamentos. Seus riscos estão relacionados ao fato de que parte da estrutura se apoia sobre rejeitos depositados e nem sempre devidamente compactados, o que aumenta a possibilidade de instabilidade e liquefação, especialmente quando há problemas na drenagem e elevação do nível de água no interior da barragem (Soares, 2010, p. 850-852). Após os rompimentos ocorridos nos últimos anos, sua utilização foi proibida no Brasil e as estruturas existentes passaram a ser submetidas a processos de descaracterização, com o objetivo de reduzir os riscos de novas rupturas, especialmente aquelas provocadas por liquefação (Agência Nacional de Mineração, 2023).

No caso de Fundão, a investigação conduzida pelo Ministério Público de Minas

Gerais identificou que o rompimento teve início na região conhecida como “recuo”, criada após uma alteração realizada no eixo da barragem em 2013. A mudança fez com que os alteamentos passassem a se apoiar sobre rejeitos menos resistentes e menos permeáveis do que o esperado. Segundo o documento, o colapso pode ser explicado por uma ruptura progressiva rápida e não drenada em uma zona estruturalmente frágil abaixo da barragem, associada à presença de materiais suscetíveis à liquefação estática. O relatório concluiu ainda que, sob condições adequadamente drenadas, a barragem não teria se rompido (Ministério Público de Minas Gerais, 2016).

2.1 O rompimento

O rompimento da barragem de Fundão ocorreu no dia 5 de novembro de 2015, no Complexo Minerário de Germano, no município de Mariana, Minas Gerais. A barragem continha aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro, dos quais cerca de 34 milhões foram lançados inicialmente no meio ambiente. O Ibama classificou o rompimento como um desastre súbito, marcado pela velocidade e pela violência com que se desenvolveu, e observou, ainda naquele momento, que os rejeitos restantes continuavam sendo carreados em direção ao rio Doce, razão pela qual o desastre permanecia em curso (Ibama, 2015, p. 2-3).

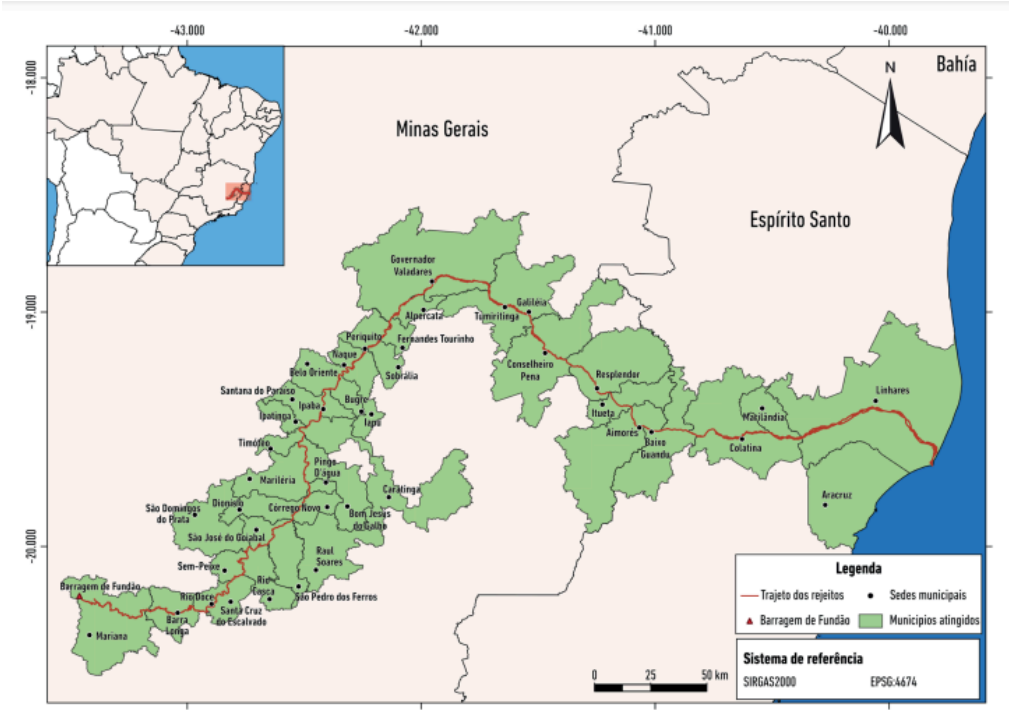
A onda de rejeitos avançou sobre Bento Rodrigues, comunidade mais próxima da barragem, e atingiu 82% das 251 edificações mapeadas pelo Ibama. A força da lama destruiu casas, ruas, pontes e outros equipamentos urbanos, levando o próprio laudo a afirmar que o território havia sido “dizimado” (Ibama, 2015, p. 24-26). Casas, escola, igreja, comércios e ruas foram soterrados. Os moradores foram surpreendidos sem muito tempo para evacuação. O subdistrito foi devastado quase inteiro, resultando em mortes, desaparecimentos e no deslocamento forçado de toda a população. Após destruir Bento Rodrigues, a lama seguiu seu percurso natural pelo relevo, alcançando o subdistrito de Paracatu de Baixo, também pertencente ao município de Mariana. Assim como em Bento, Paracatu de Baixo também foi atingido, com perda de casas, escolas, comércios e destruição de áreas produtivas, plantações e criações.

A população foi retirada às pressas. A partir desses territórios, os rejeitos passaram a escoar pelo rio Gualaxo do Norte, atingindo outras localidades e áreas rurais de Mariana. O distrito de Gesteira, situado às margens deste rio, foi diretamente atingido, principalmente a parte baixa, chamada também de “Gesteira Velha”. Seguindo seu percurso, a lama alcançou

o rio do Carmo, avançando em direção ao município de Barra Longa. Diferente dos distritos rurais, Barra Longa teve seu núcleo urbano diretamente atingido. A lama invadiu ruas, residências, comércios e prédios públicos, deixando um rastro de destruição material e provocando a deposição de rejeitos em grande parte da cidade. Mesmo após a retirada inicial da lama, o município passou a conviver com poeira, contaminação do solo e dificuldades no processo de limpeza e reconstrução.

A partir de Barra Longa, os rejeitos seguiram atingindo sucessivamente diversos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ao longo de aproximadamente 600 quilômetros, a lama comprometeu o abastecimento de água, afetou atividades agrícolas, pesqueiras, econômicas e produziu danos ambientais irreversíveis. O percurso incluiu dezenas de cidades ribeirinhas até alcançar o distrito de Regência Augusta, no município de Linhares (ES), onde os rejeitos chegaram ao oceano Atlântico.

Imagem 1 – Trajeto da lama e municípios atingidos ao longo da bacia do rio Doce (MG).
Fonte: Orduz Rojas e Pereira (2023), extraído de O rompimento da barragem de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil. Elaborado a partir da Base Cartográfica Contínua do Brasil – IBGE (2021) e SIRGAS 2000.



Ainda no dia 5 de novembro e ao longo do dia 6, moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e de outras áreas atingidas foram retirados às pressas, muitos sem documentos, pertences ou informações sobre familiares, até porque muitos não tiveram sequer tempo de salvar algum pertence ou objeto. Parte significativa da população deslocada

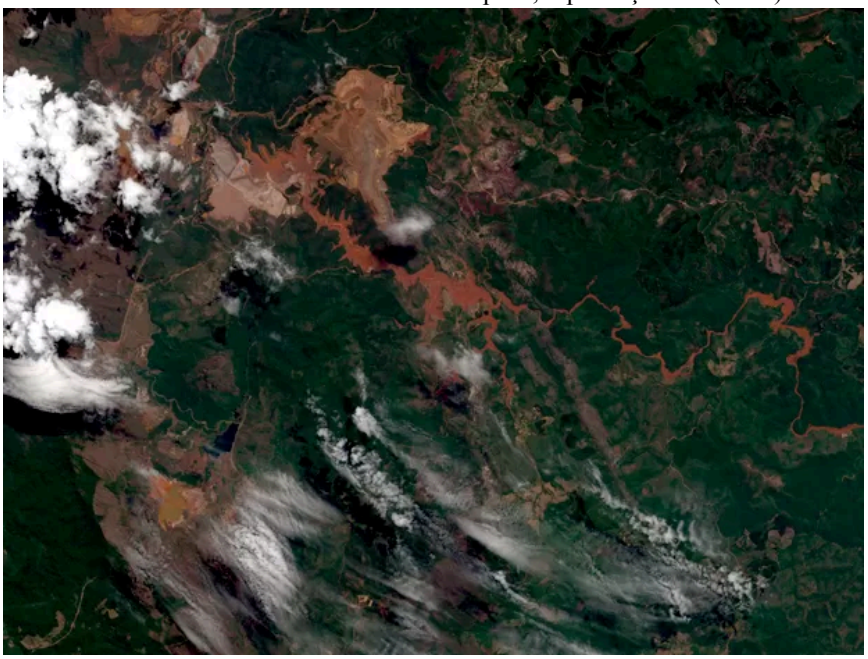
foi encaminhada para a Arena Mariana, espaço esportivo da cidade que passou a funcionar como abrigo emergencial. Ali, famílias permaneceram por dias e semanas, dormindo em colchonetes, recebendo doações e tentando compreender a dimensão do que havia ocorrido. Nesse momento, a população da cidade se mobilizou para lá e começaram a ajudar no que fosse preciso, desde separar mantimentos, apoio emocional, alimentação, etc.

As primeiras horas e os primeiros dias após o rompimento foram marcados por desinformação, ausência de comunicação oficial clara e pela circulação de notícias falsas. Informações sobre mortos, desaparecidos, riscos de novos rompimentos e contaminação da água se espalharam rapidamente, intensificando o medo, a confusão e a angústia na população. Nesse momento inicial, o desastre passou a se configurar não apenas como um evento técnico ou ambiental, mas como uma crise social e humanitária.

Já no dia seguinte, 6 de novembro, a repercussão do desastre alcançou a imprensa nacional e internacional. Jornais, emissoras de televisão e portais de notícias começaram a divulgar relatos oficiais sobre o número de mortos e desaparecidos, bem como entrevistas com moradores, autoridades e especialistas. Entretanto, mesmo com a ampla cobertura midiática, persistiu uma lacuna entre as informações oficiais e aquilo que as comunidades viviam cotidianamente, pois muitas pessoas ainda buscavam notícias de familiares, enfrentavam dificuldades de acesso à água potável e permaneciam em abrigos provisórios, sem previsão de retorno às suas casas (Carneiro, 2018).

À medida que a lama avançava em direção ao oceano Atlântico, a dimensão do desastre tornava-se ainda mais clara. A contaminação dos cursos de água e a devastação de ecossistemas ampliaram a percepção de que não se tratava só de um evento pontual, mas sim de um acontecimento de longo alcance e que estava afetando e modificando tudo, a vida de inúmeras pessoas e da natureza.

Imagem 2: Imagem captada por satélite do grupo Airbus Defence and Space mostra o rastro de lama deixado pelo rompimento das barragens em Mariana (MG), em 2015.
Fonte: Airbus Defence and Space; reprodução G1 (2015).



Nos dias seguintes ao rompimento, a tragédia já era amplamente reconhecida como uma das maiores já registradas no Brasil em termos de impacto ambiental e social, com o início de uma crise humanitária que se estenderia por meses e anos. De acordo com o diagnóstico realizado pelo *Projeto Rio Doce* da Fundação Getulio Vargas (FGV), a tal onda de lama atingiu pelo menos 45 municípios ao longo da Bacia do Rio Doce. Essa abrangência geográfica envolveu áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais, povos indígenas e populações quilombolas. O mesmo diagnóstico estima que pelo menos 2,2 milhões de pessoas foram atingidas de diferentes maneiras pelo rompimento, considerando os efeitos ambientais, econômicos, sociais e de direitos humanos desencadeados pela lama de rejeitos. Esse número inclui tanto os impactos diretos, como a perda de moradia, trabalho, acesso à água potável e segurança alimentar, quanto os impactos indiretos, que se estendem ao longo do tempo e afetam redes familiares e comunitárias inteiras (Projeto Rio Doce; Fundação Getulio Vargas, [s.d.]).

Outros impactos ambientais significativos do rompimento de Fundão, também presente nesse diagnóstico, incluem a morte de aproximadamente 11 toneladas de peixes, destruição de cerca de 860 hectares de Mata Atlântica, 1.551 hectares de solos e o impacto em quatro terras indígenas (Projeto Rio Doce; Fundação Getulio Vargas, [s.d.]).

Imagem 3: Comparação visual de Bento Rodrigues antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, a partir de imagens do Google Street View (2019–2024).
Fonte: Google Street View; colagem elaborada pela autora



2.2 O desastre como estrutura: gestão, reparação e normalização do risco

Após o rompimento da barragem de Fundão, o desastre deixou de ser apenas um evento de destruição material e passou a ser administrado institucionalmente. A lama que atingiu comunidades, deu lugar a um longo processo de gestão do dano, estruturado por meio de acordos jurídicos, programas administrativos e dispositivos técnicos que passaram a regular a vida cotidiana das populações atingidas. O primeiro marco dessa gestão foi a assinatura, em março de 2016, do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado entre as empresas responsáveis pelo rompimento (Samarco, Vale e BHP) e os governos federal e estaduais.

O acordo instituiu a Fundação Renova como entidade responsável por executar todas as ações de reparação ambiental e socioeconômica. Embora apresentada como uma fundação

técnica e independente, a Renova foi criada, financiada e dirigida pelas próprias empresas causadoras do desastre, o que configurou, desde sua origem, um conflito de interesses. As populações atingidas não participaram da elaboração do acordo, não foram consultadas sobre seus termos e não tiveram qualquer poder de decisão sobre os critérios, prazos e prioridades da reparação.

Com a criação da Fundação Renova, a condução da reparação foi deslocada do campo da responsabilidade direta do Estado para uma estrutura privada de governança. Esse deslocamento produziu consequências, como por exemplo, os direitos passaram a ser convertidos em programas, perdas foram enquadradas em categorias técnicas previamente definidas e a condição de "atingido" deixou de ser um reconhecimento político e social para tornar-se um status administrativo, condicionado a cadastros e perícias. Como analisam Orduz Rojas e Barros Pereira (2023), esse modelo permitiu às empresas controlar não apenas os recursos financeiros, mas também os tempos da reparação, os discursos e os limites do que seria reconhecido como dano, perda e direito.

Logo nos primeiros meses após o rompimento, foram distribuídos cartões provisórios de auxílio financeiro às famílias que haviam perdido moradia, renda e meios de subsistência. Apresentada como medida emergencial, essa política criou a expectativa de uma resposta rápida e contínua. No entanto, sua implementação foi marcada por critérios pouco transparentes, falhas de comunicação e ausência de garantias de permanência. Muitas famílias receberam o benefício por períodos curtos, outras jamais foram incluídas, e grande parte passou a viver sob constante ameaça de suspensão do auxílio. O que deveria funcionar como proteção emergencial converteu-se, na prática, em fonte permanente de insegurança.

Com o passar do tempo, o Auxílio Financeiro Emergencial passou a operar como um dos principais mecanismos de controle social do processo de reparação. A Fundação Renova instituiu sucessivos recadastramentos e exigências documentais de difícil cumprimento que resultaram no corte de benefícios. Também segundo Orduz Rojas e Barros Pereira (2023), a restrição do auxílio contribuiu para o empobrecimento progressivo das famílias atingidas e aprofundou situações de vulnerabilidade social, funcionando como forma indireta de pressão para a adesão a acordos indenizatórios desfavoráveis.

Já no campo das indenizações individuais, consolidou-se o Programa de Indenização Mediada (PIM), que passou a ser apresentado como principal via de compensação financeira. O programa estabeleceu indenização diferentes para cada tipo de perdas e direcionou o pagamento a acordos individuais que implicavam a renúncia a ações judiciais futuras. Para

muitos atingidos, a adesão ao PIM ocorreu em um contexto de exaustão e adoecimento, o que mostra a profunda assimetria de poder entre as partes envolvidas.

Além da dimensão econômica, a gestão do desastre produziu impactos no parte social das comunidades atingidas. A individualização das indenizações e a desigualdade no reconhecimento dos atingidos enfraqueceram vínculos comunitários e ampliaram conflitos internos. Famílias e vizinhos passaram a disputar reconhecimento, acesso a benefícios e legitimidade institucional, produzindo um ambiente marcado por tensões e pelo enfraquecimento das suas formas coletivas de organização. E isso segue até os dias atuais.

Diante das críticas ao TTAC, foi firmado, em 2017, o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), com o objetivo de ampliar estudos técnicos independentes sobre os danos ambientais e socioeconômicos. Apesar de representar um avanço formal, o TAP não alterou de maneira significativa o processo, que permaneceu centralizado na Fundação Renova. A reparação seguiu operando sob lógica administrativa e fragmentada.

Em 2018, após intensa mobilização dos atingidos, de movimentos sociais, universidades e entidades como a Cáritas, foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta da Governança (TAC Governança). Esse acordo reconheceu formalmente o direito das populações atingidas à participação no processo de reparação e à contratação de Assessorias Técnicas Independentes, com o objetivo de fortalecer o protagonismo comunitário.

Mas, ao longo dos anos seguintes, a demora e desgaste da reparação deixou de ser apenas consequência da complexidade técnica do desastre e passou a funcionar como estratégia. Como argumentam Orduz Rojas e Barros Pereira (2023), o tempo tornou-se um instrumento central de controle, pois a espera prolongada desgasta, desmobiliza e empurra os atingidos à aceitação de soluções parciais, enquanto a reparação integral permanece continuamente adiada. Entre 2022 e 2024, esse percurso culminou na assinatura do Acordo de Repactuação do Rio Doce, apresentado como solução definitiva para encerrar quase uma década de conflitos. O novo acordo extinguiu formalmente o TTAC, o TAC Governança e determinou o encerramento das atividades da Fundação Renova. (Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Diocesana de Governador Valadares, 2024)

Paralelamente ao percurso institucional brasileiro, milhares de atingidos ingressaram com ação judicial no Reino Unido contra a BHP. O processo, em tramitação na High Court of Justice, em Londres, busca responsabilizar a empresa por decisões estratégicas tomadas em sua estrutura corporativa internacional. Diferente do modelo brasileiro que é baseado em acordos administrativos, a ação inglesa centra-se na responsabilização civil da empresa e na possibilidade de indenizações diretas.

Em novembro de 2025, a High Court of Justice, em Londres, proferiu uma decisão inédita ao considerar a empresa BHP legalmente responsável pelo rompimento da barragem de Fundão, reconhecendo que a mineradora, embora não fosse proprietária direta da estrutura, exercia controle estratégico sobre a Samarco e contribuiu para a negligência na gestão dos riscos envolvidos (High Court of Justice, 2025). Essa decisão, que foi resultado de uma ação coletiva que envolve mais de 600 mil atingidos, estabelece, sob o direito inglês, que o desastre poderia ter sido evitado e que a BHP tem responsabilidade civil pelas falhas que desencadearam a tragédia. Foi um marco, a primeira vez desde 05 de novembro de 2015 que houve uma responsabilização pelo crime.

Como desdobramento desse cenário de crise prolongada, é fundamental observar também o tratamento dado pelo sistema de justiça brasileiro ao rompimento da barragem de Fundão. Embora o desastre tenha produzido impactos humanos, ambientais e territoriais de grande escala, o processo de responsabilização penal avançou de forma lenta e controversa, pois o principal processo criminal teve uma decisão em novembro de 2024, quando a Justiça Federal absolveu a Samarco, a Vale, a BHP e os demais réus envolvidos, de modo que, quase uma década após o rompimento, não havia condenação criminal definitiva no país (Mansur, 2025).

O que aconteceu em Mariana não pode ser reduzido a uma falha técnica isolada. Antes do rompimento, já existiam documentos que indicavam problemas na estrutura e riscos relacionados à sua operação. Os Laudos Técnicos de Segurança elaborados pela VOGBR em 2013, 2014 e 2015 registraram instrumentos com leituras acima dos níveis considerados normais, algumas delas classificadas como de alerta ou emergência, e recomendaram reiteradamente a revisão da Carta de Risco da barragem. Essa revisão, no entanto, não havia sido realizada até o dia do rompimento. Em novembro de 2014, o relatório do Independent Tailings Review Board também identificou trincas e áreas saturadas na região do recuo, recomendando que seu preenchimento fosse tratado como prioridade, medida que não chegou a ser concluída (Brasil, 2016, p. 47–50, 117–119).

As falhas também alcançavam as medidas de prevenção e resposta à emergência. O Plano de Emergência da Samarco, datado de maio de 2015, previa a comunicação do rompimento apenas aos setores internos da empresa, sem definir como seriam alertados os trabalhadores diretamente expostos ou as populações localizadas abaixo da barragem. O documento também não estabelecia formas de articulação com a Defesa Civil nem previa exercícios simulados para uma situação de ruptura. Quando a barragem rompeu e os rejeitos avançaram sobre Bento Rodrigues, não havia um sistema de alerta capaz de avisar a

comunidade, tampouco um treinamento prévio que orientasse os moradores sobre como agir e para onde seguir.

Essa ausência de preparação revela uma forma de atuação que trata o risco como algo distante, mesmo quando ele está presente no cotidiano de quem vive no território. Segundo Orduz Rojas e Pereira (2023), o conhecimento técnico sobre os perigos coexistiam com decisões empresariais que priorizavam a continuidade da produção. A segurança das populações atingidas não ocupava um lugar central no planejamento, o que expõe uma lógica em que o desastre é sempre uma possibilidade aceita, ainda que suas consequências sejam profundas e irreversíveis.

E os impactos de Mariana não ficaram isolados no tempo ou no espaço. Segundo o Relatório de Segurança de Barragens 2024-2025, divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil tem 241 barragens que apresentam riscos significativos à segurança porque não cumprem os critérios mínimos exigidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Segundo a ANA (2025), as 241 barragens consideradas prioritárias para a gestão da segurança estavam distribuídas em 23 estados e no Distrito Federal. O levantamento não apresentou barragens prioritárias na Paraíba, no Paraná e em Roraima.

Isso está diretamente ligado à dependência econômica da mineração, especialmente em estados como Minas Gerais. A atividade minerária organiza o território, gera empregos e receitas, mas também produz riscos permanentes. Essa dependência faz com que alternativas econômicas sejam constantemente adiadas e que a exposição ao perigo seja tratada como algo inevitável. O futuro, assim, passa a ser construído sobre bases frágeis, marcadas pela repetição do risco e pela normalização da ameaça, do medo.

Diante disso, a pergunta que orienta este tópico não é apenas sobre o que aconteceu, mas sobre qual futuro está sendo produzido? Um futuro em que comunidades continuam vivendo sob barragens inseguras, sem garantias de proteção, ou um futuro capaz de romper com um modelo que transforma territórios em zonas de sacrifício? Enquanto a mineração seguir operando sem mudanças profundas em suas práticas, o passado tende a se repetir sobre as gerações que ainda virão.

Enquanto esta dissertação é escrita, o rompimento da barragem de Fundão completou dez anos e o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, sete anos. Ainda assim, em 25 de janeiro de 2026, um dique da Mina de Fábrica, também de propriedade da Vale, localizado entre Congonhas e Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais, rompeu-se. É nesse ciclo de repetição e normalização do desastre que esta pesquisa se insere, posicionando-se como um exercício de memória e como recusa ao esquecimento.

3. OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

3.1 Comunicação e jornalismo comunitário

"Quem conta um conto, aumenta um ponto", diz aquele velho ditado popular. E no caso dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, esse ponto a mais não é invenção, mas direito. Direito de existir, de narrar e de exigir justiça. O jornal A Sirene surgiu no cenário pós-trauma como uma ação de comunicação e também como forma de justiça simbólica. Esse modelo de atuação se alinha ao que Cecília Peruzzo define como comunicação comunitária e alternativa, entendida como "parte de um processo amplo de mudanças que atualiza o interesse social por justiça e democracia, inclusive a comunicacional" (Peruzzo, 2013, p. 144). Peruzzo também define:

> Comunicação popular e comunitária: processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem łns lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas (Peruzzo, 2013, p. 140).

É importante ressaltar, já no início desta discussão, que a comunicação comunitária mantém uma forte relação com as práticas de comunicação de resistência, uma vez que frequentemente emerge de movimentos sociais, comunidades e coletivos que buscam, por meio da comunicação, denunciar injustiças e ampliar sua participação no debate público. Para Peruzzo (2024, p. 73), a comunicação popular e comunitária constitui uma forma de contracomunicação frente aos padrões convencionais da grande mídia, pois nasce das necessidades comunicacionais dos próprios atores coletivos e é construída a partir de suas experiências, interesses e demandas. Desenvolvida de forma horizontal e participativa, essa prática integra o campo das lutas simbólicas de grupos subalternizados, contribuindo para dar visibilidade a causas sociais e reivindicações, além de ampliar a participação desses sujeitos no debate público por meio de perspectivas críticas e diferenciadas.

A comunicação comunitária encontra no jornal uma expressão radicalizada pelo contexto de emergência em que surge. Longe de ser só um canal informativo, o jornal é uma tecnologia social de reparação simbólica. Essa dimensão se materializa na linguagem do jornal, que preserva intencionalmente os modos de falar locais, as estruturas narrativas comunitárias e os saberes tradicionais que a linguagem jornalística convencional

habitualmente apaga em nome de uma certa objetividade. A narrativa também é um campo de disputa.

> Na comunicação comunitária e alternativa as pessoas que a exercitam não o fazem simplesmente para se tornarem visíveis ou para dar visibilidade às suas entidades. Constroem uma visibilidade midiática que subverte a "ordem" de ocupação de espaço na mídia por celebridades. Não se trata de aparição pública em busca de alguns "minutos de fama", trata-se de uma participação política, uma vontade de interferir para a ampliação da qualidade da cidadania, para a circulação de ideias dissonantes das dominantes e para a transformação social. (Peruzzo, 2013, p.144)

Essa dimensão política é central para compreender o impacto do jornal A Sirene desde seus primeiros anos de existência, marcados por precariedade material, trabalho voluntário e ausência de recursos financeiros estáveis. A construção do jornal esteve, desde o início, ancorada em esforços coletivos e em um compromisso ético com as comunidades atingidas. Conforme relata Silmara Filgueiras, integrante do conselho editorial:

> No período inicial, o maior desafio – de acordo com a minha visão – foi quando os primeiros colaboradores começaram a se desligar do jornal por conta de outras prioridades. Com isso, as pessoas que permaneceram estiveram diante do desafio de "continuar do jeito que desse", pois naquele momento os atingidos precisavam de cada uma das edições publicadas todo o dia 5. Digo isso por conta do jornal ter sido um importante canal de informação nos primeiros momentos, onde não tinham ainda assessoria técnica e outras informações sobre o rompimento estavam incompletas ou inexistentes. O "continuar do jeito que desse" foi no sentido da gente continuar sem o olhar e amadurecimento técnico necessários para tocar um veículo de comunicação. Porém, esse desafio talvez tenha sido muito importante para que o jornal conquistasse o lugar do jornalismo popular e comunitário de forma menos acadêmica e mais de acordo com as necessidades e as formas de transmitir informações.(Filgueiras, informação oral, 30 nov. 2024).

Ainda segundo Silmara Filgueiras, as condições de funcionamento do jornal foram se transformando ao longo do tempo, especialmente com a obtenção de recursos financeiros. Nos primeiros anos, o trabalho era realizado de forma inteiramente voluntária. À medida que o jornal se consolidou, o conselho editorial identificou a necessidade de profissionalizar sua gestão, o que levou à elaboração de projetos para captação de recursos, à aquisição de equipamentos para as produções e à concessão de bolsas para pessoas atingidas e estudantes da UFOP que atuavam como estagiários, além da contratação de um jornalista responsável. Embora os recursos destinados à manutenção do jornal fossem limitados e insuficientes para remunerar todos os colaboradores, a participação voluntária permaneceu como uma característica marcante da iniciativa, sustentada por acordos entre os participantes e pelo

interesse coletivo em contribuir com a produção do jornal e fortalecer a luta das pessoas atingidas (Filgueiras, informação oral, 30 nov. 2024).

Mesmo diante da ausência de maturidade técnica e da limitação de recursos, o jornal conseguiu se consolidar como um espaço de referência em jornalismo popular e comunitário. Sua fundação está profundamente ligada ao contexto de desinformação e invisibilização que marcou os primeiros momentos após o rompimento, quando as narrativas das empresas mineradoras ocupavam com facilidade os espaços da mídia hegemônica. Foi principalmente nesse momento inicial que o A Sirene fortaleceu sua atuação na garantia do direito à comunicação e à participação informada das comunidades atingidas. O jornal desempenhou um papel fundamental ao acompanhar os processos desencadeados após o rompimento e ao registrar as histórias das pessoas atingidas, contribuindo para dar visibilidade a comunidades que permaneciam à margem das narrativas predominantes. Em um contexto marcado pelo poder econômico e comunicacional das empresas mineradoras, cujas versões dos acontecimentos circulavam com maior facilidade na mídia, o A Sirene constituiu um espaço de valorização das experiências e reivindicações dos atingidos, ampliando sua presença no debate público e fortalecendo a defesa de seus direitos (Filgueiras, informação verbal, 30 nov. 2024).

Essa centralidade da pauta como escolha política dialoga também com as reflexões de Fabiana Moraes (2022), a autora defende que a pauta jornalística, muitas vezes tratada como algo neutro e técnico, é, na verdade, uma ferramenta política. Quando afirma que "toda pauta é uma arma de combate", ela ilumina o caráter estratégico das escolhas editoriais do jornal, em que cada história publicada era também denúncia, memorial e ferramenta de organização de luta. A opção por depoimentos extensos, sem edições que domestiquem a dor; o uso de fotografias voltadas ao cotidiano, e não apenas ao espetáculo do desastre; e a preservação dos modos de falar das comunidades compõem o que Moraes denomina uma “ética da escuta com o corpo inteiro”. Aqui, a subjetividade deixa de ser compreendida como vício jornalístico e passa a operar como instrumento de humanização.

A dor, portanto, não é transformada em espetáculo, mas assumida como memória viva e política:

> Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir. (Moraes, 2022, p. 9)

Ao longo dos anos, no entanto, a sustentabilidade do jornal permaneceu como um desafio constante. Atualmente, o jornal A Sirene depende majoritariamente de doações, parcerias e financiamentos coletivos para manter sua circulação. Conta com uma equipe reduzida, operando em regime colaborativo e majoritariamente freelancer. O processo de produção envolve reuniões coletivas de pauta, divisão de tarefas, produção, revisão, diagramação e publicação, mantendo o rigor editorial mesmo diante das limitações materiais. Esse modelo de trabalho reforça o caráter coletivo e político da iniciativa, consolidando o jornal como uma das poucas vozes que seguem ecoando as demandas das comunidades atingidas, mesmo aos trancos e barrancos.

Ao retomar as reflexões de Peruzzo, observa-se que a comunicação comunitária pode ser compreendida como uma forma concreta de exercício do direito à comunicação. Para a autora, o empoderamento dos canais comunicacionais faz parte da própria história dos movimentos sociais, uma vez que a necessidade de comunicar é constitutiva da dinâmica social. Assim, diferentes formas e suportes comunicacionais se articulam aos processos de consciência, organização e ação coletiva, fortalecendo laços internos e tornando públicas situações de injustiça e reivindicação de direitos.

> Desde suas origens, a Comunicação Popular parte das premissas de que o ser humano é portador de direitos e capaz de ser sujeito da histórica, portanto, também protagonista de seus meios de comunicação. Por um lado, todas as lutas populares das quais a comunicação popular é parte constituinte (ajuda a constituir) e constitutiva (é constituída por elas) carregam a noção de direitos humanos — segundo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e de Cidadania — de acordo com as leis do país, nos quais as pessoas são portadoras de direitos e requerem o respeito. Portanto, o grito pelo respeito à igualdade, pela não discriminação, por liberdade de expressão e o direito de participação política e de livre associação permeiam as lutas dos movimentos sociais populares de caráter cívico no continente latino-americano. Por outro lado, a premissa do ser humano como capaz de se tornar protagonista das mudanças sociais requeridas, a partir de um processo de conscientização e organização de base, mesmo num contexto de opressão política e crescente desigualdade social, fez parte de todo um movimento histórico desde as últimas décadas do século passado. (Peruzzo, 2024, p.110)

E ainda, complementando a questão do direito à comunicação, Peruzzo contribui: Ao aprofundar a discussão sobre o direito à comunicação, Peruzzo (2024) afirma que esse direito vai além do acesso à informação ou da liberdade de expressão. Trata-se da possibilidade de indivíduos e coletivos atuarem como sujeitos do processo comunicacional, produzindo, editando, difundindo e recebendo conteúdos por meio de seus próprios canais e meios de comunicação. Nessa perspectiva, a cidadania comunicacional está vinculada ao protagonismo

popular e à efetivação de direitos coletivos, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento da participação social e da democracia. Para a autora, essa concepção amplia o exercício da cidadania ao enfatizar a responsabilidade com o interesse público e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Peruzzo, 2024, p. 250).

As reflexões de Peruzzo nos permite compreender que a comunicação comunitária não se limita a uma prática comunicacional localizada, mas integra um horizonte mais amplo de reivindicação de direitos ao possibilitar que grupos historicamente marginalizados produzam e também circulam suas próprias narrativas, e sendo assim, ve-se a materialização do direito à comunicação. Sendo assim, discutir comunicação comunitária implica também reconhecer a comunicação como parte da cidadania, uma vez que a possibilidade de expressar, compartilhar e disputar sentidos sobre a realidade social está relacionada à participação democrática.

> O reconhecimento dos direitos à comunicação como geração distinta de direitos nos conceitos de cidadania fortalece a própria concepção de cidadania porque a atualiza quanto à percepção da importância da Comunicação na sociedade contemporânea, colocando o direito à comunicação no mesmo nível dos demais direitos. Se os mecanismos midiáticos cada vez mais mexem com a cultura e com o modo ser e perceber o mundo, eles estão interferindo na ecologia simbólica da espécie. Se há de se cuidar do genoma, por que não cuidar das mentalidades? Por outro lado, o avanço no nível de reconhecimento da comunicação como direito torna-o mais perceptível, enquanto direito, aos olhos de todos, sejam eles os próprios cidadãos, o poder judiciário, órgãos do poder executivo (da polícia, por exemplo, que vive fechando rádios comunitárias no Brasil e cerceando o direito humano e constitucional de liberdade de expressão), o parlamento e as empresas privadas, maiores beneficiadas com concessões para operar os sistemas midiáticos (mainstream media). (Peruzzo, 2024, p.226-227)

Nessa mesma direção, Raquel Paiva (2009) compreende a comunicação comunitária como um projeto social comprometido com a qualidade de vida das populações e com processos educativos capazes de promover o desenvolvimento social. Trata-se de uma proposta que se contrapõe à lógica mercadológica dominante, ao recusar a comunicação reduzida à vitrine do consumo ou à simples transmissão de informações. A comunicação comunitária nesse sentido exige a construção de estruturas comunicacionais baseadas no diálogo, na participação e na cooperação, operando a partir de relações horizontais entre os sujeitos envolvidos.

> A comunicação passa a significar, então, uma alavanca, capaz de promover uma vinculação real entre os cidadãos, também com seu território e seu quotidiano. Não seria muito utópico pensar que, a partir dessa proposta,

> poderiam haver condições concretas para se promover uma real alteração no vertiginoso processo de exclusão social da atualidade. (Paiva, 2009, p.3)

Essa concepção dialoga diretamente com a experiência do jornal A Sirene, que se estrutura como um veículo profundamente enraizado no território e no cotidiano das comunidades atingidas. Ao priorizar narrativas locais, modos de falar próprios e temas definidos coletivamente, o jornal materializa aquilo que Paiva (2009) identifica como um dos objetivos centrais da comunicação comunitária: capacitar, fortalecer valores e vínculos, além de preservar práticas culturais que tendem a ser silenciadas no ritmo acelerado da sociedade contemporânea.

Essa dimensão de relação com o território presente na comunicação comunitária é aprofundada por Gizele Martins e Raquel Paiva (2023), ao compreenderem a comunicação como um instrumento de circulação de informações, e também como uma prática capaz de intensificar a proximidade e compromisso coletivo com o território. Para as autoras, a comunicação comunitária atua diretamente na construção de relações de cuidado entre os sujeitos, suas culturas e os espaços que habitam, constituindo-se como dispositivo de preservação socioambiental e de mudanças.

> […] considerando que uma comunicação comunitária, em sua essência, pretende estimular e produzir uma vinculação não apenas entre as pessoas que vivem em um mesmo lugar, mas que se interponha como uma comunicação capaz de gerar uma coesão social em que, necessariamente, os indivíduos estejam preocupados e atentos uns aos outros, ao território em que vivem e à cultura que partilham. Trata-se de uma coesão capaz de produzir o real interesse em preservar ecologicamente um lugar — seus animais, vegetais e minerais — e, também, de estabelecer um ambiente de mudança social em direção a propostas amplamente inclusivas. (Martins; Paiva, 2023, p. 106–107).

A discussão sobre comunicação popular e comunitária também precisa ser compreendida a partir das particularidades históricas e sociais da América Latina. No continente, as práticas comunicacionais surgem articuladas às lutas sociais e às formas de organização coletiva que marcam a trajetória de diferentes movimentos populares.

> A concepção de Comunicação Popular na América Latina é diferente de como seria entendida em países de outros continentes, pois se refere à comunicação que ocorre no contexto de movimentos sociais, comunidades e organizações congêneres dos setores subalternizados em suas lutas emancipatórias. A expressão Comunicação Popular — ou Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa — é tomada como categoria abrangente, da qual derivam denominações como comunicação comunitária,

> participativa, dialógica, horizontal, alternativa, radical e outros adjetivos similares, porém com matizes um tanto distintos que se constituem no percurso histórico. Essa situação resulta em especificidades devido aos contextos e às práticas sociais singulares, conforme o tipo de atores envolvidos e os interesses em jogo, além de haver influência da base conceitual que serve de inspiração ou fundamento para a práxis. (Peruzzo, 2024, p.100)

Em contextos frequentemente atravessados por desigualdades sociais, concentração dos meios de comunicação e limitações ao acesso à esfera pública, grupos e comunidades passaram a desenvolver seus próprios canais de expressão como forma de fortalecer processos de mobilização e organização. O que percebe-se é a comunicação deixando de ser compreendida como um campo técnico e passando a assumir uma dimensão política e social maior, responsável por contribuir à construção de consciência coletiva e de participação cidadã. Neste trabalho, a comunicação comunitária é compreendida como uma prática social situada, que articula direito à comunicação, vínculo territorial e participação política. Trata-se de um processo comunicacional que se entrelaça às experiências coletivas e que se organiza a partir das demandas das comunidades. Embora a comunicação comunitária se manifeste em múltiplas formas e suportes, o jornalismo comunitário configura-se, neste trabalho, como uma de suas expressões possíveis. No caso do jornal *A Sirene*, o jornalismo reverbera como exercício de comunicação organizado e que combina técnicas jornalísticas com princípios comunitários, assumindo então as suas narrativas como dimensões políticas, sociais e territoriais.

3.2 Midiatização

Há um tempo em que a comunicação podia ser pensada como ponte. Algo que ligava fatos e pessoas, acontecimentos e públicos. Hoje, essa representação já não dá conta do que vivemos. A comunicação está além dos acontecimentos, ela atravessa, molda e, muitas vezes, reorganiza a própria realidade social. Quando falamos em midiatização, estamos falando dessa transformação, para além da presença intensa dos meios de comunicação no cotidiano, também as práticas sociais que passam a se estruturar considerando a lógica da visibilidade, da circulação e da disputa por sentido. Governos anunciam, empresas se publicam, movimentos reivindicam e sujeitos narram suas próprias experiências já conscientes de que existir publicamente é disputar reconhecimento, engajamento.

Paralelamente, José Luiz Braga (2006;2012) compreende os meios de comunicação como componentes integrados da sociedade, atuando como instâncias de interação e não só

como canais de transmissão. Para o autor, a midiatização diz respeito à interferência da lógica dos meios no desenvolvimento de campos específicos da vida social, de modo que as interações que constituem a sociedade passam cada vez mais a ocorrer através das mídias. Nesse sentido, Braga observa que:

> Com a midiatização crescente dos processos sociais em geral, o que ocorre agora é a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade. Ainda que os processos interacionais mais longamente estabelecidos – da ordem da oralidade presencial e da escrita em suas múltiplas formas – continuem a definir padrões de comunicação, e lógicas inferenciais, que organizam a sociedade e suas tentativas, tais processos, em sua generalidade, se deslocam para modos mais complexos, envolvendo a diversidade crescente da midiatização – o que é bem mais amplo e diferenciado do que referir simplesmente o uso dos meios. (Braga, 2012, p. 35).

Ainda para Braga, "A abrangência dos processos midiáticos, na sociedade, não se esgota nos subsistemas de produção e recepção" (Braga, 2006, p. 21). Ou seja, deixa de existir a visão de mídia e sociedade como instâncias separadas, já que a sociedade midiatizada acontece e existe justamente pela mídia e/ou na mídia. A sociedade deixa de atuar apenas como receptora de influências midiáticas, e passa também a agir sobre a mídia, atribuindo-lhe novos sentidos e funções. Segundo o autor:

> "Desde as primeiras interações midiatizadas, a sociedade age e produz não só com os meios de comunicação ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social. Ao fazer isso, chega inclusive, partindo de práticas de uso, a desenvolver novos objetivos e funções para as tecnologias inventadas a serviço inicialmente de pontos de vista relacionados à produção/emissão" (Braga, 2006, p. 22).

Essa perspectiva permite compreender A Sirene como um exemplo de apropriação social da mídia por grupos marginalizados. Os atingidos pelo rompimento da barragem não se limitaram a consumir narrativas produzidas pela grande mídia, mas se tornaram produtores de suas próprias histórias, organizando-se coletivamente para resistir e tensionar discursos hegemônicos frequentemente marcados por estereótipos, silenciamentos e simplificações. Assim, a mídia se converte em um espaço de ação social e de construção de sentidos compartilhados.

As reflexões de Antônio Fausto Neto (2008) também contribuem para aprofundar essa análise ao diferenciar dois momentos no papel da mídia na sociedade. O primeiro sendo a sociedade dos meios e o segundo a sociedade da midiatização. Na sociedade dos meios, as mídias atuam com relativa autonomia em relação aos demais campos sociais, organizando

processos interacionais específicos. Já na sociedade da midiatização, a cultura midiática se torna a referência central a partir da qual se estrutura a dinâmica sociotécnica e discursiva da sociedade, produzindo zonas de afetação em múltiplos níveis. Trata-se da passagem da chamada sociedade dos meios para a sociedade da midiatização.

> Uma designação econômica para diferenciar a «sociedade dos meios» da «sociedade da midiatização» está no fato de que na primeira as mídias estariam a serviço de uma organização de um processo interacional e sobre o qual teriam uma autonomia relativa, face à existência dos demais campos. Na segunda, a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sociotécnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade. (Fausto Neto, 2008, p. 93)

Com essa distinção, Fausto Neto fala que a midiatização não diz respeito apenas à ampliação da presença dos meios, mas à reconfiguração das próprias lógicas sociais. A cultura midiática deixa de ser um suporte externo e passa a atravessar os diferentes campos, até mesmo as suas práticas. E então, quando analisamos o objetivo do jornal A Sirene na sociedade midiatizada, percebemos que não se trata de um veículo por si só informativo, mas um veículo que vai trazer temáticas como a luta por justiça, os direitos dos atingidos, a saudade de casa, entre outros. E portanto, nota-se como a cultura midiática, mencionada por Fausto Neto, se converte numa nova estrutura sobre a qual as comunidades atingidas se organizaram e criaram um veículo midiático que influencia tanto a identidade coletiva quanto a memória coletiva dos acontecimentos após o dia 5 de novembro de 2015.

3.3 Solastalgia

[...]
solastalgia é ter saudades
do lar que nunca ficou para trás
o luto pela violenta mordida
do tempo dos homens
quando tudo muda tudo fala
tudo falta
tudo é mudo no ruído branco ártico deste ponto
de luz como será a Terra vista de Marte?
[...]

Adriana Lisboa

O termo solastalgia, cunhado por Glenn Albrecht (2005), resulta da combinação entre solace (consolo) e algia (dor, sofrimento). A escolha desses radicais não é aleatória. Como

explica Marques Tarabal (2025), Albrecht constrói deliberadamente uma palavra que dialoga estruturalmente com "nostalgia", mas desloca seu significado. Enquanto a nostalgia remete à saudade de um lugar distante ou de um tempo passado, a solastalgia refere-se ao sofrimento provocado pela transformação do lugar onde ainda se vive. O conceito é fundamental para compreender os impactos subjetivos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, pois descreve a experiência de permanecer no próprio território e, ainda assim, já não reconhecê-lo como lar.

O pertencimento, nesse contexto, não se limita ao vínculo físico com um determinado espaço. Trata-se de uma construção social e afetiva produzida pelas experiências compartilhadas, pelas práticas cotidianas e pelas relações estabelecidas com o território. Quando esse território é violentamente transformado, rompe-se também parte das referências através das quais os sujeitos constroem suas identidades individuais e coletivas.

Segundo Albrecht (2005), trata-se da "dor ou doença causada pela incapacidade de encontrar consolo no estado presente de seu lar e território". Em outra definição, o autor afirma que a solastalgia representa "a experiência vivida da perda do presente", marcada pela sensação de deslocamento provocada pela destruição das condições que antes possibilitavam segurança, identidade e pertencimento. Em síntese, é uma forma de nostalgia experimentada enquanto ainda se está em casa.

> Solastalgia não se trata de olhar para um passado dourado, nem de buscar outro lugar como 'casa'. É a 'experiência vivida' da perda do presente, manifestada em um sentimento de deslocamento; de ser minado por forças que destroem o potencial de conforto que pode ser derivado do presente. Em resumo, a solastalgia é uma forma de nostalgia da casa que se sente quando se está ainda em casa. (Albrecht, 2005)

Ao deslocar o debate sobre os desastres ambientais para além das perdas materiais, Albrecht demonstra que a degradação do território também produz rupturas emocionais, simbólicas e identitárias. A destruição da paisagem não significa apenas a perda de bens físicos, mas o rompimento de vínculos construídos ao longo de gerações com rios, quintais, árvores, igrejas, praças, vizinhos e modos de vida. O território deixa de ser apenas um espaço geográfico para revelar-se como elemento constitutivo da identidade coletiva.

Nas últimas décadas, o conceito vem sendo mobilizado por pesquisadores que investigam conflitos ambientais e deslocamentos provocados pela mineração e por grandes empreendimentos. Uribe-Sierra, Toscana-Aparicio e Mansilla-Quiñones (2024), ao analisarem comunidades afetadas pela mineração a céu aberto no México, demonstram que a

expropriação do território produz não apenas perdas econômicas, mas profundas experiências de sofrimento emocional e desenraizamento. Para os autores, a solastalgia está diretamente relacionada à ruptura do espaço vivido e à sensação de expulsão de um mundo compartilhado, processo atravessado por relações desiguais de poder e por formas de violência territorial semelhantes às observadas após o rompimento da barragem de Fundão.

Nessa mesma direção, Askland e Bunn (2018) argumentam que a solastalgia ultrapassa a dimensão individual do sofrimento. Trata-se também de uma experiência social e política, uma vez que evidencia como determinadas populações são submetidas à perda de seus territórios em decorrência de decisões econômicas e ambientais sobre as quais pouco ou nenhum controle possuem. O sofrimento, portanto, não decorre apenas da transformação da paisagem, mas da percepção de impotência diante da destruição de seus modos de vida.

As narrativas publicadas por A Sirene materializam esse conceito de maneira particularmente expressiva. Ao longo de suas edições, o jornal registra perdas que extrapolam a destruição física provocada pela lama. As reportagens falam de árvores frutíferas, quintais, animais, igrejas, festas, vizinhos, rios e objetos cotidianos. À primeira vista, essas lembranças podem parecer dispersas. Entretanto, analisadas à luz da solastalgia, revelam algo em comum: todas dizem respeito à ruptura dos vínculos que constituíam a experiência de habitar aquele território.

Ao refletir sobre experiência da solastalgia no contexto da mineração em Minas Gerais, Marques Tarabal (2025, p. 12) afirma:

> No caso de Minas Gerais o sentimento se manifesta na desorientação das comunidades deslocadas, na angústia de quem vê sua montanha ser desfigurada, na tristeza daqueles que perderam seus rios para a lama tóxica. É a materialização do sofrimento psíquico em face de uma paisagem violentada, onde o familiar se tornou estranho e o estável se tornou precário. Compreender essa experiência emocional é reconhecer a dimensão subjetiva e emocional do impacto da mineração, que vai além dos danos econômicos ou ecológicos mensuráveis, tocando na própria alma do lugar e de seus habitantes. (Marques Tarabal, 2025, p. 12).

Se o desastre produz a solastalgia, a comunicação comunitária não elimina essa experiência. O que o jornal A Sirene oferece é outra possibilidade, a de transformar uma dor vivida de forma isolada em memória compartilhada. Ao registrar testemunhos, preservar lembranças e produzir narrativas sobre o território perdido, o jornal cria um espaço onde o sofrimento deixa de ser apenas uma experiência individual para tornar-se também reconhecimento coletivo e resistência. É sob essa perspectiva que a solastalgia será retomada

no capítulo de análise, não apenas como conceito teórico, mas como categoria capaz de iluminar as múltiplas formas pelas quais os atingidos narram sua relação com o território, a memória e a luta por reparação.

A adoção do conceito de solastalgia nesta pesquisa não se deve apenas à sua capacidade de descrever os impactos emocionais do desastre, mas ao fato de oferecer uma chave interpretativa para compreender as narrativas produzidas pelos próprios atingidos. Em A Sirene, a perda do território não é apresentada apenas como destruição ambiental, mas como ruptura de vínculos cotidianos, afetivos e culturais. Os relatos sobre rios, quintais, igrejas, festas, árvores, animais e vizinhos revelam que aquilo que foi perdido ultrapassa a dimensão material e alcança os modos de viver e de significar o lugar. Nesse sentido, a solastalgia permite compreender por que o jornal insiste em registrar memórias aparentemente ordinárias: elas constituem justamente os elementos que sustentavam o pertencimento ao território.

3.4 Memória: narrar para permanecer

O rompimento da barragem produziu uma ruptura que extrapola a dimensão material do desastre. A destruição significou também a desarticulação de formas de convivência, práticas cotidianas e referências que estruturavam a vida coletiva das comunidades atingidas. Quando um território é violentamente transformado, enfraquecem-se também os vínculos que sustentam as lembranças compartilhadas e os sentidos de pertencimento construídos ao longo do tempo. Nesse contexto, a memória deixa de representar apenas uma recordação do passado para tornar-se um elemento fundamental na reconstrução das identidades coletivas e na disputa contra o esquecimento.

A memória constitui um dos principais mecanismos por meio dos quais indivíduos e grupos atribuem sentido às suas experiências. Longe de representar um simples armazenamento de acontecimentos vividos, ela é continuamente reconstruída a partir das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos. Maurice Halbwachs (2006) foi um dos primeiros autores a romper com a compreensão da memória como um fenômeno exclusivamente individual, defendendo que toda lembrança é produzida dentro de quadros sociais que orientam aquilo que pode ser recordado.

Para Halbwachs (2006), mesmo as lembranças mais íntimas são atravessadas pelas experiências compartilhadas com a família, os vizinhos, os grupos religiosos, a comunidade e os diferentes espaços de sociabilidade. A memória individual, portanto, só existe porque está

inserida em uma memória coletiva que fornece referências para organizar o passado e reinterpretá-lo continuamente à luz das necessidades do presente. Recordar não significa reproduzir fielmente os acontecimentos, mas reconstruí-los socialmente.

> Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2006, p. 39).

Essa perspectiva permite compreender que a destruição provocada pelo rompimento da barragem não atingiu apenas estruturas físicas. Quando desaparecem ruas, quintais, igrejas, escolas, rios e espaços de convivência, desaparecem também os suportes materiais que alimentavam a memória coletiva. O território deixa de ser apenas um cenário onde a vida acontece para revelar-se como parte constitutiva da própria experiência de lembrar. É nele que se inscrevem práticas, afetos, celebrações, relações familiares e modos de viver que dão continuidade à história de uma comunidade. Sob essa perspectiva, o pertencimento ultrapassa sua dimensão geográfica.

Pertencer significa reconhecer-se em um conjunto de relações construídas com determinado lugar, compartilhando experiências, afetos e formas de vida. Quando essas referências são interrompidas, não ocorre apenas uma perda territorial, mas também uma ruptura na continuidade das memórias coletivas que estruturavam a identidade dessas pessoas. É justamente essa dimensão que aproxima o debate sobre memória das discussões desenvolvidas anteriormente sobre a solastalgia, uma vez que a transformação violenta do território compromete tanto a experiência cotidiana do habitar quanto os processos de construção da memória coletiva.

Se Halbwachs demonstra como a memória é construída socialmente, Michael Pollak (1989) amplia essa discussão ao evidenciar que lembrar também constitui um processo político. Para o autor, a memória coletiva não é formada de maneira espontânea, mas resulta de disputas permanentes em torno daquilo que será lembrado, esquecido ou silenciado. Existem memórias que alcançam reconhecimento público e passam a compor as narrativas oficiais, enquanto outras permanecem subterrâneas, preservadas apenas pelos grupos que as vivenciaram.

> A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas

> mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (Pollak, 1989, p. 7).

Ao discutir os processos de enquadramento da memória, Pollak (1989) demonstra que recordar significa também disputar legitimidade. A memória nunca é neutra, ela envolve escolhas, silenciamentos e relações de poder que determinam quais acontecimentos permanecerão socialmente visíveis. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante para compreender os desastres socioambientais, nos quais frequentemente coexistem diferentes narrativas sobre um mesmo acontecimento: a narrativa institucional das empresas responsáveis, a narrativa jurídica dos processos de reparação, a narrativa construída pelos meios de comunicação e, por fim, a narrativa elaborada pelas próprias comunidades atingidas.

É nesse contexto que o jornal A Sirene assume um papel único, pois ao privilegiar os testemunhos dos atingidos, suas fotografias e suas interpretações sobre o rompimento, o jornal desloca o centro da narrativa. Em vez de reproduzir uma memória construída a partir de dados técnicos, decisões judiciais ou comunicados institucionais, A Sirene preserva experiências que dificilmente encontrariam espaço nas narrativas oficiais. A memória registrada pelo jornal, entretanto, não diz respeito apenas ao rompimento da barragem, mas trata-se da memória de vidas interrompidas pela lama.

Ao longo de suas edições, reaparecem constantemente relatos sobre festas comunitárias, igrejas, quintais, árvores, receitas, celebrações religiosas, criações de animais e laços afetivos e de vizinhança. Esses elementos aparentemente cotidianos revelam que aquilo que se busca preservar não é sobre a tragédia, mas sobre os modos de viver que existiam antes dela. Nesse sentido, A Sirene não produz apenas uma memória do desastre, mas uma memória do território e das formas de vida que nele existiam.

Desse modo, A Sirene pode ser compreendido como um verdadeiro arquivo vivo das comunidades atingidas. Cada edição atualiza lembranças, registra testemunhos, preserva imagens e reafirma identidades que continuam sendo disputadas mesmo anos após o rompimento da barragem. O jornal além de documentar o passado, produz condições para que essa memória permaneça em circulação, fortalecendo processos de pertencimento, reconhecimento e resistência.

É sob essa perspectiva que a memória será compreendida nesta pesquisa. Mais do que

uma categoria voltada à preservação do passado, ela constitui um processo social continuamente reconstruído por meio da comunicação. No A Sirene, lembrar significa resistir ao apagamento, reafirmar vínculos com o território e disputar as narrativas produzidas sobre o desastre. No capítulo de análise, será possível observar como textos e fotografias atuam conjuntamente na construção dessa memória coletiva, transformando experiências individuais em patrimônio compartilhado das comunidades atingidas.

3.5 Fotojornalismo

Há acontecimentos que permanecem na memória também pelas imagens que deixam. Antes mesmo de conhecermos todos os detalhes de uma história, muitas vezes é uma fotografia que nos aproxima dela: um rosto, uma paisagem, um objeto fora do lugar, um gesto, uma cor. No jornalismo, essas imagens não ocupam um espaço secundário. Elas informam, narram, complementam e também participam da maneira como os acontecimentos passam a ser vistos e lembrados.

O fotojornalismo nasce justamente dessa relação entre imagem e acontecimento. Mais do que ilustrar uma notícia, a fotografia pode revelar elementos que o texto não alcança sozinho, produzindo outras camadas de leitura. Sousa (2002) compreende o fotojornalismo como uma atividade que utiliza a fotografia para informar, contextualizar e produzir conhecimento sobre acontecimentos de interesse jornalístico. Ao selecionar um fragmento da realidade e apresentá-lo ao público, a imagem também interpreta aquilo que registra e pode tornar visíveis determinados pontos de vista.

Essa compreensão amplia o lugar ocupado pela fotografia na imprensa. Ela não aparece somente como complemento do texto, mas como parte da construção da narrativa jornalística. Pode concentrar em uma única imagem o sentido de um acontecimento ou desenvolver uma história por meio de uma sequência fotográfica. Em ambos os casos, estabelece relações com o título, a legenda, a reportagem e a própria organização da página. Para Sousa (2002), é nessa articulação que a fotografia assume sua capacidade de informar sem deixar de produzir sentidos sobre o mundo que registra.

> A fotografia jornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. Dá informação e ajuda a credibilizar a informação textual. Pode ser usada em vários suportes, desde os jornais e revistas, às exposições e aos boletins de empresa. O domínio das linguagens, técnicas e equipamentos fotojornalísticos é, assim, uma mais-valia para qualquer profissional da comunicação. (Sousa, 2002, p.5)

Isso acontece porque toda fotografia retém um fragmento do tempo. É o que Henri Cartier-Bresson (2004) compreende como “instante decisivo”: o breve momento em que os elementos de uma cena se encontram e o acontecimento ganha uma forma visual capaz de expressar seu sentido. Uma vez registrado, esse instante deixa de pertencer somente ao momento em que ocorreu e passa a circular em outras temporalidades. Pode ser publicado em um jornal, preservado em um arquivo, retomado anos depois ou incorporado às lembranças de uma sociedade. Nesse percurso, a imagem não guarda o passado de maneira intacta, mas participa da forma como ele é continuamente interpretado e reconstruído.

Gisèle Freund (2010) ajuda a compreender esse processo ao tratar a fotografia como documento social. Para a autora, a imagem fotográfica não pode ser separada das condições históricas, políticas e culturais em que é produzida. A câmera não atua como um olhar neutro sobre o mundo. Entre aquilo que acontece e aquilo que se transforma em fotografia existem escolhas: a posição de quem fotografa, a proximidade com a cena, o instante do disparo, o enquadramento e, posteriormente, a seleção da imagem que será publicada.Essas escolhas não diminuem o valor documental da fotografia, mas mostram que toda imagem também carrega uma forma de olhar e interpretar o mundo. É nessa relação entre registro e narrativa que a autora situa o surgimento do próprio fotojornalismo:

> É apenas a partir do momento em que a imagem se torna, ela mesma, história de um acontecimento que se conta numa série de fotografias acompanhadas por um texto frequentemente reduzido apenas a legendas, que começa o fotojornalismo propriamente dito. (Freund, 2010, p. 112).

Ao reconhecer a fotografia como documento e, ao mesmo tempo, como resultado de escolhas, Freund abre caminho para uma questão central, a imagem preserva algo do acontecimento, mas não se confunde com ele. Essa relação é aprofundada por Kossoy (2021), para quem documento e representação são dimensões indissociáveis da fotografia. Ao mesmo tempo que preserva vestígios de algo que esteve diante da câmera, a imagem é construída técnica, estética, cultural e ideologicamente. Como afirma o autor, “a imagem fotográfica é sempre construída por mais ‘documental’ que seja seu conteúdo” (Kossoy, 2021, p. 11).

Isso significa que a fotografia testemunha a existência de uma cena, mas não a entrega de forma completa ou transparente. Entre o acontecimento e a imagem existe a presença de quem fotografa, com suas escolhas, referências e formas de compreender o mundo. O que permanece no registro é, portanto, um fragmento da realidade atravessado por uma interpretação. Para Kossoy (2021), essa condição não diminui a força da fotografia como

documento. Ao contrário, permite compreendê-la também como um registro das maneiras pelas quais uma sociedade vê, representa e atribui sentido ao seu próprio tempo.

A fotografia também é feita de ausências. Ao escolher o que permanece dentro do enquadramento, quem fotografa determina, ao mesmo tempo, aquilo que ficará fora dele. A imagem conduz o olhar para uma parte da cena, aproxima determinados elementos e afasta outros. Fotografar não é somente registrar o que está diante da câmera, mas organizar visualmente o acontecimento e atribuir importância ao que será visto.

Alguns dos registros mais conhecidos da história da fotografia ajudam a perceber a influência dessas escolhas. Em *Mãe migrante*, fotografia de Dorothea Lange em 1936, a aproximação da câmera retira de cena grande parte do acampamento de trabalhadores rurais e concentra o olhar na expressão de Florence Owens Thompson e nos filhos que escondem o rosto junto ao seu corpo. A paisagem da pobreza permanece fora do quadro, enquanto o gesto e o rosto da mãe passam a estampar visualmente a experiência de milhares de trabalhadores durante a Grande Depressão. A fotografia se tornou a mais conhecida de uma sequência de imagens feitas por Lange naquele encontro, mostrando como a aproximação e a seleção de um único registro podem transformar uma experiência particular em símbolo coletivo.

Em Sobre fotografia, Susan Sontag (2004) observa que fotografar estabelece uma relação particular com o mundo, pois transforma pessoas, lugares e acontecimentos em imagens que podem ser apropriadas, reunidas e colocadas em circulação. O enquadramento não funciona apenas como um limite físico: ele também participa da construção de sentidos ao definir aquilo que merece atenção e a maneira como será apresentado. Afinal, “as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos” (Sontag, 2004, p. 17). No jornalismo, essas escolhas ganham dimensão pública, já que as imagens ajudam a determinar o que uma sociedade poderá conhecer e lembrar sobre determinado acontecimento.

A responsabilidade envolvida nesse processo se torna ainda mais evidente quando a fotografia se aproxima da dor. Guerras, conflitos e desastres produziram algumas das imagens mais conhecidas da história do fotojornalismo. Muitas delas contribuíram para denunciar violações, mobilizar a opinião pública e tornar visíveis experiências que poderiam permanecer distantes ou desconhecidas. Entretanto, a necessidade de mostrar não elimina a necessidade de pensar sobre como mostrar. Diante do sofrimento, a câmera pode produzir reconhecimento e denúncia, mas também exposição, constrangimento e até mesmo espetáculo.

Em Diante da dor dos outros, Sontag (2003) discute justamente a relação que estabelecemos com imagens de violência e sofrimento. A fotografia aproxima o observador de uma experiência que não é a sua, mas essa aproximação não significa que ele compreenda inteiramente aquilo que vê. A imagem pode provocar indignação, tristeza ou solidariedade, embora também possa transformar a dor alheia em algo espetacular. Por isso, não basta perguntar o que uma fotografia mostra, mas é necessário observar como as pessoas são representadas, em quais condições a imagem foi produzida e quais sentidos sua circulação pode assumir. Como observa a autora:

> De fato, há muitos usos para as inúmeras oportunidades oferecidas pela vida moderna de ver — à distância, por meio da fotografia — a dor de outras pessoas. Fotos de uma atrocidade podem suscitar reações opostas. Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança. (Sontag, 2003, p. 17).

No fotojornalismo, esse debate não conduz à ideia de que a dor deva permanecer invisível. Não mostrar também pode contribuir para o silêncio e para o apagamento de determinadas experiências. A questão ética está na forma como essa visibilidade é construída. Fotografar alguém em uma situação de sofrimento exige reconhecer que a pessoa diante da câmera não se reduz à condição que atravessa naquele momento. Sua imagem carrega uma história, vínculos e direitos que não desaparecem diante do interesse jornalístico.

Essa discussão é muito importante para pensarmos sobre a cobertura de desastres. Nos primeiros momentos, a atenção da imprensa costuma se concentrar nas imagens de maior impacto como a destruição, as ruínas, os corpos e o choro. Embora esses registros possam dimensionar a gravidade do acontecimento, a repetição de determinadas cenas corre o risco de reduzir o desastre ao instante da catástrofe. Ficam menos visíveis os processos anteriores que permitiram que ele acontecesse, as responsabilidades envolvidas e as consequências que estarão presentes muitos anos depois.

É justamente nesse ponto que a fotografia pode ultrapassar o impacto imediato. No caso do rompimento da barragem de Fundão, as imagens de novembro de 2015 tornaram visível a dimensão da destruição, como a lama, as casas soterradas, os animais cobertos por rejeitos e as comunidades destruídas. Entretanto, o desastre não se encerrou naquele primeiro momento, tampouco quando deixou de ocupar diariamente as manchetes. Seus efeitos permaneceram na espera pela reparação, nas mudanças da paisagem, na perda dos modos de vida e na luta das comunidades atingidas por seus direitos. Ao acompanhar esse cotidiano ao longo do tempo, a fotografia pode tornar visível aquilo que o impacto das primeiras imagens

não alcança. A fotografia passa assim a registrar as marcas que permanecem no território, as mobilizações coletivas, os vínculos comunitários e as diferentes formas de viver depois do rompimento.

Mais do que documentar a destruição, a fotografia acompanha a continuidade do desastre e impede que sua memória permaneça restrita àquelas imagens produzidas no instante da catástrofe. Há um movimento de reconstrução dessa memória, afinal, o que os atingidos querem lembrar? O que querem contar e registrar, após o dia 05 de novembro de 2015? A fotografia participa dessas escolhas.

4. OLHAR SOBRE O JORNAL A SIRENE

Olhar para o jornal A Sirene é acompanhar também os caminhos percorridos pelas comunidades atingidas desde o rompimento da barragem de Fundão. Ao longo de dez anos, suas páginas registraram as primeiras incertezas, a luta por informação, os processos de reparação, a espera, as perdas e as diferentes formas de lidar com a dor, com a saudade e com o novo que foi imposto nesse longo período. O jornal acompanhou o desastre enquanto ele continuava acontecendo.

Ao escolher suas pautas, imagens e formas de narrar, o jornal participou da construção da memória sobre o rompimento. Em suas páginas, os atingidos aparecem contando suas próprias experiências, nomeando aquilo que perderam e decidindo também o que desejam preservar. São narrativas que falam da lama e do que foi perdido, mas não permanecem somente nisso. Este capítulo se volta para essa trajetória. Primeiro, apresenta o contexto de criação do jornal, sua organização e as mudanças que atravessaram sua produção ao longo dos anos. Depois, analisa as narrativas construídas pelas fotografias selecionadas, observando como aparecem o território, o cotidiano, a memória, a solastalgia e a resistência das comunidades.

4.1 A fotografia nas páginas de A Sirene

A fotografia ocupa um lugar central no jornal A Sirene e isso pode ser percebido antes mesmo de abrir uma edição. Na maior parte das vezes, a capa é limpa, composta por uma única imagem grande, que ocupa toda a página, no formato tabloide. A fotografia ganha espaço, aparece ampliada e conduz o primeiro contato do leitor com aquilo que será narrado ali. São capas fortes, muitas vezes comoventes, que apresentam um rosto, um lugar, um objeto. São capas que falam com os atingidos, há identificação.

Dentro do jornal, as fotografias acompanham reportagens, relatos, denúncias, cartas e, claro, saudades e lembranças, informando sobre aquilo que aconteceu, registrando as mudanças no território e dando forma visual às experiências narradas pelos atingidos. Mais do que repetir o que está escrito, elas acrescentam outras camadas à narrativa ao aproximar o leitor das pessoas e de suas histórias, revelando rostos, gestos, casas, objetos e paisagens que ajudam a compreender os vínculos construídos com aquele lugar. Dessa maneira, texto e fotografia se relacionam sem necessariamente dizer a mesma coisa, pois, enquanto as palavras conduzem o relato, as imagens tornam visíveis detalhes da vida cotidiana, marcas da perda e formas de pertencimento que também participam da memória preservada pelo jornal.

É justamente essa capacidade de aproximar e tornar visível que reforça a dimensão documental das fotografias publicadas. Ao longo de suas edições, o jornal constrói um conjunto de documentos sobre a vida das comunidades atingidas, registrando não somente os efeitos do rompimento, mas as pessoas, as relações e os modos de viver atravessados por ele. Em um desastre frequentemente traduzido em números, decisões judiciais e acordos de reparação, a fotografia devolve corpo e lugar àquilo que poderia permanecer abstrato: mostra que aquela casa existiu, que aquele território foi vivido e que cada perda pertence a uma história. Mesmo sem constituir uma prova neutra ou absoluta, a imagem mantém um vínculo com aquilo que esteve diante da câmera e dá materialidade ao relato, fazendo com que a experiência narrada encontre um rosto, uma paisagem e um lugar na memória.

Outro aspecto importante está na relação construída entre quem fotografa e quem aparece nas imagens. Diferente das coberturas realizadas por profissionais que chegaram às comunidades nos primeiros dias após o rompimento, A Sirene permaneceu no território e acompanhou de perto as mudanças vividas pelos atingidos. A fotografia nasce, muitas vezes, de uma pauta construída coletivamente, de uma conversa e de uma relação que não começa nem termina no momento do disparo. Essa proximidade não elimina as escolhas de quem está atrás da câmera, mas interfere no modo de olhar, pois permite que as pessoas fotografadas participem da construção da narrativa e sejam reconhecidas para além da dor ou da condição de vítima.

Permanecer também significa acompanhar outros tempos do desastre. Nos primeiros dias após o rompimento, grande parte das imagens que circularam na imprensa esteve concentrada na lama, nas ruínas e na dimensão visível da destruição, seguindo a urgência daquele momento. Com o passar dos meses, porém, as equipes de reportagem deixaram o território, as manchetes diminuíram e outras notícias ocuparam seu lugar, enquanto as comunidades continuaram convivendo com a perda das casas, a mudança forçada, a espera

pela reparação e as incertezas sobre o futuro. As fotografias publicadas por A Sirene acompanham justamente esse tempo mais longo, no qual o desastre já não aparece apenas como acontecimento, mas como uma presença que atravessa o cotidiano.

A publicação de uma nova edição a cada dia 5 também marca esse compromisso com a continuidade. Mês após mês, o jornal retorna ao rompimento sem contar sempre a mesma história, registrando aquilo que se modifica, aquilo que permanece e as novas questões que surgem no caminho. As imagens acompanham reuniões, atos públicos, celebrações, reencontros e transformações na paisagem, mas também os períodos de espera em que aparentemente nada acontece, embora a vida dos atingidos continue suspensa por decisões tomadas longe deles. Assim, o rompimento deixa de caber nas fotografias produzidas em novembro de 2015 e passa a ser contado por uma sequência de registros que acompanha seus efeitos ao longo dos anos.

A força desse acompanhamento aparece mais ainda quando as fotografias são observadas em conjunto. Uma imagem registra um momento, mas a sucessão desses registros permite acompanhar as mudanças vividas pelas comunidades e pelo território ao longo dos anos. Nesse percurso, algumas pessoas reaparecem, certos lugares são revisitados e as mesmas reivindicações retornam, mostrando que o desastre se transforma com o tempo, mas não necessariamente termina. Mais do que uma fotografia isolada, é a continuidade desse olhar que permite a A Sirene construir uma narrativa sobre os anos que vieram depois da lama.

4.2 O que as imagens contam: análise das narrativas visuais

As análises apresentadas a seguir acompanham diferentes momentos da trajetória do jornal A Sirene, buscando compreender como suas fotografias participaram da construção das narrativas sobre o rompimento e sobre a vida das comunidades atingidas nos anos posteriores. A escolha das edições considerou momentos significativos desse percurso, como os aniversários do desastre e do próprio jornal, além de exemplares nos quais as imagens assumem papel importante ao narrar o território, a memória, as perdas e as formas de resistência.

Mais do que observar cada fotografia isoladamente, interessa compreender como ela se relaciona com os textos, as legendas, os títulos e a organização das páginas, bem como aquilo que escolhe tornar visível. A análise se volta para os rostos, gestos, objetos e paisagens que atravessam o jornal, acompanhando as permanências e as mudanças ocorridas em sua

narrativa visual ao longo do tempo. Dessa maneira, as imagens são compreendidas como parte da forma encontrada pelo jornal de contar aquilo que aconteceu e aquilo que continuou acontecendo.

4.2.1 A urgência de contar: 2016–2017

Este primeiro período reúne as edições 0, 8, 16 e 20, publicadas entre fevereiro de 2016 e novembro de 2017. Nas páginas analisadas, a urgência de contar aparece na escolha de devolver nome, rosto e palavra aos atingidos, mas também no cuidado de registrar os objetos que permaneceram, as celebrações, as histórias e as marcas deixadas pela lama.

Imagem 4: Capa da edição 0.
Fonte: A Sirene, 2016.



A edição 0 do jornal A Sirene, publicada em fevereiro de 2016, marca o início desse percurso, apenas três meses depois do rompimento da barragem de Fundão. Nesse momento, as perdas ainda estavam muito próximas, as comunidades conviviam com a falta de informações e os caminhos da reparação começavam a ser definidos. Como afirma o editorial

da edição, o jornal surge “dessa realidade” e da necessidade de criar um espaço de comunicação entre os atingidos, constituindo-se como “um jornal feito pelos atingidos para os atingidos”. Essa intenção atravessa toda a edição, tanto nas histórias escolhidas quanto na maneira como elas são apresentadas.

A própria capa também já anuncia esse lugar de fala, nela um grupo formado por homens, mulheres e crianças atingidas, aparece reunido no terreno destinado à construção do Novo Bento Rodrigues. As pessoas estão voltadas para a câmera e ocupam a parte inferior da fotografia, enquanto a vegetação e o céu se estendem sobre elas. Ainda não existem casas, ruas, praça ou igreja; há apenas o caminho de terra onde a comunidade se reúne. A paisagem, embora verde e aparentemente preservada, não guarda as marcas de uma vida compartilhada, o que faz com que o vazio do terreno ganhe um sentido que ultrapassa sua dimensão física. O espaço destinado ao futuro ainda não podia ser reconhecido como lugar.

A escolha de apresentar a comunidade reunida, e não apenas o terreno, também modifica a maneira como o reassentamento é narrado. A fotografia não mostra um espaço vazio à espera de uma obra, mas pessoas diante de um território sobre o qual começavam a ser tomadas decisões que afetariam diretamente suas vidas. A disposição coletiva dos moradores reforça a ideia de que o reassentamento não dizia respeito somente à construção de casas, mas à continuidade de uma comunidade, com seus vínculos, referências e modos de viver. Na edição inaugural, portanto, A Sirene não abre suas páginas com uma imagem da lama ou das ruínas deixadas pelo rompimento, mas com a presença dos atingidos diante das incertezas do que ainda seria construído.

Outro ponto é a frase “Para não esquecer”, colocada logo abaixo do nome do jornal, acrescenta outra dimensão à imagem. O que está em jogo não é somente o acompanhamento de uma obra futura, mas a permanência daquilo que não poderia desaparecer durante esse processo. O novo Bento ainda não existia materialmente, mas já era atravessado pelas lembranças do território perdido e pelas disputas em torno de sua reconstrução. Nesse sentido, a capa aproxima passado, presente e futuro: carrega a ausência do lugar destruído, registra a comunidade no tempo da espera e aponta para um território que ainda ia ganhar forma.

Essa relação vai se tornar mais evidente na página 5, com a matéria intitulada “Nossas praças”. Enquanto a fotografia da capa apresenta o terreno sem construções, o desenho recompõe um espaço cheio de referências: a igreja, as casas, os bancos, as árvores, as ruas e os caminhos percorridos cotidianamente. Não se trata de uma representação técnica do distrito, mas de uma paisagem lembrada, construída a partir daquilo que permaneceu na memória de quem viveu ali. O traço não busca reproduzir Bento Rodrigues com precisão

cartográfica por exemplo, mas ele devolve ao espaço suas relações e os sentidos que faziam da praça um lugar reconhecido pela comunidade.

Imagem 5: Matéria *Nossas praças*
Fonte: Jornal A Sirene, 2016.



Nossas praças

Por DONA MARIA DE PARACATU (poema) e MAURÍCIO INÁCIO (ilustração)
Com o apoio de Bruno Magalhães e da Silmara Figueiredo

Cinco de novembro, numa quinta
Onde tudo aconteceu
A maior tragédia de Mariana
Onde a batalha ocorreu

No arrabalde de Bento Rodrigues
esta tragédia iniciou
não ficou nenhuma casa
Quando a barragem estourou

Na escola correram para avisar
Os alunos precisavam se salvar
O desespero tomou conta daquele lugar
Mães desesperadas querendo seus filhos encontrar

O helicóptero do bombeiro
passou no campo a todos foi avisar
"Pega seus documentos,
cinco minutos para retirar"

Vamos para o alto do morro
A espera da água chegar
Chegou somente lama,
para Paracatu arrasar

Da rua do Sapo até o Dadá
Paracatu coberto de lama
A comunidade pôs-se a chorar

Ao povo brasileiro, muito obrigado
Povo bom de coração,
Nunca vimos em Mariana
tantadas de doação

Com tristeza no coração
deixamos o nosso lugar
onde criamos nossos filhos
e a saudade vai ficar

Paracatu, Bento Rodrigues
na história ficará
Se voltar para lá um dia
Nunca mais o mesmo será

Junto com a lama,
nossa história se foi
Paracatu, Bento Rodrigues
nunca mais volta como foi

Essa história triste
chegou ao fim
Você que está ouvindo essa mensagem
É assim que tudo aconteceu

Fica a moral da história
De uma triste moradora
que acaba de contar

A presença desse desenho entre fotografias e textos jornalísticos também amplia as formas de registro utilizadas. Aquilo que já não podia ser fotografado como antes encontra outra possibilidade de permanência na lembrança e no gesto de desenhar. A imagem não apresenta somente a configuração física da praça, mas uma experiência do lugar, permitindo que a memória participe da produção do documento. O jornal reconhece, assim, que a história do território não está guardada somente nos registros oficiais ou nas imagens produzidas depois da destruição, mas também está no modo como os moradores se lembram dele.

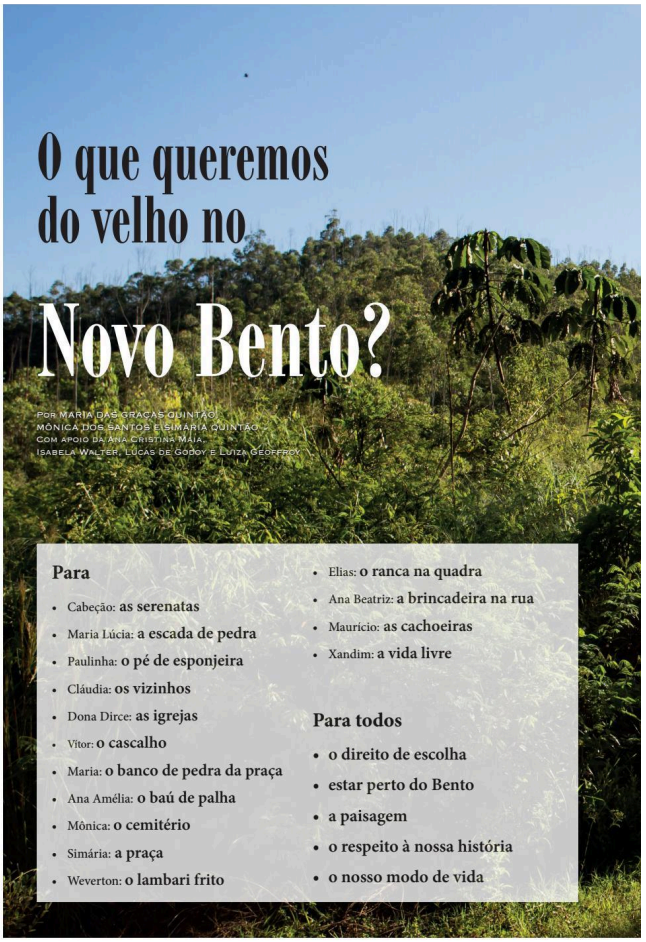
Entre a capa e o desenho existe uma distância que ajuda a compreender a experiência vivida naquele momento. De um lado, encontra-se o terreno destinado ao novo Bento, ainda coberto pela vegetação e sem as referências que organizavam a vida comunitária. De outro, aparece a praça lembrada em seus detalhes, cercada por casas, árvores, caminhos e espaços de convivência. Essa distância não diz respeito apenas ao que havia sido destruído, mas à ruptura do vínculo com um ambiente no qual a comunidade reconhecia sua própria história.

Em “Quem foi sua sirene?”, os retratos acompanham relatos individuais sobre o momento do rompimento, fazendo com que cada lembrança encontre um rosto; em “A menina que salvava livros”, Ana Clara ocupa quase toda a página, sentada com os livros que conseguiu preservar. Embora alterem o retrato individual e a fotografia coletiva, essas imagens compartilham uma escolha importante, os atingidos não aparecem como figuras anônimas em meio à destruição, mas como pessoas reconhecíveis, ligadas a histórias, lugares e experiências próprias. A fotografia participa, assim, de uma narrativa que devolve presença e identidade àqueles que frequentemente eram apresentados pela imprensa apenas como vítimas do rompimento.

Outra característica dessa edição diz respeito à comunicação comunitária que se vê presente não somente nas imagens dos atingidos ou seus depoimentos, mas porque as suas perguntas, palavras, desenhos e reivindicações organizam a narrativa. O extenso expediente reúne moradores de Bento Rodrigues, Paracatu, Barra Longa e outras localidades ao lado de jornalistas, fotógrafos, estudantes e apoiadores, revelando uma produção compartilhada. Os títulos preservam expressões próximas da fala cotidiana, como “Quem foi sua sirene?”, “Que horas é a reunião?”, “A gente explica”, enquanto algumas matérias são identificadas como produzidas “por nós, atingidos”. A relação entre conhecimento profissional e experiência vivida não apaga a voz comunitária, ao contrário, procura criar condições para que ela circule publicamente.

A edição termina com a pergunta “O que queremos do velho no Novo Bento?”. As respostas não se limitam a construções ou objetos, mas aparecem as serenatas, as brincadeiras na rua, os vizinhos, o cemitério, a praça, a vida livre, o direito de escolha, a proximidade com Bento, a paisagem, o respeito à história e o modo de vida. A última página retorna, assim, à paisagem apresentada na capa, mas agora aquele terreno vazio é preenchido pelas palavras dos moradores. Entre uma imagem e outra, o jornal mostra que reconstruir Bento Rodrigues não significava somente erguer novas casas, mas que seria preciso decidir o que deveria permanecer para que a comunidade ainda pudesse reconhecer naquele espaço alguma continuidade de sua própria história.

Imagem 6: Contracapa edição 0
Fonte: Jornal A Sirene, 2016.



Nove meses depois, a edição 8 de A Sirene foi publicada em novembro de 2016, quando se completava um ano do rompimento da barragem de Fundão. Se, na edição inaugural, predominava a urgência de contar o que havia acontecido e participar das decisões sobre o futuro das comunidades, aqui a passagem do tempo ganha maior presença. O aniversário não aparece somente como uma data a ser lembrada, mas como um momento em que os atingidos olham para o ano vivido e procuram compreender o que permaneceu depois da destruição. No editorial, o jornal anuncia que aquela edição reúne "histórias de luto e de luta", escolhidas para ajudar a reconstruir memórias e esclarecer fatos que ainda exigiam atenção. As páginas retomam a última noite nos distritos, os objetos que puderam ser salvos, a vida nas moradias provisórias, as transformações dos territórios e as reivindicações que continuavam sem resposta. Um ano depois, o desastre já não era narrado somente pelo que aconteceu em 5 de novembro de 2015, mas por tudo aquilo que continuava acontecendo desde então.

Imagem 7:Matéria *O que ficou com você?*
Fonte: Jornal A Sirene, 2016



Entre essas narrativas, a matéria "O que ficou com você?" volta o olhar para aquilo que os moradores conseguiram preservar. Um pandeiro, um álbum de formatura, um copo, uma camiseta, algumas panelas, chaves de uma casa que já não podia ser habitada e animais de estimação reencontrados depois do rompimento aparecem como fragmentos da vida anterior. São objetos comuns, cujo valor não está necessariamente naquilo que custam, mas nas histórias que carregam. Em um contexto no qual casas, quintais e paisagens desapareceram, aquilo que restou passou a guardar lembranças de pessoas, hábitos e relações que a lama não conseguiu levar.

A fotografia de Dona Irene segurando o pandeiro abre a matéria e ocupa quase toda a página. Ela não olha diretamente para a câmera, sorri para algo que acontece fora do enquadramento enquanto segura o instrumento e levanta uma das mãos, como se acompanhasse o ritmo de uma música. A imagem não constrói sua presença somente pela dor. Dona Irene é apresentada como a "rainha da música e do som", e o pandeiro recuperado torna visível uma história que existia antes do rompimento e que permanece depois dele. O objeto não fala apenas daquilo que foi salvo, mas da pessoa que ela continua sendo.

Nas fotografias seguintes, os moradores também aparecem junto daquilo que permaneceu: Sandra segura suas panelas, Seu Zezinho abraça as camisas do time São Bento,

Elisete apresenta o álbum de formatura e Keila posa com as cachorrinhas Nina e Belinha. Os objetos e animais não são fotografados separadamente, como peças de um inventário, mas junto às pessoas que lhes atribuem sentido. Essa escolha impede que a matéria transforme as perdas em uma simples enumeração de bens materiais. O que se vê são relações entre um objeto e uma lembrança, entre uma pessoa e sua casa, entre aquilo que pôde ser retirado da lama e a vida à qual um dia pertenceu.

Se, em "O que ficou com você?", a relação com o território permanece nos objetos que puderam ser preservados, em "Um ano sem 'lá fora", também publicado na edição 8, essa ausência aparece na falta dos quintais, das árvores, da terra e das pequenas experiências vividas fora de casa. Escrita por Angélica Peixoto, professora da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, a matéria trata de um cotidiano que desapareceu junto com o território. O "lá fora" do título não é apenas o espaço exterior à moradia, mas o lugar das brincadeiras, do contato com os animais, dos sons da natureza e das relações construídas diariamente com a paisagem.

Imagem 8: Matéria *Um ano sem "lá fora"*
Fonte:Jornal A Sirene, 2016.



Novembro de 2016 A SIRENE 3

Um ano sem "lá fora"

POR ANGÉLICA PEIXOTO (PROFESSORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE PARACATU DE BAIXO)
APOIO DE FERNANDA TROPIA

FOTO: ANGÉLICA PEIXOTO

Ao recordar a amoreira na entrada de casa, as crianças subindo nas árvores, as flores, os pássaros e a possibilidade de andar descalço sobre a grama, Angélica fala de uma perda que não pode ser medida somente pela destruição dos imóveis. O rompimento também interrompeu formas de viver que dependiam daquela relação próxima com a terra. A solastalgia se revela justamente nessa permanência da saudade diante de um ambiente que foi profundamente transformado:

> Ter “lá fora” é um privilégio! Andar descalço na grama, cavucar a terra com as mãos, encontrar uma goiaba madura fora de época escondida no meio das folhas, seguir uma galinha e encontrar sua ninhada com vários pintinhos. De realidade passou a sonho num piscar de olhos. A invasão da lama da barragem de Fundão significou em nossas vidas, além de tudo, acabar com o nosso “lá fora”. (ASIRENE, edição 8, p.3)

A fotografia que acompanha a matéria mostra um jardim vertical construído na Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Pequenas plantas crescem dentro de garrafas reutilizadas, presas a uma tela que separa o espaço da escola da paisagem verde ao fundo. A composição produz um contraste delicado: a natureza continua visível para além da cerca, enquanto, do lado de dentro, tenta-se reconstruir alguma proximidade com ela em garrafas pets suspensas. A horta não devolve o quintal, a amoreira ou a liberdade descrita no texto, mas revela o esforço de criar, no espaço disponível, alguma continuidade com o cotidiano interrompido. Essa tentativa não elimina a ausência, e a própria autora reconhece seus limites ao contar que a muda de alface que plantou não sobreviveu. A imagem, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma representação de resistência ou adaptação, mas ela também guarda a precariedade desse gesto, aquilo que antes fazia parte do cotidiano e crescia ao redor das casas precisa agora ser recriado de maneira reduzida, entre garrafas e cercas.

O fato de Angélica Peixoto assinar tanto o texto quanto a fotografia reforça ainda a dimensão comunitária dessa narrativa. A imagem não foi produzida por alguém que observava de fora as consequências do rompimento, mas por uma pessoa atingida que fotografou uma experiência presente em seu próprio cotidiano. Texto e fotografia partem, assim, do mesmo olhar, Angélica escolhe as palavras com as quais nomeia a ausência e também a imagem por meio da qual torna visível a tentativa de conviver com ela. Ao publicar essa experiência, o jornal permite que um sentimento particular encontre ecos em outras histórias marcadas pela perda dos quintais e dos modos de viver junto à terra.

A perda do “lá fora” encontra seu correspondente no interior das moradias provisórias. Nas páginas seguintes, “Intimidade provisória”, de Antônio Geraldo Santos e fotografias de Ana Elisa Novais e Larissa Helena, volta o olhar para as cozinhas das famílias atingidas e para os pequenos arranjos construídos depois do deslocamento. Em vez de fotografar as casas por inteiro, as imagens se concentram em um mesmo elemento, os armários padronizados entregues pela Samarco às famílias que tiveram suas moradias destruídas. Repetido ao longo das duas páginas e fotografado quase sempre de frente, o móvel cria uma continuidade entre as imagens e permite perceber, ao mesmo tempo, aquilo que foi imposto de forma semelhante a todos e aquilo que cada família fez para inscrever sua presença naquele espaço.

Imagem 9: Matéria *Intimidade provisória*
Fonte: Jornal A Sirene, 2016



Embora os armários sejam iguais, nenhuma das fotografias apresenta a mesma casa. Potes decorados, copos, panelas, flores, imagens religiosas, toalhas, frutas e pequenos enfeites modificam o móvel recebido e fazem com que ele adquira uma forma particular em cada cozinha. São objetos cotidianos, organizados não apenas por sua utilidade, mas de acordo com gostos, hábitos e modos de cuidar da casa. Como sugere a própria composição da matéria, são esses detalhes que "colorem a identidade familiar" e rompem, ainda que parcialmente, com a padronização das moradias provisórias.

A ausência dos moradores no enquadramento não significa que eles estejam ausentes da narrativa. Sua presença pode ser percebida na disposição dos copos, na escolha dos enfeites, nas panelas guardadas sobre o armário e na imagem religiosa colocada entre os objetos de uso diário. As fotografias funcionam, nesse sentido, como retratos indiretos, não mostram os rostos das famílias, mas as marcas deixadas por elas no espaço. Depois de uma perda que desorganizou também a intimidade, voltar a arrumar uma cozinha, escolher onde colocar uma fotografia ou estender uma toalha sobre o móvel tornam-se gestos por meio dos quais a vida procura novamente encontrar alguma forma, algum sentido.

O título "Intimidade provisória" guarda uma tensão que atravessa toda a sequência. A intimidade é construída lentamente, pela convivência, pela memória e pela familiaridade com as coisas, enquanto o provisório é aquilo que existe apenas durante um intervalo e que pode ser novamente desfeito. Nas fotografias, essas duas experiências ocupam o mesmo espaço, as

famílias procuram transformar as casas recebidas em lugares reconhecíveis, embora continuem vivendo sob uma condição que não escolheram e sem saber por quanto tempo permanecerão ali. Os objetos ajudam a criar alguma proximidade com o lar, mas não eliminam a distância em relação ao território perdido.

Mais adiante, a matéria “Nossa Senhora Aparecida, rogai por nós” acompanha as celebrações realizadas por moradores de Bento Rodrigues, Ponte do Gama e Paracatu. Distribuídas em duas páginas, as fotografias apresentam três experiências atravessadas pela mesma devoção, mas marcadas de maneiras distintas pelo rompimento. Os nomes das comunidades aparecem destacados sobre as imagens, como se o jornal procurasse devolver a cada celebração o lugar ao qual ela pertence. A fé aproxima os relatos, mas não apaga as particularidades dos territórios nem as diferentes formas encontradas para dar continuidade às tradições.

Na fotografia de Bento Rodrigues, as crianças vestidas de anjo formam um retrato coletivo e posam diante da câmera, algumas olhando diretamente para quem fotografa, enquanto outras se voltam para os lados. Os vestidos brancos e cor-de-rosa ocupam grande parte do enquadramento e tornam visível a continuidade de uma tradição transmitida também às crianças. À primeira vista, a imagem poderia ser apenas o registro de mais uma celebração, mas o texto modifica sua leitura ao revelar que a festa aconteceu no mesmo horário de costume, porém “numa igreja que não é nossa”. A fotografia preserva os gestos, as roupas e a reunião da comunidade, ao mesmo tempo que carrega uma ausência que não aparece diretamente no enquadramento, a igreja e o território onde aquela cena deveria ter acontecido.

Em Ponte do Gama, a escolha de um plano mais aberto permite que a igreja, as bandeirolas, a área coletiva reconstruída e os moradores apareçam juntos. As pessoas não posam para a fotografia; estão espalhadas pelo espaço, conversando, caminhando e entrando na igreja, enquanto as bandeiras atravessam a parte superior da imagem e convergem em direção à cruz. Diferente do retrato das crianças de Bento, aqui a fotografia não se concentra em indivíduos, mas na ocupação do lugar. A comunidade volta a preencher a paisagem com sua presença, embora o texto reconheça que ela não será novamente a mesma. O registro mostra uma festa que não apenas continua, mas que participa da retomada de um espaço coletivo.

Imagem 10: Matéria *"Nossa Senhora Aparecida rogai por nós"*
Fonte: Jornal A Sirene, 2016.



26 A SIRENE Novembro de 2016

Novembro de 2016 A SIRENE 27

"Nossa Senhora Aparecida rogai por nós"

Nossa festa neste ano aconteceu às sete horas, como de costume, porém numa igreja que não é nossa.

Foi um momento de muita oração e de despedida de nosso pároco, que nos deixou depois de quase oito anos junto à nossa comunidade.

Fizemos uma carreata pelas ruas de Mariana e fomos até a gruta de Nossa Senhora, que fica no caminho do nosso querido Bento. Chegando lá, rezamos, cantamos e com lágrimas no rosto tivemos que deixar a imagem da Nossa Senhora.

POR MÔNICA SANTOS
COM O APOIO DE GENIVAL PASCOAL

Bento Rodrigues

FOTO: MIRLE BONIFÁCIO

FOTO: LUCAS DE GODOY E LUIZA GEOFFROY

Ponte do Gama

POR ELIZABETH SENA E MARIA JOSÉ DIAS DE SENA
COM O APOIO DE MILTON SENA

De repente, me pego olhando perdidamente para tudo que vejo ao meu redor. Na minha mente, imagens se revezam entre lembranças de como ficou após a tragédia e imagens de como tudo está atualmente. Vejo as pessoas da Comunidade apressadas para enfeitar o local e sinto o coração ao mesmo tempo apertado e feliz. Agradeço a Deus e à Nossa Senhora Aparecida pela dádiva de poder estar ali naquele momento, e sinto a alegria da Comunidade. Sei que, assim como eu, muitos deles têm essa mesma sensação, é como se tivéssemos vencido o medo e encontrado, no poder de Deus, a força para irmos em frente. É só a primeira vitória, mas muitas outras virão, com fé em Deus e a força da Comunidade.

FOTO: WANDEIR CAMPOS

Paracatu

Antes da tragédia, os preparativos. Os festeiros se reuniam e cada grupo organizava sua parte, respeitando a vontade do festeiro José, "Ize". Tudo muito simples e com muita fé. A celebração iniciava com a novena, depois era a busca da bandeira, o levantamento do mastro e o show no sábado. O domingo coincidia com o calendário esportivo da prefeitura. Tínhamos o campeonato de futebol distrital da segunda divisão e em seguida a carreata, a missa, a procissão e o almoço na casa do festeiro.

Neste 12 de outubro, os preparativos foram feitos na casa de uma das festeiras, Iracema, em Mariana. A confecção dos estandartes foi realizada por senhoras, crianças e adolescentes. A bandeira do mastro foi feita por Lucilene. O almoço foi preparado em Paracatu, na casa do pai do festeiro, apelidado de "Banana", e teve a ajuda de "Duda", festeira.

POR LUZIA QUEIROZ
COM O APOIO DE WANDEIR CAMPOS

Saímos em carreata passando por Paracatu, Pedras, Águas Claras e retornando à Paracatu. Nossa entrada na comunidade foi silenciosa e lenta, sem fogos e buzinas, como uma forma de demonstrar o respeito a toda tristeza contida em nossos corações. Calou-se uma comunidade inteira, antes tão festeira. Alguns moradores levaram a santa de devoção em carros e nas mãos, em especial a dona Imaculada, que não deixou de ter a piedosa devotada próxima ao coração, envolvida pelo lenço, e um altar improvisado que foi rodeado pelo povo que estava ali.

No domingo de manhã foi realizada a missa, organizada pelos membros da Igreja de São Caetano em Monsenhor Horta, juntamente com Maria José, da comunidade de Paracatu de Baixo. A cerimônia iniciou com a entrada da criança Miriane, princesa da bandeira de N. S. Aparecida, dando prosseguimento à procissão.

A comunidade de Monsenhor Horta recebeu o povo de Paracatu de Baixo com muito carinho. Os estandartes foram levados pelos atingidos e logo depois foi feita a benção e comentário do Pe. Reginaldo, que pediu que a união entre todos permaneça. Muitos choraram.

Enfim, tristezas, lembranças que ficaram apenas em nossas memórias e que não voltam e não voltarão.

Nossa Paracatu ainda respira.

Saudades!

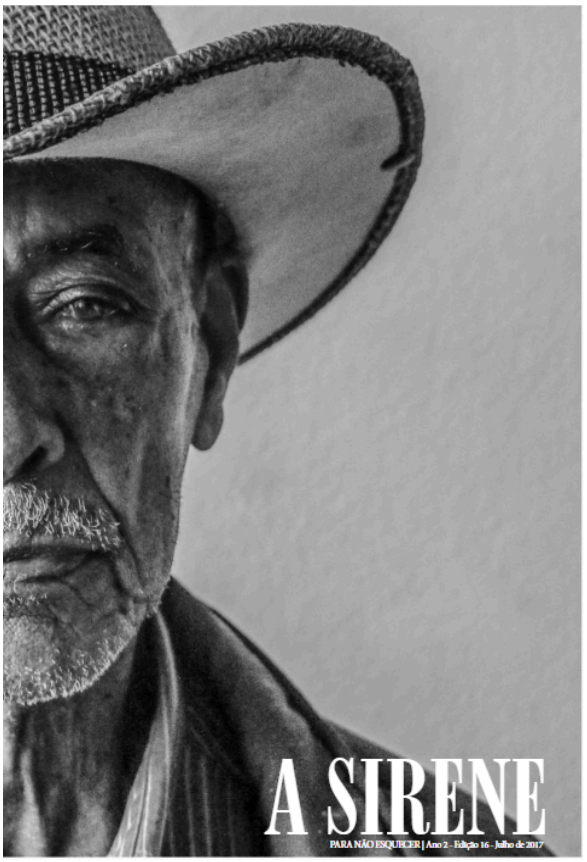
A fotografia de Paracatu ocupa quase toda a página seguinte e conduz o olhar pelo caminho percorrido pela procissão. Produzida atrás do grupo, ela posiciona quem observa como se também acompanhasse a caminhada. A fila de pessoas avança pela passagem de pedras em direção à igreja, que aparece ao fundo e funciona como ponto de chegada da imagem, enquanto, no lado direito do enquadramento, a imagem de Nossa Senhora é carregada junto aos moradores. A grande árvore, a igreja e o próprio caminho permanecem como referências de um território conhecido, mas a cena registra uma celebração transformada pelo desastre. Segundo o relato, a entrada ocorreu de maneira "silenciosa e lenta", sem os fogos e as buzinas que antes acompanhavam a festa. A fotografia preserva o percurso, mas o texto torna perceptível o silêncio que a imagem, sozinha, não poderia mostrar.

Colocadas em sequência, as três fotografias apresentam maneiras diferentes de celebrar e também as relações distintas com os territórios depois do rompimento. Em Bento, o enquadramento preserva as pessoas e os elementos da tradição, enquanto o lugar de origem permanece ausente. Em Ponte do Gama, o plano aberto mostra a comunidade voltando a ocupar um espaço reconstruído. Já em Paracatu, a perspectiva acompanha o retorno pelo

caminho que conduz à igreja. A narrativa visual se forma a partir dessas diferenças e reúne uma celebração deslocada, outra retomada em um novo espaço e uma terceira que refaz seu percurso no território, agora atravessado pelo silêncio e pela perda.

Em julho de 2017, a edição 16 de A Sirene volta seu olhar para as histórias de Paracatu e para as pessoas que guardam lembranças de um território construído muito antes do rompimento. Se, na edição 8, a memória estava atravessada pelo primeiro aniversário e pelas tentativas de reorganizar a vida depois da destruição, agora o jornal busca alcançar um passado mais distante, transmitido entre gerações, preservado nas fotografias antigas, nas conversas entre moradores e nas histórias de quem nasceu e envelheceu naquele lugar.

Imagem 11: Capa edição 16.
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.

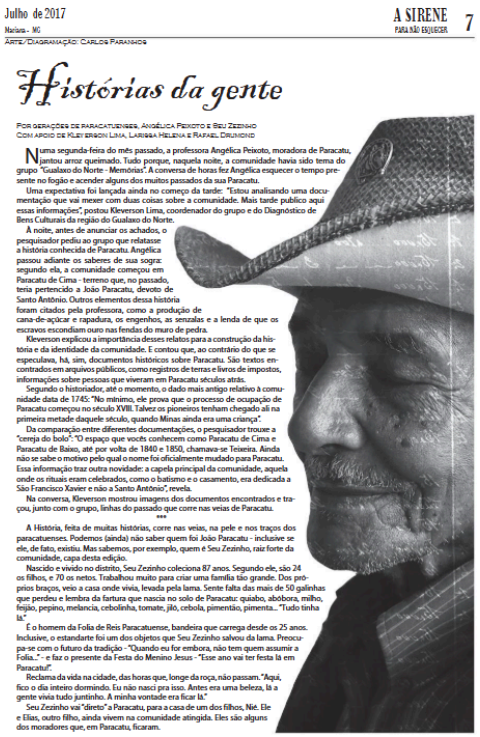


O primeiro encontro com essa proposta acontece já na capa, com fotografia de Larissa Helena, ocupada por um retrato em preto e branco de Seu Zezinho, morador de Paracatu. O enquadramento mostra apenas uma parte de seu rosto, aproximando o leitor do olho, das marcas da pele, do bigode grisalho e do chapéu que atravessa a parte superior da imagem. Seu Zezinho olha diretamente para a câmera, enquanto o lado direito da página permanece quase vazio e recebe, na parte inferior, apenas o nome do jornal. A escolha de um plano tão fechado

retira do enquadramento qualquer paisagem que pudesse localizar o retratado. Antes de conhecer Paracatu por suas casas, caminhos e documentos, o leitor encontra o rosto de alguém que carrega consigo parte dessa história.

A identidade desse homem é revelada nas páginas internas, em “Histórias da gente”, matéria construída por diferentes gerações de paracatuenses, por Angélica Peixoto e pelo próprio Seu Zezinho. O texto parte de uma conversa entre moradores e pesquisadores sobre a formação de Paracatu, mostrando a relação das histórias transmitidas oralmente e os documentos encontrados sobre a comunidade. Ao lado do texto, o retrato de Seu Zezinho reaparece em grandes proporções e ocupa quase metade da página. Ao dar ao seu rosto um espaço semelhante ao reservado à história escrita, o jornal aproxima duas formas de guardar o passado, aquela que permanece nos documentos e aquela que continua nas lembranças de quem viveu o território.

Imagem 12: Matéria *História da gente*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Julho de 2017 — Mariana - MG — A SIRENE — PARA NÃO ESQUECER — 7

ARTE/DIAGRAMAÇÃO: CARLOS PARANHOS

Histórias da gente

POR GERAÇÕES DE PARACATUENSES, ANGÉLICA PEIXOTO E SEU ZEZINHO
COM APOIO DE KLEVERSON LIMA, LARISSA HELENA E RAFAEL DRUMOND

Numa segunda-feira do mês passado, a professora Angélica Peixoto, moradora de Paracatu, jantou arroz queimado. Tudo porque, naquela noite, a comunidade havia sido tema do grupo "Gualaxo do Norte - Memórias". A conversa de horas fez Angélica esquecer o tempo presente no fogão e acender alguns dos muitos passados da sua Paracatu.

Uma expectativa foi lançada ainda no começo da tarde: "Estou analisando uma documentação que vai mexer com duas coisas sobre a comunidade. Mais tarde publico aqui essas informações", postou Kleverson Lima, coordenador do grupo e do Diagnóstico de Bens Culturais da região do Gualaxo do Norte.

À noite, antes de anunciar os achados, o pesquisador pediu ao grupo que relatasse a história conhecida de Paracatu. Angélica passou adiante os saberes de sua sogra: segundo ela, a comunidade começou em Paracatu de Cima - terreno que, no passado, teria pertencido a João Paracatu, devoto de Santo Antônio. Outros elementos dessa história foram citados pela professora, como a produção de cana-de-açúcar e rapadura, os engenhos, as senzalas e a lenda de que os escravos escondiam ouro nas fendas do muro de pedra.

Kleverson explicou a importância desses relatos para a construção da história e da identidade da comunidade. E contou que, ao contrário do que se especulava, há, sim, documentos históricos sobre Paracatu. São textos encontrados em arquivos públicos, como registros de terras e livros de impostos, informações sobre pessoas que viveram em Paracatu séculos atrás.

Segundo o historiador, até o momento, o dado mais antigo relativo à comunidade data de 1745: "No mínimo, ele prova que o processo de ocupação de Paracatu começou no século XVIII. Talvez os pioneiros tenham chegado ali na primeira metade daquele século, quando Minas ainda era uma criança".

Da comparação entre diferentes documentações, o pesquisador trouxe a "cereja do bolo": "O espaço que vocês conhecem como Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo, até por volta de 1840 e 1850, chamava-se Teixeira. Ainda não se sabe o motivo pelo qual o nome foi oficialmente mudado para Paracatu. Essa informação traz outra novidade: a capela principal da comunidade, aquela onde os rituais eram celebrados, como o batismo e o casamento, era dedicada a São Francisco Xavier e não a Santo Antônio", revela.

Na conversa, Kleverson mostrou imagens dos documentos encontrados e traçou, junto com o grupo, linhas do passado que correm nas veias de Paracatu.

***

A História, feita de muitas histórias, corre nas veias, na pele e nos traços dos paracatuenses. Podemos (ainda) não saber quem foi João Paracatu - inclusive se ele, de fato, existiu. Mas sabemos, por exemplo, quem é Seu Zezinho, raiz forte da comunidade, capa desta edição.

Nascido e vivido no distrito, Seu Zezinho coleciona 87 anos. Segundo ele, são 24 os filhos, e 70 os netos. Trabalhou muito para criar uma família tão grande. Dos próprios braços, veio a casa onde vivia, levada pela lama. Sente falta das mais de 50 galinhas que perdeu e lembra da fartura que nascia no solo de Paracatu: quiabo, abóbora, milho, feijão, pepino, melancia, cebolinha, tomate, jiló, cebola, pimentão, pimenta... "Tudo tinha lá."

É o homem da Folia de Reis Paracatuense, bandeira que carrega desde os 25 anos. Inclusive, o estandarte foi um dos objetos que Seu Zezinho salvou da lama. Preocupa-se com o futuro da tradição - "Quando eu for embora, não tem quem assumir a Folia." - e faz o presente da Festa do Menino Jesus - "Esse ano vai ter festa lá em Paracatu!".

Reclama da vida na cidade, das horas que, longe da roça, não passam. "Aqui, fico o dia inteiro dormindo. Eu não nasci pra isso. Antes era uma beleza, lá a gente vivia tudo junhinho. A minha vontade era ficar lá."

Seu Zezinho vai "direto" a Paracatu, para a casa de um dos filhos, Nié. Ele e Elias, outro filho, ainda vivem na comunidade atingida. Eles são alguns dos moradores que, em Paracatu, ficaram.

Nascido e criado em Paracatu, Seu Zezinho tinha 87 anos quando a edição foi publicada. Suas lembranças atravessam o trabalho na roça, a criação dos filhos, os animais, as plantações e a Folia de Reis, cuja bandeira carregava há 25 anos. A narrativa não apresenta sua idade apenas como uma informação biográfica, mas como uma medida do tempo vivido na comunidade. Quando ele recorda que ali havia “abóbora, milho, feijão, pepino, melancia,

cebolinha, tomate, jiló, cebola, pimentão, pimenta" e conclui que "tudo tinha lá", a enumeração recompõe, por meio da fala, uma paisagem que não aparece no retrato. O rosto fotografado e as palavras se completam, permitindo que o leitor veja Seu Zezinho no presente e, ao mesmo tempo, se aproxime do território do qual ele se lembra. Um Paracatu que existiu e não existia mais.

Na contracapa, o enquadramento se desloca para o outro lado do rosto de Seu Zezinho e se aproxima ainda mais de suas marcas. Depois de percorrer a edição, o leitor já não encontra apenas o rosto anônimo apresentado na capa. Sabe quem é aquele homem, conhece parte de sua trajetória e compreende por que sua presença foi escolhida para abrir e fechar o jornal. As duas partes do retrato transformam a própria leitura em um gesto de aproximação. Entre a capa e a contracapa, o rosto de Seu Zezinho vai sendo preenchido pelas histórias que contou, pelos documentos encontrados, pelas fotografias antigas e pelas lembranças compartilhadas por outros moradores. Quando o editorial afirma "recusamos deixar Paracatu perecer", sua imagem dá corpo a essa recusa. A edição termina onde começou, mas a imagem já não é a mesma, porque agora está carregada de nome, história e pertencimento.

Imagem 13: Contracapa edição 16.
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Editorial

"A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual e coletiva."
Jacques Le Goff

Em todos os lugares, as pessoas sempre recorrem à memória para contar histórias. E como não poderia deixar de ser, assim também foi em Paracatu.

Nossos pais buscaram, no passado, as experiências, as relações construídas socialmente, para nos deliciar com suas memórias.

Tivemos o privilégio de ouvir histórias sobre como se deu o processo de formação de Paracatu, com as narrativas de Porfíria Mól, professora moradora local, hoje falecida, e que era uma contadora especial e deu nome a muitos personagens que estão em nosso imaginário.

Seus relatos eram ricos em detalhes que nos permitiram inferir como era o cotidiano, as festas, os costumes de nossos antepassados.

Nesse percurso, nossa história foi sendo construída, compartilhada e enriquecida com as memórias de tantos outros.

Entretanto, questionamentos nunca nos faltaram. Quais segredos estão guardados no tempo? Era impossível andar pelas ruas de Paracatu sem se perguntar.

Quem percorreu esse mesmo caminho antes de nós?

Diante das indagações, nos diziam que, antigamente, era um Paracatu só, não havia a divisão Paracatu de Cima e de Baixo, que o primeiro morador foi um padre, que havia fazendas e escravos nos engenhos.

Como ter certeza? Tantas histórias perdidas no tempo.

Mas o tempo sempre encontra uma maneira de trazer o passado para o presente.

E assim, por meio do grupo de WhatsApp "Memórias do Gualaxo Norte", descobrimos que o passado deixou suas marcas e evidências também em documentos históricos.

Uma história incrível começa a ser desvelada, ganhando o colorido de datas, nomes e lugares.

Essas descobertas nos dão a percepção e a convicção de que Paracatu está inserido em um processo histórico. Indicam possibilidades para o entendimento de quais foram as bases de construção do nosso presente e nos permitirá compreender melhor quem somos e por que somos.

Nossa identidade é carregada de vínculos com as gerações anteriores e nos proporciona um sentimento de pertencimento muito forte.

Recusamos deixar Paracatu perecer.

Tanto é que, ainda hoje, alguns moradores, mesmo em meio a toda destruição, continuam morando na Rua Furquim e Gualaxo, locais onde a lama não chegou. Difícil romper com as tradições. Nesse processo de afastamento forçado, os idosos, principalmente, estão encontrando muita dificuldade para a aceitar a nova condição de vida.

O desafio é ser feliz longe de casa, dos amigos, dos vizinhos. A familiaridade, a segurança e a convivência de todos os dias faz mutta falta.

Angelica Petzuto, moradora de Paracatu, editorialista convidada.

A permanência de Seu Zezinho em Paracatu não constitui uma experiência isolada. Nas páginas seguintes, "Paracatu que FICA" apresenta outros cinco moradores que

continuaram vivendo na comunidade depois do rompimento. Elias, Dona Benigna, Nié, João Banana e Roberto Carlos aparecem em retratos acompanhados por relatos sobre as razões pelas quais permaneceram e pelas dificuldades de continuar habitando um território transformado pela lama. O título destaca a palavra "FICA" em letras maiúsculas e desloca a atenção daquilo que desapareceu para as pessoas que ainda mantêm Paracatu habitada.

A matéria começa com uma declaração coletiva que situa a permanência não apenas como uma decisão individual, mas como expressão do vínculo construído com aquele lugar:

> - Nós continuamos a viver em Paracatu de Baixo.
> - O nosso lar não é mais a mesma coisa, mas permanecemos aqui.
> - Convivemos diariamente com o que a lama deixou.
> - O valor das nossas casas não pode ser medido em dinheiro.
> - A verdade é que não queremos sair daqui, porque nossas histórias de vidas e as memórias também não saíram. (ASIRENE, edição 16, p.8)

Imagem 14 – Matéria "Paracatu que FICA"
Fonte: A Sirene, 2017.



A sequência visual é organizada por retratos próximos, nos quais os moradores aparecem identificados pelo nome e pela idade. Fotografados em cores e com a paisagem visível ao fundo, eles não são apresentados como uma presença distinta no território. Cada rosto ocupa seu próprio espaço e é acompanhado por um relato em primeira pessoa. Alguns olham para a câmera, enquanto outros dirigem o olhar para fora do enquadramento, criando

retratos menos formais, que parecem nascer da conversa estabelecida durante a produção da matéria. A identificação dos moradores e a preservação de suas formas de falar fazem com que a permanência em Paracatu seja contada por experiências

Abaixo dos retratos, pequenas fotografias mostram a igreja, o rio, as casas, os caminhos, os animais, o fogão a lenha, o rádio, as panelas e o trabalho realizado diariamente. O território não aparece em uma única paisagem ampla capaz de resumi-lo, mas em fragmentos que revelam como ele continua sendo habitado. Elias afirma que sua casa foi destruída e que passou a viver com a irmã. Dona Benigna divide sua vida entre Mariana e Paracatu, retornando porque prefere estar onde ainda recebe visitas. Nié diz que pretende morrer ali, apesar de os pastos, as galinhas e o leite terem dado lugar ao que ele chama de "córrego". Roberto Carlos, por sua vez, fala de uma rotina marcada pela solidão, na companhia do rádio, dos animais e da casa do irmão. Permanecer não aparece como uma escolha simples ou inteiramente livre, mas como uma maneira de continuar próximo daquilo que ainda dá sentido à vida.

É nessa convivência diária com um lugar amado e profundamente alterado que a solastalgia ganha forma. Diferente da saudade provocada pela distância, a dor narrada na matéria surge enquanto os moradores ainda estão no território e observam suas transformações. Eles reconhecem as casas e a paisagem, mas já não conseguem vivê-los como antes. As imagens reúnem essa contradição ao mostrar que Paracatu continua existindo nos rostos, nos objetos e nas práticas cotidianas, embora carregue marcas que modificaram a relação de seus moradores com o lugar.

Quando a matéria afirma que o valor das casas não pode ser medido em dinheiro, também questiona uma concepção de reparação baseada somente na propriedade e na indenização material. A casa não se limita à construção perdida, pois inclui a vizinhança, os animais, o trabalho e a familiaridade construída ao longo da vida. Ao registrar essas dimensões, o jornal mostra também aquilo que não cabe nos cálculos da reparação, aquilo que não tem preço e que talvez não possa ser inteiramente restituído. Uma casa pode ser construída em poucos meses, mas não se refaz no mesmo tempo uma vizinhança formada ao longo de cinquenta anos. Não se entrega pronto um quintal onde as árvores cresceram junto com os filhos, nem se transfere para outro terreno a intimidade de quem conhecia cada caminho, cada casa e cada pessoa. Algumas coisas podem ser reconstruídas, outras precisam de uma vida inteira.

Por fim, publicada em novembro de 2017, quando se completavam dois anos do rompimento da barragem de Fundão, a edição 20 apresenta uma capa inteiramente branca,

ocupada apenas pelo nome do jornal. A escolha estabelece um contraste imediato com a edição do primeiro aniversário, cuja capa era tomada pelo preto. Nas duas publicações, o jornal abre mão de apresentar uma fotografia e permite que a cor, ou a ausência dela, conduza o primeiro contato com o leitor.

Imagem 15: Capa edição 20.
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Na edição de novembro de 2016, o preto havia sido escolhido como expressão do luto vivido pelas comunidades. Um ano depois, ao pensar a capa que marcaria os dois anos do desastre, o conselho editorial se viu diante de outra dificuldade. Repetir o preto significaria reafirmar a dor e a denúncia, enquanto uma imagem de esperança poderia sugerir um otimismo que não correspondia às condições enfrentadas pelos atingidos. Entre essas possibilidades, o jornal escolheu o silêncio de uma página sem imagem, sem manchete e sem qualquer indicação do que o leitor encontraria no interior da edição. O branco não representa o fim do luto nem anuncia uma superação, ele guarda a incerteza de um momento no qual os reassentamentos ainda não haviam sido construídos, as indenizações permaneciam incompletas e a vida provisória continuava sem um horizonte definido. Se a capa preta do primeiro aniversário dava uma forma visível à dor, a capa branca do segundo ano parece suspender a resposta. Há muito a dizer, mas nenhuma imagem é capaz de reunir tudo o que ainda estava sendo vivido.

O editorial reconhece essa impossibilidade e afirma que, sobre o branco amarelado do

papel-jornal, existe “um futuro sobre o qual pouco sabemos”. A ausência da fotografia deixa de ser falta e se torna uma escolha narrativa. Diante de tantas imagens já produzidas sobre o desastre, A Sirene começa a edição recusando oferecer mais uma. O silêncio da capa prepara o leitor para um jornal atravessado pela espera, pelas marcas deixadas no território e pelas perguntas que, depois de dois anos, continuavam sem resposta.

Se a capa escolhe não mostrar, o ensaio “Marcas” faz reaparecer, ao longo da edição, aquilo que o tempo ainda não havia apagado. As fotografias registram a marca deixada pela lama nas paredes, nas portas, nas árvores e nas construções atingidas. O ensaio, feito por Tainara Torres e Larissa Helena, começa na página 9, mas retorna em outros momentos do jornal, ocupando páginas inteiras e interrompendo a sequência das matérias. As imagens não ficam reunidas em um único espaço, elas atravessam a edição da mesma maneira que as marcas atravessam os territórios.

Imagem 16: Ensaio *MARCAS*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Novembro de 2017
Mariana - MG
DIAGRAMAÇÃO: GABRIEL CORRÊ

A SIRENE 9
PARA NÃO ESQUECER

MARCAS

FOTOS: LARISSA HELENA E TAIANARA TORRES

TEXTO: ANA ELISA NOVAIS

É muito comum medirmos nossos sentimentos como se fossem substâncias que preenchem espaços vazios de nossos corpos. A gente diz que está “cheio de raiva”, que “a paciência chegou ao limite”, que “o amor nos preenche”. É mais fácil entender ideias abstratas quando as relacionamos a ideias concretas. O nome dessa nossa forma de entender o mundo pode ser chamada de metáfora.

O rejeito que percorreu mais de 800 km de Minas ao Espírito Santo, matando gente, rio, planta, bicho, é são substâncias concretas, e aqui, portanto, não são metáforas. A marca do rejeito nas árvores, nas casas, nas coisas, na parede da igreja e da escola não é uma metáfora. Essa marca está lá como evidência do maior crime ambiental da história do Brasil.

Como metáfora, esse traço marrom impregnado nas coisas por onde passou o rejeito indica o tamanho da nossa indignação e da nossa luta pelo fim da impunidade. Esse rejeito que destruiu histórias, modos de vida, memórias, cotidianos, dignidades. O nível do rejeito ajuda a entender em que nível está a nossa paciência: no limite.

Apesar de muita gente pensar assim, a marca do rejeito não está em nós, não é ela que nos preenche. Somos feitos de amor e raiva, como todos são. Hoje, o que transborda em nós é a vontade de reconstruirmos nossas vidas com dignidade.

Na abertura, a palavra “MARCAS” recebe em suas próprias letras a textura e a cor do rejeito. Logo abaixo, uma fotografia se aproxima de uma parede dividida por uma faixa marrom, deixando visível o ponto alcançado pela lama. O enquadramento retira quase todo o entorno e concentra o olhar nessa linha, que separa a cor original da parede da superfície impregnada pelo rejeito. Não é necessário mostrar novamente o momento do rompimento. A altura da marca permite imaginar o volume da lama e a violência com que ela entrou naquele espaço.

O texto de Ana Elisa Novais recusa que esse vestígio seja entendido apenas como uma imagem simbólica. Como afirma “a marca do rejeito nas árvores, nas casas, nas coisas, na parede da igreja e da escola não é uma metáfora”. Ela permanece como evidência concreta do crime ambiental e da extensão alcançada pelo rejeito. Ao mesmo tempo, quando fotografada e colocada em sequência, essa linha passa a carregar também o tempo transcorrido, a indignação e a demora da reparação. Dois anos depois, a lama já havia secado, mas continuava na paisagem.

Imagem 17: Fotografias ensaio *MARCAS*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Nas páginas seguintes do ensaio, a mesma faixa reaparece em diferentes superfícies. Atravessa paredes internas, portas, fachadas, pilares, raízes e troncos de árvores. Os enquadramentos são quase sempre frontais e permitem que a linha marrom percorra horizontalmente as imagens, criando uma continuidade entre lugares que não aparecem identificados por legendas. Uma casa, uma igreja e uma árvore guardam marcas semelhantes, fazendo com que a extensão do desastre seja percebida não por uma visão panorâmica, mas pela repetição de um mesmo vestígio em tudo o que esteve no caminho da lama. A ausência de pessoas nessas fotografias também chama atenção. Permanecem as paredes, as aberturas das casas, os objetos e a vegetação, mas aqueles espaços já não são ocupados como antes. Em algumas imagens, plantas crescem dentro das construções e atravessam portas e janelas, enquanto a marca do rejeito divide as paredes. O ensaio registra além da passagem da lama, também o abandono produzido por ela e o tempo que continua agindo sobre lugares.

Ja na matéria "Solo perdido", a edição volta o olhar para a terra e para os modos de vida que dependiam dela.

Imagem 18: Matéria *Solo Perdido*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



22 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Novembro de 2017 Mariana - MG

Novembro de 2017 Mariana - MG A SIRENE PARA NÃO ESQUECER 23

Foto: Valéria Amorim

Solo perdido

Os 39 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério lançados de Fundão ao meio ambiente destruíram centenas de quilômetros até a foz do Rio Doce, o que implicou em perdas e prejuízos difíceis de serem reparados. Muitos eram os usos que a população fazia daqueles solos. Acostumados ao cultivo nos quintais e à criação de animais, os atingidos sentem a perda desse espaço e se preocupam com a preservação das espécies que mantinham em suas residências.

Por Marcos Manoel Muniz, Rosária Ferreira Duarte Frade, Maria da Conceição Martins
Com apoio de Cristiane Valéria de Oliveira, Larissa Helena, Bilmara Filgueiras e Valéria Amorim.

Foto: Larissa Helena

Lá em Paracatu, a terra era boa demais. Na verdade, eu acho que a terra é de acordo com quem trabalha com ela. Ela é parecida com a gente. Se plantamos e cuidamos com amor, o fruto nasce, mas, se tratamos de qualquer jeito, não dá.

Eu sempre gostei de plantar sementes de milho e feijão de espécies diferentes daquelas que encontramos no mercado. Tenho espécies variadas de milho e feijão, como o milho crioulo, milho amarelinho, milho de palha roxa, feijão roxinho, feijão miúdo, feijão preto, feijão fumaça e feijão rapé. Consegui esses tipos variados procurando em outras regiões. Uma das sementes eu trouxe lá de Santa Catarina. Gostava de cultivar essas espécies por causa do sabor. É bom comer algo diferente. Além dos feijões e dos pés de milho, na roça, tinha cana, batata doce, abóbora, banana e melancia. Não era somente eu, quase todo mundo lá plantava de tudo. Conheço gente que só comprava o sal. Hoje, eu ainda replanto as sementes de milho e feijão. Faço isso para preservar as espécies até poder voltar a plantar novamente, como fazia antes.

Rosária Ferreira Duarte Frade, atingida de Paracatu de Baixo

O que é patrimônio agrícola?

A noção de patrimônio agrícola refere-se a um conjunto de elementos que compõem os sistemas agrícolas tradicionais, desde as plantas cultivadas até outros aspectos, tanto ambientais (solos, recursos hídricos, relevo), quanto socioculturais (saberes, práticas de manejo de solo). O termo é reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entidade ligada à ONU, responsável pelo estudo e desenvolvimento da agricultura mundial e produção de alimentos.

A perda do patrimônio agrícola nas regiões atingidas - formado pelas sementes, arbustos e árvores que foram destruídos pela lama, bem como pelos animais mortos no desastre e ao longo desses dois anos - revela um caráter ainda mais catastrófico quando adicionamos à essa realidade a devastação dos solos.

Com o rejeito de minério, diferentes tipos de solo com características e potenciais diversos foram enterrados e/ou condenados a uma longa espera para que possam (talvez) ser novamente cultivados.

A perspectiva de recuperação desse recurso natural é de longo prazo e, mesmo que os solos voltem a ter qualquer capacidade produtiva, o limite de reabilitação desse recurso foi drasticamente ultrapassado. Isso quer dizer que, mesmo que voltem a produzir, eles jamais recuperarão as características originais que possuíam.

Outro impacto causado pela perda da qualidade desse componente ambiental está na recarga dos aquíferos e lençóis freáticos. Os solos também são responsáveis pela maior parte de recomposição desses recursos no meio ambiente.

Cristiane Valéria de Oliveira e Valéria Amorim (Professoras do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG)

Foto: Arquivo Marcos Muniz

Durante os 30 anos em que trabalhei na Samarco, sempre encontrava tempo, no intervalo do trabalho, para cuidar das minhas coisas no Bento. Tinha várias cabeças de gado, muitas galinhas e até umas da raça Brahma. Os ovos que elas produziam abasteciam minha família e também eram vendidos em Bento e em Mariana. No pomar, tinha pés de diferentes tipos de laranja, banana prata e caturra, para não falar dos vários pés de jabuticaba.

Nas terras que meu pai me deixou, além do pomar e das criações, eu cuidava da horta, de onde saíam verduras que, junto com as frutas e os ovos, enchiam meu carro para atender aos pedidos que chegavam dos fregueses.

Antes de aposentar, eu fazia planos de poder ficar em Bento e levar uma vida tranquila, rodeado da família, cuidando de tudo o que ajudei a criar. Por um ano, depois que me aposentei, consegui realizar esse meu sonho: cuidava da terra e da criação. Mas o desastre destruiu isso. Nosso lugar foi "enterrado" duas vezes pela lama: na primeira vez, naquele dia 5 de novembro, e, agora, pelo "lago de lama" que se formou com a construção do Dique S4. Tudo o que eu tinha ficou enterrado, fora a criação que a lama arrastou e matou.

Hoje, em Mariana, em um pedaço do terreno onde moro, tenho uma horta e cuido de algumas galinhas. Pelo menos uma vez por semana vou até a Fazenda Bom Retiro para visitar e cuidar do meu gado que conseguiu se salvar da lama e que divide o pasto e o curral com outras cabeças que também conseguiram sobreviver ao desastre. Mas muitas cabeças já morreram nestes dois anos.

Eu sempre digo que, apesar da lama, nossa vida precisa continuar, mas dói ver como o nosso Bento ficou. Hoje posso mostrar um pouco do que tinha através das fotografias que, por terem ficado em Mariana, a lama não pôde destruir, mas é triste.

Marcos Manoel, atingido de Bento Rodrigues

Foto: Larissa Helena

Tinha minha casa, minhas plantações e cuidava das minhas criações. Tinha muitas galinhas, eram mais de 100. Elas eram daquelas raças que botavam muitos ovos. As vezes, não conseguia pegar tudo, pois elas ficavam soltas e acabava perdendo. Quando a lama da Samarco veio, eu perdi a maior parte delas. Algumas que se salvaram estavam numa árvore que tinha lá. Essas, a Samarco levou lá pro abrigo, mas, pouco tempo depois, elas sumiram, foram roubadas. Fiz o boletim de ocorrência e reclamei, mas a empresa não se manifestou.

Hoje, vivo aqui na cidade e a única galinha que tenho foi minha filha que me deu. Cuido dela aqui, mas não é a mesma coisa, não é do mesmo jeito.

Maria da Conceição Martins, Paracatu de Baixo

Reunindo relatos de moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo que cultivavam sementes, mantinham hortas, pomares e criações de animais, produzindo tanto para o consumo da família quanto para a venda e a troca entre vizinhos. A perda do solo

aparece como a perda de um espaço de trabalho, alimento, conhecimento e autonomia. A fotografia que abre a matéria se aproxima das mãos de uma moradora, Rosária Ferreira Duarte Frade, que segura sementes de feijão e vagem. As sementes aparecem protegidas pelo gesto de quem as guarda e fazem lembrar que a continuidade de uma plantação começa muito antes do cultivo.

Essa ideia aparece no relato da própria Rosária que descreve as diferentes variedades de milho e feijão cultivadas em Paracatu, como o milho crioulo, o milho amarelinho, o feijão roxinho, o feijão miúdo, o feijão preto e o feijão-rapé. Depois do rompimento, ela passou a procurar essas sementes em outras regiões para preservá-las até que fosse possível voltar a plantar. A fotografia não mostra apenas alimentos que sobreviveram, mas uma parte do patrimônio agrícola mantida pelas mãos de quem conhece seus nomes, seus sabores e as condições necessárias para fazê-los nascer.

Na página seguinte, as fotografias do arquivo pessoal de Marcos Manoel Muniz, conhecido como Marquinhos, mostram o quintal e a horta que ele mantinha em Bento Rodrigues antes do rompimento. As imagens são registros familiares, produzidos quando aquele espaço ainda fazia parte da rotina e não precisava ser documentado como algo prestes a desaparecer. Nelas, Marquinhos aparece entre canteiros, árvores, animais e sua filha. Depois da destruição, essas fotografias passam a guardar outra função. Além de recordar a vida anterior, tornam-se documentos daquilo que existiu e da relação que ele construiu com a terra durante tantos anos.

Por fim, a última fotografia da matéria acompanha Maria da Conceição enquanto ela alimenta uma galinha no pequeno espaço de uma casa na cidade. O enquadramento deixa parte de seu rosto fora da imagem e se aproxima do gesto de cuidado, da ave e do chão de concreto que substituiu o quintal onde antes mantinha sua criação. Antes a Maria cuidava de quase cem galinhas, mas depois do rompimento perdeu a maior parte delas e passou a criar apenas uma, dada por sua filha. A presença solitária do animal torna visível a dimensão da perda, pois aquilo que antes ocupava o quintal e fazia parte de sua rotina agora cabe em um único gesto de cuidado.

Colocadas em sequência, as imagens constroem um percurso que vai das sementes guardadas nas mãos ao quintal preservado nas fotografias de família e chega à criação possível no presente. O solo perdido não aparece só como uma extensão de terra contaminada, mas está na plantação que não pode ser retomada, nos animais que desapareceram e nos saberes que correm o risco de se perderem. As fotografias mostram que perder a terra também significa perder as condições que permitiam a essas pessoas produzir

alimento, cuidar de suas criações e reconhecer no trabalho cotidiano uma parte de quem eram.

Uma próxima análise é do ensaio, “Ser atingido”, que interrompe a sequência de matérias e coloca em primeiro plano uma pergunta que atravessa todo o jornal. Depois de dois anos, o que significava ser atingido pelo rompimento da barragem de Fundão? Em vez de apresentar uma definição única, a matéria reúne pessoas de diferentes idades e comunidades para que cada uma fale a partir da própria experiência. A autoria indicada como “por nós, atingidos” já anuncia que esse significado não será estabelecido de fora, mas construído por aqueles que vivem isso todo dia.

A página de abertura é formada por fragmentos de muitos rostos fotografados em preto e branco. Olhos, bocas, mãos, cabelos e partes da pele são organizados em pequenos quadros ao redor do título. Nenhuma pessoa pode ser reconhecida por inteiro e nenhum fragmento é suficiente para explicar sozinho o que significa ser atingido. A composição sugere uma condição compartilhada, mas feita de experiências que não cabem em uma única imagem ou resposta.

Imagem 19: Abertura matéria *Ser atingido*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.



Nas páginas seguintes, esses fragmentos dão lugar a retratos individuais. As pessoas aparecem de frente, enquadradas de maneira próxima e diante de um fundo preto. As

fotografias mantêm uma unidade visual, mas percebe-se que não tornam as pessoas iguais. A iluminação, as expressões e as maneiras de sustentar ou desviar o olhar preservam diferenças que tornam ainda mais nítidas quando cada retrato é acompanhado por um nome, uma idade, uma comunidade e um relato. O preto e branco também estabelece uma distância em relação às imagens mais conhecidas do desastre, geralmente dominadas pela cor marrom do rejeito. Aqui, a lama não precisa aparecer para que suas consequências sejam reconhecidas. Elas estão nas palavras de quem perdeu a casa, o trabalho, a rotina, a possibilidade de criar os filhos no território e a segurança sobre o futuro.

Embaixo de cada fotografia há as respostas que mostram que ser atingido ultrapassa a perda material. José Honorato fala de uma "alma fragmentada" depois de perder a horta, o trabalho na roça e a convivência com os vizinhos. Mônica dos Santos associa essa condição à humilhação de precisar lutar repetidamente pelo reconhecimento de direitos. Tcharle do Carmo Batista fala da vida interrompida por dois anos e dos vínculos familiares desfeitos, enquanto Luiza Queiroz descreve o sentimento de ser esquecida mesmo estando viva. As experiências não formam uma definição fechada, mas ampliam o termo e mostram que o rompimento atinge diferentes dimensões, de diferentes formas.

Imagem 20: Interior da matéria *Ser atingido*
Fonte: Jornal A Sirene, 2017.


16 A SIRENE PARA NÃO ENQUECER Novembro de 2017 Mariana - MG

Novembro de 2017 Mariana - MG A SIRENE PARA NÃO ENQUECER 17

POR NÓS, ATINGIDOS

COM O APOIO DE CAROLINE PARANHOS, LARISSA MENDES E LUIZA DE DEBIT | ARTE CAROLINE PARANHOS

José Honorato, 58, atingido de Paracatu de Baixo

Por ser atingido, sinto a minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta lá na roça, tinha o meu serviço, a minha convivência com os meus vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo.

Maria Geralda, 55, atingida de Paracatu de Baixo

Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho. Agora não vivemos mais em uma comunidade porque tudo foi destruído por uma barragem da Samarco.

Mônica dos Santos, 36, atingida de Bento Rodrigues

Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilhar para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo.

Tomé Anstalino dos Santos, 50, atingido de Ponte do Gama

Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porque? Por que isso aconteceu? Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa.

Tcharle do Carmo Batista, 24, atingido de Paracatu de Baixo

Ser atingido é ter nossas vidas paradas por dois anos. Ser atingido é ter perdido tudo, assim como nós perdemos. Ter visto o avalanche de lama levar tudo. Ser atingido é ter nosso projeto de vida abandonado lá em Paracatu. Ser atingido é não poder ver nossas crianças crescendo nos nossos distritos, nos laços familiares que tínhamos. Ser atingido é estar aqui brigando por uma causa coletiva.

Kelin Vailelli, 34, atingida de Bento Rodrigues

Ser atingido é não ter nada, ser expulso das nossas casas e hoje está vivendo de aluguel e com a incerteza se você vai acordar no outro dia e vai ter um teto pra morar. É ficar sendo julgado nas nuas pelas pessoas que a gente está tirando proveito da situação e que a gente não está enxergando.

Maria Correa, xx, atingida de Paracatu de Cima

Ser atingida é ter a minha vida destruída, ter meu passado apagado. Para mim, é aprender a recomeçar do zero, só com as lembranças de onde eu vivia e do meu passado. Tudo está apagado.

Sergio Pyrrigio, xx, atingido de Barra Longa

Ser atingido é ter o mundo transformado a partir de um mal súbito, que mudou a vida de uma bacia e de seus conviventes.

Lúcio Cruzeiro, 34, atingido de Paracatu

Ser atingido eu entendo que é a mesma coisa que a gente tomar uma pancada, tipo uma pancada de carro e tudo que está em volta se encerra. Ser atingido é as pessoas esquecerem da gente, as pessoas esquecerem que houve alguma coisa. É as pessoas esquecerem que a gente vive, a gente respira e a gente quer sobreviver, apesar de tudo.

Ana Clara Clementino, 7, atingida de Bento Rodrigues

Xxxx, xx, atingido de Paracatu

Sou atingido porque esse negócio, lama da barragem, acabou com minha vida. Porque eu morava lá tranquilo, tinha minhas crias tudo por perto, ficava alegre trabalhando. Mas acabou, agora a gente tá num lugar que a gente não gosta, com as criações tudo longe. Nossa senhora!

Marlenes Cangiotelli, 57, atingida de Bento Rodrigues

Ser atingido significa ter sido tirado da sua zona de conforto e ser forçado a uma situação completamente nova e incerta.

A presença de pessoas de várias gerações também impede que o rompimento seja compreendido apenas a partir de quem possuía uma casa ou uma propriedade. Entre os

retratos está Ana Clara Clementina, de três anos, atingida de Bento Rodrigues. Embora não haja um depoimento abaixo de sua imagem, sua presença lembra que também são atingidas as crianças que vão crescer longe dos territórios de origem e herdarão uma história que começou antes que pudessem compreendê-la.

Outro ponto é a repetição do mesmo formato, retrato, que cria uma espécie de igualdade entre os retratados. Nenhuma imagem ocupa um espaço maior por representar uma perda considerada mais grave, e ninguém aparece como exemplo definitivo da condição de atingido. Ao mesmo tempo, os relatos rompem qualquer tentativa de transformar essas pessoas em uma categoria homogênea, o termo é compartilhado e ganha outro sentido em cada rosto fotografado e em cada história. Essa construção também se relaciona com o direito à comunicação, quando dizem o que significa ser atingido, os moradores disputam uma definição que interfere diretamente no reconhecimento das pessoas, no acesso à reparação e na maneira como o desastre será lembrado. A fotografia participa desse movimento ao devolver nome e presença a uma palavra que poderia permanecer abstrata. Em vez de falar sobre os atingidos, a matéria cria um espaço no qual eles próprios se apresentam.

Ao longo dessas quatro edições, o jornal A Sirene não se limita a abrir espaço para que os atingidos apareçam como fontes de informação, eles participam da escolha das pautas, assinam textos, produzem fotografias e constroem as palavras com as quais desejam ser reconhecidos. A comunicação comunitária se realiza nesse processo, no qual o jornal se torna um meio para narrar a própria experiência e disputar publicamente os sentidos do desastre.

Quando uma lembrança contada por um morador, um objeto retirado da lama, uma celebração religiosa ou uma fotografia de família passa a ocupar as páginas do jornal, aquilo que pertencia ao cotidiano e à intimidade também se torna parte da narrativa pública sobre o rompimento. O jornal participa dessa mediação ao transformar experiências dispersas em registros que podem circular, ser guardados e retomados ao longo do tempo. O jornal vira documento, vira arquivo.

4.2.2 O tempo da espera: 2018–2020

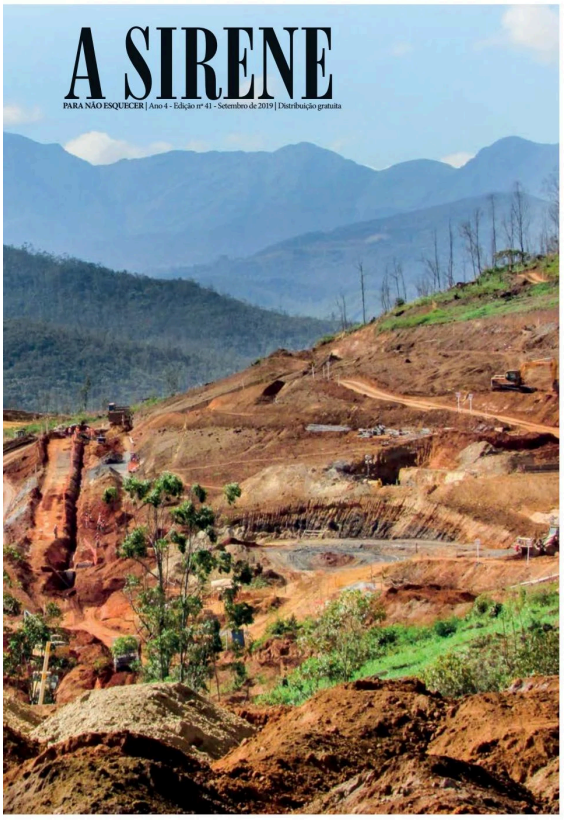
Este segundo período reúne as edições 41, 47 e 55, escolhidas por mostrarem um momento em que a reparação já fazia parte da vida cotidiana das comunidades atingidas, embora continuasse marcada por atrasos, conflitos e decisões tomadas sem a participação efetiva dos moradores. Nas fotografias, a destruição provocada pela lama passa a dividir espaço com outras marcas deixadas pelo desastre, agora visíveis nos canteiros de obras, nas

rachaduras das casas, nos territórios e nos remendos que se acumulam enquanto soluções definitivas não chegam. A análise acompanha esse tempo prolongado da espera, observando como o jornal confronta os anúncios institucionais de avanço com aquilo que os atingidos ainda viviam em seus territórios.

A edição 41, publicada em setembro de 2019, aproxima-se dos quatro anos do rompimento. Nesse momento, a urgência dos primeiros relatos já divide espaço com outra experiência, a de esperar por uma reparação que avançava lentamente e acumulava conflitos. O reassentamento começava a ganhar forma no terreno, mas a distância entre aquilo que era anunciado e o que havia sido efetivamente entregue permanecia visível nas páginas do jornal.

A capa introduz essa discussão por meio de uma fotografia em plano aberto do reassentamento de Novo Bento. Vista de longe, a paisagem é dominada pela terra exposta, pelos cortes feitos no terreno e pelas estruturas ainda dispersas no canteiro. A amplitude do enquadramento permite reconhecer a dimensão da obra, mas também a extensão do que falta. Não há casas concluídas, ruas habitadas ou moradores ocupando o espaço, de modo que Novo Bento aparece antes como empreendimento do que como comunidade.

Imagem 21: Capa edição 41
Fonte: Jornal A Sirene, 2019.



Isolada de seu contexto, a movimentação do terreno poderia funcionar como demonstração de que a reparação avançava. A capa, entretanto, é apenas a entrada de uma edição construída a partir da experiência de quem aguardava havia quase quatro anos e acompanhava prazos continuamente adiados. Sob esse olhar, cada via aberta e cada estrutura iniciada também marcam o tempo transcorrido longe de casa. A fotografia contém, assim, uma tensão que percorre as páginas seguintes. Há uma obra em andamento, mas ainda não há um lugar onde a vida possa recomeçar.

Essa tensão reaparece no título da matéria “Em quatro anos, um tijolo”, publicada nas páginas 8 e 9. A frase aproxima duas medidas desiguais. De um lado estão os quatro anos que separam o rompimento daquele momento; de outro, um único tijolo, apresentado pelas empresas como símbolo do início da reconstrução. O título não nega a existência da obra, mas altera a escala pela qual seu avanço deve ser avaliado. Diante do tempo vivido pelos moradores, aquilo que se pretendia celebrar também revelava o quanto ainda faltava.

Imagem 22: Matéria “Em quatro anos, um tijolo”
Fonte: Jornal A Sirene, 2019.



8 A SIRENE Setembro de 2019 Mariana - MG

Setembro de 2019 Mariana - MG A SIRENE 9

Em quatro anos, um tijolo

Às vésperas de completar quatro anos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton, a Fundação/Samarco comemora a colocação do primeiro tijolo da primeira casa do reassentamento de Bento Rodrigues, em Lavoura. Após anos de divergências e de projetos malfeitos pela Fundação, o marco evidencia que o momento não é de comemoração, e sim de luta pelos próximos passos nas obras do novo Bento.

Por Antônio Pereira Gonçalves (Dalua), Marly de Fátima, Marquinhos Munir e Mauro Silva
Com apoio de Joice Valverde, Júlia Militão, Juliana Carvalho e Virgie Arcangelo

Pra mim, o primeiro tijolo simbolizou a renovação da minha esperança. Eu já estava descreditada que isso, um dia, ia acontecer, porque a gente sabe que a empresa gosta muito de enrolar. Então, o primeiro tijolo sendo colocado fez a gente acreditar, deu forças pra continuar lutando. Mas, quando eles me chamaram pra conhecer o lote onde vai ser minha casa, veio uma decepção, pois não era nada daquilo que eu tava imaginando. É um lugar muito feio. Estou lutando pra eles me colocarem em um lugar melhor, onde eu espero ficar.

Marly de Fátima, moradora de Bento Rodrigues

Eu participei do evento, foi muito bonito o pessoal emocionado, todo mundo já esperando. Eu mesmo fiquei muito tempo com esperança, a gente fica naquela felicidade de ver aquilo acontecer. Porém, já tem quase 30 dias que foi colocado o tijolo e eu fui lá na semana passada, tava na metade daquela casa ainda. Eu falei com o pessoal da empresa: "eu não entendo. Porque fez todo aquele evento, tudo aquilo bonito, e não andou?". Aí eles falaram: "ah, porque nós fizemos aquilo e não tinha a equipe contratada". Se não tivessem a equipe contratada, acho que não deveria ter também o evento. A gente cria uma expectativa: começou, agora vai andar. Mas não, só começou. Por isso que existe tanto atraso.

Antônio Pereira Gonçalves (Dalua), morador de Bento Rodrigues

As pessoas começaram a ficar doentes, então, para tirar a ansiedade, começaram a fazer as casas. A gente vem acompanhando e, pelo dia que assentou o primeiro tijolo, pouca coisa andou. A Renova chamou a Rede Globo, a comunidade, chamou só lá mais quem, pra fazer a divulgação, mas a obra mesmo tá muito devagar. Eu vejo que eles agem assim, enrolando pra ganhar tempo. Devolver aquilo que eles tiraram de nós não é somente a casa, foram tantas outras coisas. Indenização justa, por exemplo, porque o que perdemos não tem preço, dinheiro nenhum paga.

Marquinhos Munir, morador de Bento Rodrigues

A sensação que eu tenho é, ao mesmo tempo, de esperança e de impotência, porque o começo da obra está sendo numa data que já era para ser o final da obra. Se as empresas tivessem realmente se empenhado em fazer aquilo que era proposto, aquilo pelo qual a Fundação Renova foi construída, que era reparar de forma justa e rápida, as coisas teriam acontecido. Mas a gente vê que tem se postergado muito. Decisões que eram pra ser tomadas em conjunto com os atingidos foram tomadas de forma unilateral e em desencontro com os anseios dos atingidos.

Mauro Silva, morador de Bento Rodrigues

Até a entrega no prazo, a gente tem que prestar bem atenção. Porque uma coisa é entregar no prazo, mas você não pode nunca esquecer da qualidade do serviço. Tá sendo com qualidade? Tá sendo um serviço que você vai se sentir bem dentro daquela obra que tá ali? Eu não me importo se a empresa tá colocando 1, 2, 3, 10, 20 pedreiros pra fazer uma casa. O importante é que ela seja de qualidade, que a pessoa vai se sentir bem vivendo, de acordo com o proprietário da casa.

Antônio Pereira Gonçalves (Dalua), morador de Bento Rodrigues

Eu fico muito ansiosa para voltar pra minha casa, mas eu quero voltar e ficar bem, não quero voltar pra um lugar e continuar me sentindo mal, já chega estar numa casa que não é da gente. Como tá atrasado quatro anos, não me importo se atrasar mais dois ou três anos. Apesar disso, minha ansiedade é muita de voltar tendo minha casa, vou saber esperar com paciência.

Marly de Fátima, moradora de Bento Rodrigues

Nas audiências, a gente vê que as opiniões dos atingidos não são levadas em consideração. Estamos na audiência meramente como instituição figurativa, sem poder de voz. Eu percebo que nós estamos sendo usados para validar algo que já está previamente definido. O que as empresas vêm sempre pregando – isonomia, imparcialidade –, isso não tem acontecido. A gente lamenta, porque é um processo reparatório, não é nada que seja feito a título de bonificação, como se fosse algo que se faz para alegrar as pessoas, por assim dizer. O reassentamento é um ato de reparação por algo que foi retirado de forma criminosa, e essa reparação não tem sido feita de forma justa. A gente lamenta por esse espaço não ser democrático. Mas vamos continuar na luta, a gente não vai desistir.

Mauro Silva, morador de Bento Rodrigues

As fotografias de Genival Pascoal, atingido, percorrem as duas páginas e mostram diferentes pontos do canteiro de obras. Vemos a terra revolvida, máquinas, vias abertas e materiais de construção, mas não vemos o primeiro tijolo que motivou a cerimônia, tampouco moradores celebrando sua colocação. Essa escolha é importante porque retira o

acontecimento de seu enquadramento oficial. Em lugar de concentrar o olhar no gesto simbólico promovido pela Fundação Renova e pela Samarco, o jornal amplia a cena e mostra o estado geral do reassentamento. O que poderia ser apresentado como marco de uma nova etapa passa a ser confrontado com a dimensão de tudo o que ainda permanecia por fazer.

A própria organização visual da matéria reforça esse sentido. As fotografias não se detêm em uma casa concluída, mas percorrem terrenos em diferentes estágios de preparação, enquanto as faixas amarelas e pretas que contornam as páginas lembram uma sinalização de obra e também de alerta. Texto e imagem constroem juntos uma leitura que não celebra o tijolo isoladamente, mas pergunta o que ele representa diante de uma espera tão longa. Como discutido anteriormente a partir de Sousa (2002), a fotografia jornalística informa ao mesmo tempo que produz formas de interpretar o acontecimento. Nesse caso, as imagens documentam a existência das obras, mas recusam a ideia de que sua simples existência seja suficiente para comprovar o avanço da reparação.

A essa sequência somam-se os relatos de Marly de Fátima, Antônio Pereira Gonçalves, Marquinhos Muniz e Mauro Silva, moradores de Bento Rodrigues. Esperança, ansiedade e desconfiança coexistem nas falas, acompanhadas por questionamentos sobre os atrasos, a qualidade das casas e as decisões tomadas sem a participação efetiva da comunidade. Os atingidos não são convocados apenas para reagir a uma obra conduzida por outras instituições. São eles que avaliam o processo e discutem o que significa voltar, em quais condições desejam fazê-lo e por que o reassentamento deve ser compreendido como direito, não como concessão das empresas. É nesse ponto que a comunicação comunitária modifica a narrativa da reparação.

A Sirene parte de um acontecimento criado para circular como demonstração de avanço (a cerimônia do primeiro tijolo) e o reinscreve na experiência de quem esperava. A midiatização importa aqui porque o conflito não se limita à execução da obra, alcançando também os sentidos públicos atribuídos a ela. Ao colocar as fotografias do canteiro em relação com as falas dos moradores, o jornal rompe a aparência de consenso que a cerimônia buscava produzir e devolve a reparação ao campo da discussão e da participação.

Partindo para outra matéria, “Fazenda da Barra: marcas do crime” nos desloca o olhar do reassentamento para um território que permaneceu habitado, mas continuou sofrendo os efeitos do rompimento e das intervenções realizadas posteriormente. Localizada no encontro dos rios Carmo e Gualaxo, a fazenda centenária teve suas terras atingidas pela lama, com a destruição de cultivos e pastagens. Depois, o trânsito intenso de caminhões pesados utilizados nas obras de reparação passou a provocar tremores e rachaduras em sua estrutura.

As fotografias de Greison Anderson de Souza Costa constroem essa narrativa pela relação entre o conjunto e o detalhe. A primeira imagem apresenta um contra-plongée, mostrando a dimensão da casa, sua arquitetura antiga e os sinais do tempo preservados na madeira, nas paredes e no telhado. As demais se aproximam das áreas danificadas, detalhes, mostrando partes do revestimento desprendidas e uma rachadura que atravessa a parede. Esse movimento visual conduz o leitor da história da construção à materialidade do dano, permitindo compreender que não se trata de uma fissura isolada, mas de uma ameaça à permanência de um patrimônio ligado à origem de Barra Longa e à história da família que vive ali.

Imagem 23: Matéria "Fazenda da Barra: marcas do crime"
Fonte: Jornal A Sirene, 2019.



6 A SIRENE
PARA NÃO ESQUECER

Setembro de 2019
Mariana - MG

FOTOS: GREISON ANDERSON DE SOUZA COSTA

Fazenda da Barra: marcas do crime

É comum que construções centenárias recebam os cuidados devidos para que sejam conservadas. Os(As) proprietários(as) da Fazenda da Barra, local onde viveu o fundador de Barra Longa, tentam preservar o espaço, mas o crime do rompimento da Barragem de Fundão pela Samarco, Vale e BHP Billiton atingiu as estruturas do casarão histórico.

POR GREISON ANDERSON DE SOUZA COSTA, JOSÉ OSVALDO MÓL CARNEIRO E RUBIA LEMOS FERREIRA CARNEIRO
COM APOIO DE WIGDE ARCANGELO

A centenária fazenda da Barra é uma obra histórica atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão. Situada no encontro dos rios Carmo e Gualaxo, a fazenda viu suas terras serem devastadas pelo tsunami de lama de rejeito, que levou seus cultivos e pastagens, e deixou rastros de destruição.

Greison Anderson de Souza Costa, morador de Barra Longa

Depois, veio o drama com a sede da fazenda, devido ao forte trânsito de caminhões pesados e com alta velocidade no entorno da sede, que vem trazendo danos à estrutura centenária, como rachaduras e trincas, e que ocasiona abalos na fazenda. Isso tira o sossego da família, que tinha o local como descanso aos finais de semana.

Rubia Lemos Ferreira Carneiro, moradora de Barra Longa

Desde 2016, o proprietário informa à Fundação Renova sobre os prejuízos que o tráfego gerou e a resposta que se ouve, por parte da empresa, é que nada pode ser feito, negando a reparação. Isso mostra o descaso com um patrimônio cultural e histórico do município, pois a Fazenda da Barra é a primeira fazenda da cidade de Barra Longa, onde foi a morada do fundador do município, Matias Barbosa, que, em 1701, da varanda da fazenda, vendo o encontro dos rios, originou o nome de Barra Longa e, consequentemente, da Fazenda da Barra.

Greison Anderson de Souza Costa, morador de Barra Longa

Quero apenas que a justiça seja feita e que meus direitos sejam ressarcidos, nada mais além disso.

José Osvaldo Mól Carneiro, morador de Barra Longa

Greison participa da autoria do texto e das fotografias, condição importante para compreender o modo como a matéria foi construída. Seu registro nasce da convivência com a fazenda e do conhecimento daquilo que mudou ao redor dela. A proximidade, nesse caso, não compromete o valor documental das imagens. É justamente ela que permite reconhecer a rachadura como parte de uma história mais extensa, ligada à família, à origem de Barra Longa e à preservação daquele patrimônio.

A Fazenda da Barra continua no mesmo território, mas habitá-la já não significa viver no lugar tal como ele era conhecido. Os tremores, a perda do sossego e o medo de novos

danos alteram uma relação construída ao longo de gerações. A solastalgia assume aqui uma forma diferente daquela vivida por quem foi retirado de sua comunidade. Não há afastamento físico, mas o ambiente familiar torna-se progressivamente inseguro e estranho. As paredes permanecem, embora já não ofereçam a mesma sensação de lar, segurança.

Nesse momento de sua trajetória, o jornal A Sirene observa e publica os prazos, as obras, os acordos e os danos que continuavam surgindo, construindo uma espécie de acompanhamento comunitário do processo de reparação. Na edição 41, a demora do reassentamento e as rachaduras da Fazenda da Barra pertencem a uma mesma história, embora ocorram em territórios e situações diferentes. Enquanto algumas famílias esperavam a construção de suas casas, outras lutavam para impedir que as casas onde permaneceram fossem ainda mais danificadas.

Imagem 24: Matéria "Todo dia um remendo"
Fonte: Jornal A Sirene, 2019.



14 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Setembro de 2019 Mariana - MG

Todo dia um remendo

Na edição de janeiro de 2019, o Papo de Comadre denunciava as eternas obras nas ruas de Barra Longa. E, próximo de completar quatro anos do rompimento da Barragem de Fundão, os moradores continuam sofrendo com os transtornos causados pelas empresas contratadas pela Samarco, Vale e BHP para realizar obras de reparação na cidade.

POR JORÉ EDUARDO COELHO FILHO (ZEZÉ DE TANINHA) E MARIA AUXILIADORA ROCHA MACHADO (DORA)
COM APOIO DE JOICE VALVERDE E SÉRGIO PARAGAIO

Eles tiram o bloquete e colocam outro, não sei se é na terra ou na areia, fica uma poça de barro, aí os carros passam e jogam tudo pra dentro de casa. A parede tá toda respingada de barro, tem que lavar todo dia, até a cortina tive que trocar. Veio ao escritório da Renova pra ver se eles arrumam, pelo menos, a frente da casa, pra não passar o Natal com isso sujo.

Dora, moradora de Barra Longa

A reforma do asfalto custou meu tempo. Voltou a abalar a casa, porque aquele rolo compressor de ferro dá uma trepidação danada. Eu tenho uma criança de um ano e sete meses em casa, você imagina o barulho e a poeira.

Zezé de Taninha, morador de Barra Longa

Setembro de 2019 Mariana - MG A SIRENE PARA NÃO ESQUECER 15

PRAÇA 1.701 1.970

Quando irão acabar as obras em Barra Longa? Não tem prazo de nada. Fecharam a pracinha num fim de semana pra fazer obra de pavimentação. Agora, imagina, um lugar que, praticamente, é o acesso da cidade, você ter que dar a volta na Beira Rio. Na rua 1º de Janeiro, toda semana, tem que trocar um bloquete que afundou. Faz quatro anos agora em novembro e tem ainda muita coisa pra fazer, as obras grandes nem começaram.

Zezé de Taninha, morador de Barra Longa

Vai fazer dois anos que moro aqui, diariamente tem problema pra arrumar, a última vez foi esse mês. Quando tá acontecendo obra, a gente fica interditada, não tem como sair pela garagem.

Dora, moradora de Barra Longa

"Todo dia um remendo" conduz essa discussão para as ruas e para a rotina de Barra Longa. Na abertura da matéria, Dora aparece diante de sua casa, ao lado do muro manchado e do portão, enquanto Zézé de Taninha observa da varanda a rua abaixo. Os retratos não os separam dos espaços sobre os quais falam. Ao contrário, situam cada morador no lugar afetado pelas obras e permitem que seus gestos orientem o olhar para aquilo que passou a fazer parte da vida diária.

Nas fotografias seguintes, aparecem a praça interditada, trabalhadores, máquinas, pavimentos retirados e bloqueios improvisados. A cidade encontra-se em obra, mas não há nessas imagens a sensação de um processo que caminha para o fim. Os mesmos espaços precisam ser abertos, refeitos e novamente corrigidos. O remendo do título deixa de designar apenas uma intervenção mal concluída e passa a nomear uma temporalidade, na qual o provisório se repete até adquirir a duração do permanente.

> Quando irão acabar as obras em Barra Longa? Não tem prazo de nada. Fecharam a pracinha num fim de semana para fazer obra de pavimentação. Agora, imagina, uma lugar que, praticamente é o acesso da cidade, você ter que dar a volta na Beira Rio. Na rua 1º Janeiro, toda semana, tem que trocar um bloquete que afundou. Faz quatro anos agora em novembro e tem ainda muita coisa pra fazer, as obras grandes nem começaram. Zézé de Taninha, morador de Barra Longa. (A Sirene, 2019, p.15)

A pergunta que abre o relato permanece sem resposta e resume o modo como o tempo é vivido nessa edição. A espera não acontece somente diante de uma casa que ainda será construída, pois está no trajeto alterado, na praça fechada, no ruído das máquinas, na poeira e no bloquete que volta a afundar. São acontecimentos aparentemente pequenos diante da escala do rompimento, mas sua repetição mostra como o desastre se instala na rotina e alcança até os gestos mais comuns de atravessar uma rua, abrir um portão ou permanecer dentro de casa.

A edição 47, publicada em março de 2020, permite observar outro momento da espera. Se, na edição anterior, a reparação era acompanhada pelos canteiros, pelas rachaduras e pelos remendos, agora ela também passa pelos tribunais, pelos documentos e pela necessidade de provar danos que os atingidos conheciam porque os viviam. Entre as páginas 8 e 13, três matérias organizadas em sequência constroem um percurso que começa no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, retorna aos territórios alcançados pelos rejeitos e termina em uma estrada paralisada por moradores. A proximidade entre essas narrativas mostra que a luta institucional, a denúncia ambiental e a manifestação pública não pertencem a histórias diferentes. São caminhos encontrados pelas comunidades diante de uma reparação que permanecia insuficiente.

A primeira delas, “Com muita luta, a justiça será feita”, acompanha a mobilização em defesa da Matriz de Danos elaborada com a participação dos atingidos. A matéria registra uma decisão favorável ocorrida depois que as mineradoras questionaram o documento e defenderam a utilização da matriz produzida pela Fundação Renova. O conflito ultrapassa a

escolha de um instrumento técnico, pois envolve o direito de participar da definição das próprias perdas. Aceitar somente os critérios formulados pelas instituições responsáveis pela reparação significaria permitir que elas também determinassem o que possui valor, quais danos podem ser reconhecidos e quanto da experiência atingida cabe em uma indenização.

Imagem 25: Matéria "Com muita luta, a justiça será feita"
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



8 A SIRENE Março de 2020 Mariana - MG

Março de 2020 Mariana - MG A SIRENE 9

Com muita luta, a justiça será feita

A luta pela Matriz de Danos dos(as) atingidos(as) continua e, mesmo que ainda não tenha sido homologada, uma decisão importante foi tomada pelos desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte, no dia 11 de fevereiro. As mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, ao se depararem com a Matriz de Danos dos(as) atingidos(as) finalizada, alegaram que já existia uma Matriz de Danos (feita pela Renova/Samarco/Vale/BHP Billiton) e pediram recurso para que o valor do pagamento pela produção da nova Matriz não fosse liberado. Diante da tentativa das empresas rés de deslegitimar a luta por uma Matriz justa, os(as) atingidos(as) de diversas comunidades estiveram presentes em frente ao TJMG nos dias 4 e 11 de fevereiro, quando distribuíram a carta em defesa da Matriz de Danos, assinado pela Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão. A resistência funcionou e a justiça votou a favor das vítimas do crime das mineradoras.

Por Arlinda da Silva, Luzia Queiroz, Paula Alves, Sandro José Sobreira e Viviana Renata Montibeller
Com o apoio de Juliana Carvalho e Rafaela Moreira de Assis (assessora técnica da Cáritas)

Em meio a tantos desafios, os atingidos seguem firmes na busca pelos seus direitos. Apesar do decurso do tempo, em meio a árduas batalhas judiciais, podemos ver que a esperança de ver seus direitos efetivados continua na mente e no coração de cada atingido pela barragem de Fundão. Isso foi notório devido à presença deles nas audiências dos dias 4 e 11 de fevereiro. Insatisfeitos com os valores ofertados pela Fundação Renova na Fase de Negociação Extrajudicial (FNE), eles estão em busca de valores que refletem a realidade dos danos sofridos. E a esperança é uma Matriz de Danos dos atingidos.

Rafaela Moreira de Assis, assessora técnica da Cáritas

Depois de tanta luta, né, graças a Deus, uma vitória. Com Deus na frente, nós estávamos confiantes. A união faz a força. Eu espero que sejam cumpridos os nossos direitos. Agradecer ao pessoal da Cáritas e aos nossos amigos, que estamos juntos aí, na luta.

Arlinda da Silva, moradora de Paracatu de Baixo

É como um desembargador lá falou, que viu que a gente tá interessado mesmo na causa. Então, eu entendo que isso fortalece a nossa luta e eles têm que entender que a Matriz da Renova não nos representa e nem foi feita por nós. Fizemos a nossa Matriz a duras penas, em um processo muito longo para, simplesmente, eles [Renova/Samarco/Vale/BHP Billiton] falarem que não, que não vão aprovar, que não vão aceitar. A gente quer ainda confiar muito na justiça e que ela realmente exista.

Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo

A gente está defendendo a Matriz de Danos, porque a Renova se propõe a pagar as indenizações do jeito deles. Essa Matriz de Danos que defendemos foi feita junto com os atingidos para que haja uma indenização justa para todos. É bom entregarmos a carta para as pessoas, porque muitos que vêm de fora acham que está tudo tranquilo, tudo normal, mas não está. Para que as pessoas vejam a realidade, porque muitos pensam assim: "ah, os atingidos estão bem, estão ganhando muito dinheiro, estão com a vida boa, está tranquila", mas não é a verdade. A vida do pessoal não está tranquila, não é a mesma coisa.

Viviana Renata Montibeller, familiar de moradores(as) de Paracatu de Baixo

Eu tô com o pensamento positivo, porque eles receberam a carta e viram qual era o intuito da gente. Eles pediram vista [do processo] e, com certeza, eles estavam com decisão formada. Aí, essa carta fez eles mudarem a decisão.

Paula Alves, moradora de Bento Rodrigues

Mais uma vitória para os atingidos. É por isso que a gente tem que continuar unido, entendeu? Não pode desistir, não. É um processo coletivo, a gente tem que manter unido pra conseguir vencer a batalha. A gente tem que estar preparado pra tudo, né?

Sandro José Sobreira, morador de Bento Rodrigues

As fotografias de Juliana Carvalho acompanham essa passagem do sujeito ao coletivo. Em uma das imagens, duas mulheres atingidas, Luzia (Paracatu de Baixo) e Maria (Bento Rodrigues) aparecem de costas e uma delas olha para a câmera. Em outra, um grupo ocupa a entrada do Tribunal com os braços erguidos e duas faixas abertas à frente. Já na página seguinte, os documentos continuam presentes, agora nas mãos dos moradores. A sequência registra diferentes formas de participação, desde a leitura e o acompanhamento das decisões até a presença coletiva do apoio e da discordância. O fotojornalismo acompanha, nesse caso, a construção pública de uma presença que o processo judicial não poderia reduzir a nomes escritos nos autos.

A temática da matriz de danos também guarda uma relação profunda com a memória. Para transformar o dano em um instrumento de reivindicação, foi preciso recordar casas, cultivos, objetos, relações de trabalho, práticas comunitárias e formas de vida atingidas pelo rompimento. Aquilo que as empresas poderiam converter em categorias padronizadas retorna

ao debate atravessado pelo conhecimento dos moradores sobre seus territórios. A memória, nesse caso, não permanece voltada somente ao que passou. Ela participa da luta no presente ao sustentar aquilo que os atingidos afirmam ter perdido e o que consideram necessário reparar.

A pergunta que dá título à matéria seguinte, "Para onde foi a lama?", impede que a decisão judicial das páginas anteriores produza qualquer sensação de encerramento. A Justiça havia reconhecido a legitimidade da matriz de danos, mas, no território, os moradores de Bonssucesso ainda precisavam explicar onde estavam os rejeitos e de que modo continuavam afetando suas vidas. A pergunta do título é direta, quase elementar, e justamente por isso expõe uma das contradições do processo de reparação. Quatro anos depois, ainda era necessário procurar a lama, seguir seus deslocamentos e demonstrar danos diante de instituições que não reconheciam plenamente aquela comunidade como atingida.

Imagem 26: Matéria "Para onde foi a lama?
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



10 A SIRENE PARA NÃO ENJOUCER — Março de 2020 Mariana - MG

Fotos: Júlia Militão

Para onde foi a lama?

Quatro anos após o rompimento da barragem de Fundão, algumas das questões que envolvem o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton são: para onde foi o rejeito de minério que não alcançou o rio? O que a Renova/Samarco/Vale/BHP Billiton fez com a lama de rejeito? A verdade é que parte dela está sendo levada para territórios em que não havia chegado. Em 2018, por exemplo, a Renova lançou uma parcela desses detritos debaixo do calçamento da Rua das Flores e da estrada que leva até a comunidade de Bonssucesso, distrito de Barra Longa. As empresas criminosas descarregam o rejeito de forma irresponsável e geram problemas ainda maiores, ao atingirem outras comunidades. As chuvas dos últimos dois anos fizeram com que parte desse rejeito destruísse as plantações e as criações de peixes, galinhas e porcos de Imaculada e Luís Carlos, que vivem em uma das casas atingidas.

Por Imaculada Rosária Vicente e Luís Carlos
Com apoio de Júlia Militão e Sérgio Paragaio

Em primeiro lugar, eles fizeram o calçamento em cima do meu barraco, né? Aí trouxeram o rejeito, calçaram com rejeito. Depois de chover muito, o muro que fizeram caiu e o rejeito veio todo pra dentro daqui. Ele desceu, entrou no poço, matou os peixes e levou tudo por aí abaixo. E veio lá de cima também, porque eles puseram o rejeito lá na estrada também.

Luís Carlos, morador de Bonsucesso

Eles vieram jogando isso [rejeito] pela estrada afora, espalhando tudo. Chegou caminhão entornando na estrada, nas ruas. Logo depois da obra, uns quatro ou cinco meses depois, aconteceu isso. Da ponte de fora pra cá, veio trazendo tudo, lama, barro, ninguém via nada, arrancou tudo.

Só em Barra Longa não chegou, não, eles tinham que trazer pra nós aqui também. O que nós temos a ver com isso, né? O problema é esse, o que a gente tem a ver com isso? Não falaram nada que ia colocar, simplesmente, entornaram o caminhão aí, o pessoal da obra veio, colocaram os bloquetes e "tá tudo bem, também", ninguém falou nada. Na verdade, achamos que era areia mesmo, depois, descobrimos que não, era rejeito que eles tavam trazendo, espalhando por aí. A gente não tem nada a ver com isso e tem que "pagar o pato" também, né?

Imaculada Rosária Vicente, moradora de Bonsucesso

Eles ficam falando que o pessoal de Bonsucesso não foi atingido pela barragem, mas nós fomos atingidos sim. Fizeram essa "porcariada" aí pra cima. Eu fiquei no prejuízo e vou cobrar de quem? Eu tinha minha plantação, tinha laranja, mexerica, mandioca, batata, tudo plantado pelo quintal e matou tudo. Tinha minha horta, o pessoal vinha buscar verdura direto aqui. Alface, couve, ali embaixo era cheio de coisa. E como a lama veio, não deu pra fazer mais nada, aí meu irmão veio e plantou capim, isso aí agora é capim. Não adianta plantar, não. Você pode ver que tem uma muda de laranja que eu plantei aí, mas não sai de jeito nenhum. Por causa do rejeito, entendeu?

Luís Carlos, morador de Bonsucesso

Isso aqui tava lotado de peixe, na época, eu tinha colocado os peixes. Mas a água veio até aqui e eu ficava: "se subir mais um tiquinho, vai entrar dentro de casa". Ainda bem que esse barranco aqui nos salvou, mas isso aqui foi lama pura, tampou tudo. Você não via poço aqui não, virou um mar. Encheu foi tudo, foi tudo embora, peixe por aí afora. Sobrou mais nada. Até hoje, não tivemos nem condições de arrumar o poço. O dinheiro é curto pra colocar mais peixes, então… Mas vamos colocar, se Deus quiser. Aqui era bonitinho demais.

Imaculada Rosária Vicente, moradora de Bonsucesso

Local onde Luís criava seus porcos foi devastado pela lama de rejeito.

Março de 2020 Mariana - MG — A SIRENE 11 PARA NÃO ENJOUCER

Deu até dó ver meus peixes morrendo aí, aquela lama, aquele "trem" vermelho, meus peixes morreram. Eu falei com a Imaculada: "bem materiais, a gente consegue outros, o problema é a vida da gente". Até hoje, eu não arrumei, porque eu fico com medo de colocar, sabe? E chover de novo, vir esse rejeito que tá na estrada. Enquanto não arrumarem direitinho e acabar com esse rejeito, não adianta colocar peixe, não. Eles invadem aí, vêm cá e matam meus peixes tudo de novo. Galinha, minhas galinhas, levou tudo embora. E como você salva? Não tem jeito não.

Esse barraco meu aqui era cheio de gente. Quando o boteco tava fechado, o pessoal tava aqui. Nós íamos no poço, pegávamos umas três tilápias, limpava rapidinho, rapidinho a Imaculada jogava na mesa aqui, e nós tomávamos nossa cachacinha, e o pessoal alegre, sem problema. Mas hoje acabou. O peixe era pra muita gente, e eu não vendia, não. Era um prazer que eu tinha, sabe, que eu tenho. É um prazer que eu tenho, de voltar ao que era antes. Mas só que depende deles, né? Porque eu não posso fazer nada. Condições agora eu não tenho, então depende deles. Eu quero voltar ao que era antes, sabe?

Luís Carlos, morador de Bonsucesso

Quem levou a lama pro morro?

Por Sérgio Paragaio

Estranha lama que desce da montanha e sobe o rio.

Estranha lama que desce o rio e sobe o morro, estranha lama sem vida, sem pernas.

O quanto andas de rio a mares, estranha lama que desce e sobe montanha estranha que é exposta no parque.

Estranha lama, se não vem, eles levam. Lama estranha, agora na caçamba, sobe a montanha.

Estranha lama que deita no meio da rua e se faz de cobertura, foge nas frestas abertas e vira pó. Voa com um vento só, me tira o fôlego, me faz coçar. Ah! Se eu pudesse desta lama me livrar, se eu morasse no alto do morro onde ela não chegasse, se eles não a levasse, se minhas narinas não a cheirasse, talvez eu nem inspirasse nem espirrasse.

Essa estranha lama, na montanha, como ela no meio da rua, lá perto da lua foi morar. Quem levou a lama pra lá? Lama estranha que sobe o moro, estranha gente que mata gente. Estranho ser que leva a doença para os montes onde ela sozinha não era capaz de chegar. A quem tu agradas? A DEUS ou ao DIABO?

Estranho povo que não se revolta.

A matéria é construída a partir dos relatos de Imaculada Rosária Vicente e Luís Carlos, moradores de Bonssucesso, que também assinam o texto. Segundo eles, rejeitos foram utilizados sob o calçamento da Rua das Flores e da estrada de acesso à comunidade. Com as chuvas, esse material teria sido carregado para dentro das propriedades, atingindo plantações,

criação de animais e um tanque onde Luís mantinha peixes. A lama reaparece, portanto, longe da imagem já conhecida da onda que atravessou os territórios em novembro de 2015. Ela está sob os bloquetes, mistura-se à água e ao barro e volta a circular por caminhos abertos pelas próprias obras realizadas posteriormente.

As fotografias de Júlia Militão assumem uma função documental ao registrar os lugares mencionados por Imaculada e Luís Carlos. A primeira se concentra em uma parte danificada da estrada, onde os bloquetes se afastaram e deixaram exposto o material avermelhado sob o pavimento. A imagem seguinte aproxima o enquadramento e inclui a mão dele pontando para uma dessas aberturas. A fotografia, sozinha, não permite identificar a composição daquele material, mas guarda o local e as condições em que a denúncia foi feita. É o relato dos moradores que o reconhece como rejeito e explica como ele teria sido utilizado na obra.

A terceira fotografia leva o leitor até a propriedade de Luís Carlos e registra o espaço onde ele criava porcos antes da lama. O enquadramento atravessa a cerca e encontra objetos deslocados, estruturas danificadas e um chão que já não pode ser utilizado da mesma maneira. A legenda confirma que aquele era o lugar destinado à criação dos animais. Sem o texto, talvez víssemos apenas uma área desorganizada. Quando imagem, legenda e relato são colocados em relação, o espaço passa a informar mais.

Na página seguinte, o tanque onde Luís criava peixes ocupa quase toda a fotografia. A água barrenta preenche o espaço, enquanto telhas quebradas e recipientes permanecem ao redor. A ausência dos peixes mencionados no relato é parte importante da imagem, porque o tanque continua existindo, mas perdeu a função que possuía na vida da família. Luís conta que não se sente seguro para retomar a criação, pois teme que uma nova chuva carregue novamente o material da estrada. O último retrato reúne Luís Carlos e Imaculada no território onde vivem. Os dois aparecem lado a lado, olhando para a câmera, cercados pela vegetação. Depois das imagens da estrada, do antigo espaço de criação e do tanque, a presença dos moradores impede que a denúncia termine reduzida aos vestígios materiais. São eles que conhecem o antes e o depois daqueles lugares, identificam as mudanças e narram o que deixou de ser possível fazer ali.

Essas fotografias formam um registro visual da denúncia apresentada pelos moradores de Bonssucesso em março de 2020. Como discutido anteriormente a partir de Kossoy (2021), a fotografia mantém um vínculo com aquilo que esteve diante da câmera, embora seja sempre resultado de escolhas de enquadramento e seleção. Nas páginas do jornal, esse vínculo também adquire valor de arquivo do que aconteceu ali, da injustiça, das consequências do

rompimento de Fundão.

A edição 55 foi publicada em novembro de 2020, quando o rompimento da barragem de Fundão completava cinco anos. A data encontra as comunidades atingidas em meio à pandemia de Covid-19, momento em que o isolamento sanitário se sobrepunha a outras formas de afastamento e espera já vividas desde 2015. O ensaio "Até hoje: vivendo em um estado de dor e de luta", que se estende da página 6 à página 20, organiza boa parte da edição. A expressão "até hoje" contém uma marca temporal importante, porque liga aquilo que aconteceu em novembro de 2015 ao que ainda permanecia sem resposta cinco anos depois. Não se trata de recordar o rompimento em seu aniversário, mas de perguntar o que o tempo modificou e, sobretudo, aquilo que não conseguiu reparar.

A abertura é feita por uma fotografia de Juliana Carvalho na qual uma pessoa segura um relógio diante do corpo. O rosto permanece fora do enquadramento e o objeto ocupa o lugar central da imagem, sustentado pelas duas mãos. O tempo, normalmente abstrato, adquire peso, tamanho e presença física. A fotografia introduz, assim, a experiência narrada nas páginas seguintes, em que cinco anos são medidos pelo cansaço, pelo adoecimento, pelos projetos adiados e pela permanência de uma vida que ainda depende das decisões da reparação.

Imagem 27: Matéria "ATÉ HOJE Vivendo em um estado de dor e de luta"
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



6 A SIRENE Falta Não Esquecer Novembro de 2020 Mariana - MG

Novembro de 2020 Mariana - MG A SIRENE Falta Não Esquecer 7

FOTO: JULIANA CARVALHO

ATÉ HOJE

Vivendo em um estado de dor e de luta

Há cinco anos, os moradores de 41 municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo viram suas vidas se transformarem completamente. Nesse tempo que passou, a cada dia, uma nova mudança era percebida. Se, antes, havia a liberdade de desfrutar da natureza de forma respeitosa e benéfica, hoje, as mineradoras, que utilizam a natureza visando ao lucro acima de qualquer coisa, desfrutam da liberdade causada pela impunidade. É doloroso assistir aos sucessivos crimes das mineradoras, ano após ano, mês após mês, dia após dia. É verdade que não é possível mudar o que aconteceu no dia do crime do rompimento da barragem de Fundão, é um trauma coletivo que deixará marcas para sempre. A questão é que os danos deveriam ser minimizados por aqueles que os causaram e isso não tem sido feito. Na realidade, criam-se ainda mais danos, antes impensáveis pelas populações atingidas.

Nesta edição, o jornal A SIRENE escutou atingidos(as) de várias regiões, por meio de aplicativos de comunicação, como o WhatsApp, devido à impossibilidade dos encontros presenciais causada pela pandemia do novo coronavírus. Nessas conversas, perguntamos aos(às) atingidos(as) como tem sido o passar desses cinco anos. Assim, chegamos a relatos muito diferentes, de acordo com as subjetividades e os afetos de cada um. No entanto, mesmo diferentes, o que se percebe, em cada um, é a falta de perspectiva.

Ressaltamos que a falta de perspectiva não quer dizer falta de força. Para todos(as) os(as) que convivem com a luta diária das comunidades atingidas, é visível a força que essas pessoas têm para conquistar seus direitos e mesmo para lutar no lugar de quem já está cansado(a). Mas não é fácil, sabemos, lutar todos os dias para ter o mínimo de respeito e dignidade. Ainda assim, a luta vale a pena e é por meio dela que podemos vislumbrar uma transformação social na qual a Samarco, Vale, BHP Billiton e Renova pagarão pelos seus crimes.

POR ANDRÉIA MENDES ANUNCIAÇÃO, ANTÔNIO ÁUREO, ARLINDA DA SILVA, ARNALDO MARIANO ARCANJO, GILMARA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS DIAS, JOSÉ DE FÉLIX JOSÉ DO NASCIMENTO DE JESUS, JOSÉ VICENTE FORTUNATO, LÉIA MARQUES, LUCIANA SOUZA DE OLIVEIRA, MARIA GERALDA OLIVEIRA DA SILVA, MARINO D'ANGELO JR., ODETE CASSIANO MARTINS, PAMILA CARDOZIERA MOLL, RENATA CRISTINA NASCIMENTO SILVA, RODRIGO LIMA, VANUSA APARECIDA FERREIRA CERCEAU, VERA LÚCIA ALEIXO SILVA, VINÍCIUS ROCHA DOS SANTOS E VIVIANNE EZEQUIEL DA SILVA

COM O APOIO DE JOICE VALVERDE, JÚLIA MILITÃO, JULIANA CARVALHO E WYGDE ARCANGELO

Eu, como atingida, tenho certeza que o maior incômodo não é só meu, mas também de boa parte da comunidade: o medo, a incerteza e o sentimento de tristeza, principalmente quando o 5 de novembro está se aproximando. Não que, nos outros dias, não vivamos tudo isso, mas é que, quando se aproxima o 5 de novembro, todas aquelas lembranças ficam ainda mais fortes e nos tornam mais deprimidos.

Léia Marques, moradora de Bento Rodrigues

Depois de um tempo para cá, algumas pessoas ficaram desanimadas por ser muita luta e pouca vitória. Esses cinco anos não foram fáceis, não. É uma luta constante com a Renova, o que acaba mexendo com o psicológico da gente. Tanto que você perde a paciência, fica esgotado, cansado, desanimado...

Muitos perderam seus familiares, perderam o contato com a família, muitos tiveram que ir para mais longe de suas casas, perdendo as amizades, porque, como a Renova trabalhava no território colocando um atingido contra o outro, então, se perderam muitos amigos.

Acho que, hoje, estamos aí, como a grande maioria, cansada, desanimada, com o psicológico abalado. Como atingida, a gente tem uma sensação de muita injustiça. Essa sensação acaba correndo a gente com o tempo. Mas, nesses cinco anos, a gente aprendeu muita coisa sobre direitos, sobre leis, coisas que a gente vai carregar na bagagem pro resto das nossas vidas.

O que mantém todo mundo de pé é a esperança, acreditar que a justiça será feita. Ela pode até tardar, mas ela não vai falhar. Se a justiça dos homens falhar, a de Deus não falha, não.

Andréia Mendes Anunciação, moradora de Volta da Capela

A sequência não foi produzida por um único fotógrafo nem em uma mesma ocasião. Ela reúne registros de Juliana Carvalho, Joyce Valverde, Wigder Arcangelo, Sérgio Lima e

arquivos pessoais dos próprios moradores. Essa diversidade faz com que as páginas funcionem como uma composição de tempos e olhares distintos. Há fotografias realizadas para o jornal, imagens retomadas de edições anteriores e registros guardados pelas famílias. Ao reuni-las novamente, A Sirene transforma o material acumulado ao longo dos anos em um arquivo capaz de acompanhar o acontecimento, sua duração e permanência.

A afirmação "Nada foi feito", que abre a página 9, deve ser compreendida dentro dessa disputa sobre o que pode ser chamado de reparação. Ela não significa que nenhuma medida administrativa tenha sido executada ao longo dos cinco anos. A própria edição registra reuniões, programas, negociações e intervenções. Quando Maria Geralda Oliveira da Silva afirma que nada foi feito, fala a partir de outro critério, seu pai continua chorando de saudade, as celebrações religiosas foram interrompidas, o grupo de jovens deixou de existir e a comunidade já não pode se reunir como antes. Para quem mede a reparação pela recomposição da vida, procedimentos realizados não equivalem necessariamente a danos reparados.

Imagem 28: Sequência "Nada foi feito", no ensaio "Até hoje"
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



Novembro de 2020
Mariana - MG

A SIRENE 9
PARA NÃO ESQUECER

Nada foi feito.

FOTO: WAGDE ARCANGELO

FOTO: ARQUIVO PESSOAL DE JOSÉ DE FÉLIX

Dentro desses cinco anos da tragédia, nada foi feito. A cada dia que passa, o que vejo é tristeza, sofrimento, angústia, doença, problema sério de saúde nas pessoas. Tudo isso está tomando conta das pessoas. Não temos mais liberdade. O meu pai tem 90 anos e chora de saudade de sua casa. Um homem que dedicou uma vida inteira trabalhando para ter tudo e, hoje, não temos nada.

Na nossa comunidade, Paracatu de Baixo, temos nossa igreja onde celebramos nossas festas e tradições. Mentino Jesus, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida. Hoje só podemos fazer uma simples homenagem, não temos mais jeito de celebrar como era. Antes, tinha um grupo de jovens que participavam da igreja e, hoje, não existe mais.

Maria Geralda Oliveira da Silva, moradora de Paracatu de Baixo

Em primeiro lugar, o que me preocupa muito é a questão da saúde. Não tivemos resposta sobre a contaminação que a lama causa. E a Renova está deixando a desejar sobre a manutenção das estradas, ainda não recuperou os bens coletivos, assim como o campo de futebol, a arena de cavalgada, a cachoeira etc. Perdemos sinal de telefone após o rompimento e ainda nem tem a proposta de instalar torres nas comunidades atingidas, até hoje não fizeram nada em questão da telefonia. E sobre o dossiê, a Renova está tratando os atingidos de forma diferente um do outro, e não está concordando com a Matriz de Danos elaborada pela Cáritas.

José de Félix, morador de Ponte do Gama

As páginas seguintes não procuram um único rosto capaz de representar os cinco anos do desastre. O ensaio reúne moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas, Gesteira, Rio Doce e outras comunidades, articulando relatos sobre saúde, trabalho, educação, religiosidade, moradia e perda de autonomia. Os diferentes "eus" não são dissolvidos em uma voz homogênea. Cada pessoa nomeia aquilo que a espera alcançou em sua própria vida, enquanto a montagem permite reconhecer uma condição compartilhada entre experiências que não são idênticas.

Essa construção tem relação direta com a comunicação comunitária praticada pelo jornal A Sirene. Os atingidos não aparecem depois que o sentido da matéria já foi definido, são suas experiências que estabelecem os critérios pelos quais o tempo da reparação será avaliado. O jornal não pergunta somente o que foi executado pelas instituições, mas o que ainda impede essas pessoas de estudar, trabalhar, morar, celebrar e decidir sobre o próprio futuro. As fotografias também recusam a imagem espetacular do desastre. Não há, nessa sequência, uma grande onda de lama ou o instante reconhecível da destruição. Há pessoas diante de suas casas, apoiadas em janelas, cercadas por objetos cotidianos em registros produzidos anteriormente. Essa escolha enfrenta um desafio próprio do fotojornalismo diante de um desastre prolongado. Se o rompimento pôde ser condensado no instante em que a lama avançou, a espera não possui uma cena única capaz de resumi-la. Para narrá-la visualmente, o jornal precisa recorrer à repetição, à sequência, ao retorno às imagens de arquivo e à relação entre fotografia e testemunho.

"Até hoje" não é, portanto, apenas um balanço do quinto aniversário. É um contraponto ao calendário institucional da reparação. Enquanto relatórios podem registrar etapas cumpridas, o jornal mede o tempo pelo que ainda não voltou a existir e pelas vidas que permanecem impedidas de seguir seus próprios caminhos. A edição transforma o aniversário em cobrança e faz de suas páginas um arquivo daquilo que continuava pendente. Cinco anos haviam passado, mas passar não significava reparar.

A seção "Presos(as) dentro de casa", iniciada na página 14, aproxima o isolamento provocado pela pandemia de uma experiência de confinamento que já fazia parte da vida dos atingidos. Enquanto permanecer em casa tornou-se uma medida temporária de proteção contra a Covid-19, muitas famílias de Bento Rodrigues estavam havia cinco anos vivendo em imóveis alugados ou cedidos, sem quintal, sem terra e sem saber quando poderiam voltar. A pandemia não inaugura esse sentimento, mas torna ainda mais restrita uma vida que já havia perdido espaço e autonomia.

O relato de Gilmara da Conceição dos Santos Dias revela que estar dentro de uma casa não significa necessariamente estar em seu lar. Ela possuía um lote em Bento Rodrigues, situado em uma área onde a lama não chegou, mas afirma ter sido tratada pela reparação apenas como filha de um proprietário. Ao recusar a indenização pelo terreno e reivindicar o direito de construir ali sua própria casa, Gilmara confronta uma classificação administrativa incapaz de reconhecer a vida que já se organizava naquele espaço. A reparação separa aquilo que, para ela, não poderia ser separado: o lote, a proximidade da mãe e dos irmãos, a criação do filho e o pertencimento à comunidade.

A fotografia de Juliana Carvalho apresenta Gilmara e o filho atrás de uma janela. A câmera está do lado de fora e encontra os dois no interior escuro da casa, cercados por uma moldura azul e por vidros texturizados que impedem ver com clareza o restante do ambiente. Gilmara sorri para a câmera, enquanto a criança se apoia no parapeito e deixa aparecer apenas parte do rosto. O retrato não procura traduzir o confinamento pela tristeza. Há proximidade, afeto e vida naquela cena, mas há também um limite concreto entre o lugar onde mãe e filho estão e o espaço exterior que observam.

Imagem 29: Sequência "Presos(as) dentro de casa no ensaio "Até hoje"
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



14 A SIRENE Para Não Esquecer — Novembro de 2020 — Mariana - MG

Presos(as) dentro de casa

O tempo possui essa teimosia de não querer ser controlado. Ele passa e transforma o seu entorno. Crianças que saíram dos territórios atingidos ainda bem novas, hoje, crescem em uma cidade que não se parece com suas comunidades. Muitos(as) responsáveis se preocupam com a socialização de seus(suas) filhos(as) neste espaço. Por outro lado, pessoas que sonhavam em estabelecer família em seus locais de origem são privadas de realizar o desejo.

Pra mim, nesses cinco anos, está tudo na ptor, porque, até hoje, eu não tenho uma solução da Samarco. Tenho meu lote lá em Bento Rodrigues e, até hoje, nada foi resolvido. O que eu mais queria era ter construído minha casa lá, mas veio a Samarco e tirou todos os meus sonhos... As vezes, as pessoas acham que eu ganho alguma ajuda da Samarco, mas vou deixar bem claro: não ganho.

A Renova me fez uma proposta que eu não aceitei, eles querem me pagar como filha de proprietária de Bento. E não, eu tenho o meu lote lá. Tanto que ele continua lá, não passou lama de rejeito nele, pois ele fica na parte alta, onde não chegou rejeito. A minha vontade é ir lá e construir minha casa, porque, até hoje, eles não me deram nenhuma solução, não me falaram como vão me entregar a indenização. Eu não quero indenização pelo meu lote, eu quero o meu lote de volta. Me chamaram uma vez, eu não aceitei a proposta e não me chamaram mais. Minha mãe e meus irmãos foram chamados para visitar um terreno no novo Bento, enquanto um outro irmão meu e eu não fomos chamados. Estou me sentindo excluída da proposta deles. Se o meu lote era junto do lote da minha mãe e irmãos, por que eu não fui conhecer o meu no novo Bento?

Hoje eu estou casada, tenho o meu filho de três aninhos. O meu sonho era ter construído a minha casa, ter meu filho dentro de Bento e ele poder ser criado igual eu fui: com liberdade, poder brincar na rua, poder ter mais amizades, já que, aqui na cidade, a gente não tem. Meu filho quase não brinca com vizinhos, só quando junta a família que ele se diverte com meus sobrinhos. Eu gostaria, sim, de ter construído a minha família dentro de Bento Rodrigues.

Eu não tinha casa, tinha lote, mas eu creio que, com esses cinco anos, eu já não estava dependendo de morar de favor, igual hoje eu estou. Eu tenho certeza que eu já estaria dentro da minha casa.

Gilmara da Conceição dos Santos Dias, moradora de Bento Rodrigues

"O meu sonho era ter construído a minha casa, ter meu filho dentro de Bento e ele poder ser criado igual eu fui".

FOTO: JULIANA CARVALHO

A solastalgia deixa de se referir somente à saudade de um lugar destruído, mas ela alcança a angústia de ver interrompida a continuidade entre gerações, quando os modos de criar os filhos, conviver com a vizinhança e ocupar o espaço já não podem ser transmitidos

pela experiência cotidiana. A memória de Bento permanece nas palavras das mães, mas aquilo que era vivido passa a depender da narração. Ao abrir espaço para essas vozes, A Sirene registra uma dimensão da reparação que dificilmente aparece nos cronogramas das obras. Cinco anos podem ser apresentados institucionalmente como atraso, prazo ou etapa de execução, mas, na vida de uma criança, correspondem a quase toda uma infância. Uma casa ainda pode ser construída e entregue; o tempo em que esses filhos poderiam ter crescido em Bento Rodrigues não pode ser devolvido.

Já mais adiante, na matéria "Se a Vale pode minerar, por que os garimpeiros não podem garimpar?", vemos 4 imagens ligadas a prática de garimpo, o que desloca a discussão para o trabalho e para a sobrevivência. Publicada nas páginas 22 a 24, a reportagem acompanha garimpeiros tradicionais que continuavam retirando seu sustento dos rios Carmo e Gualaxo do Norte, mesmo depois que os rejeitos alteraram a água, as margens e as condições de realização da atividade.

Imagem 30: Matéria: "Se a vale pode minerar, por que os garimpeiros não podem garimpar?"
Fonte: Jornal A Sirene, 2020.



22 A SIRENE Falta Não Esquecer — Novembro de 2020 Mariana - MG

FOTOS: GÉRSIO PAPAGAIO

Se a vale pode minerar, por que os garimpeiros não podem garimpar?

POR CLODOMIRO DE CASTRO, GILSON FELIPE DE REZENDE, HERMÍNIO AMARO DO NASCIMENTO E GÉRSIO PAPAGAIO.

No ano de 1696, nasce a vila de Mariana, embrião do Estado das Minas Gerais, alimentado pelo ouro encontrado em suas terras. Anos depois, a então vila é elevada à cidade e, posteriormente, à primeira capital do Estado. Tudo isso se deve à abundância do ouro em terras de seu domínio. A extração desse valioso metal contou com a mão de obra de povos escravizados oriundos da África.

Pensarmos, hoje, que a escravidão acabou é utopia. E muitos garimpeiros descendentes desses povos escravizados ainda se mantêm na prática extrativista mantendo seus modos de vida em uma liberdade que os prende ao garimpo até os dias atuais. Muitos usam, para assinar seu nome, unicamente o polegar direito e ainda vivem às margens dos rios Carmo e Gualaxo do Norte, exatamente onde viviam seus ancestrais. Com modos de vida inalterados, praticam agricultura familiar no período das cheias dos rios, a pesca e garimpam quando os rios assim lhes permite.

Mas o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração, e de suas controladoras, Vale e BHP Billiton do Brasil, impossibilitou qualquer prática extrativista e de cultivo agrário em suas margens e/ou em seus leitos, seja pelo acúmulo de rejeito depositado em toda extensão dos dois rios, no leito e nas margens; ou pela quantidade de enormes pedras colocadas pelas reparadoras do crime em suas margens, prática denominada de ensocamento; ou pela contaminação de suas águas e suas várzeas, melhores áreas de cultivo. Para entendermos melhor este triste capítulo da história do garimpo é que conversamos com alguns garimpeiros:

Novembro de 2020 Mariana - MG — A SIRENE 23 Falta Não Esquecer

Gilson Felipe de Resende (Gilsinho), garimpeiro tradicional, morador da cidade de Barra Longa, entrevistado por A SIRENE em março de 2019, relatou: "estou arriscando a vida no rio Gualaxo, pois não tem emprego em Barra Longa, a única forma de afastar a fome é trabalhar no rio. O que fazer?"
Hoje, voltei a conversar com Gilsinho e ele me disse:

- Continuo trabalhando no rio, é o que eu sei fazer e é o que eu gosto de fazer.
Então lhe perguntei:
- Gilsinho, você não pensou em trabalhar em uma das contratadas da Renova?
- No garimpo, eu sou mestre; nas contratadas, serei ajudante, e eu não me ajeito com o chefe e nem com o regime das empresas. Sou bicho solto, nasci e cresci no garimpo. Sou igual passarinho arisco, não consigo viver em uma gaiola. Prefiro morrer de contaminação do que trabalhar num lugar e me sentir na prisão.

Hermínio Amaro do Nascimento, garimpeiro tradicional, morador da cidade de Acataca, entrevistado pelo jornal A SIRENE em março de 2019, nos relatou o seguinte: "eu trabalhava na roça, era muito pobre. A gente plantava só pra comer, o garimpo trouxe esperança de uma vida melhor".
Hoje, questionado sobre como está sua vida, Hermínio nos faz um relato emocionante:
- Tenho filhos pra criar, depois do rompimento da barragem, a vida foi ficando difícil e eu senti medo não de passar, mas de ver meus filhos passarem fome. Eu aprendi com meu pai que um homem, quando põe filho no mundo, tem obrigação de tratar deles. Eu só sei plantar roça e garimpar. Plantar roça eu não quero, pois a experiência não foi boa; só me restou enfrentar a contaminação dos rios e caçar algum ourinho pra tratar dos meus filhos.
- Você não tem medo de se contaminar nos rios por metal pesado?
- Eu tenho medo é de ver meus filhos passando fome.

Clodomiro de Castro, nascido em Barra Longa, reside atualmente em Acataca. Questionado sobre sua situação como garimpeiro tradicional após o rompimento da barragem de Fundão, diz:
- Eu nasci na roça, em Barra Longa, onde eu aprendi a trabalhar, mas eu vim conhecer dinheiro foi no garimpo. Eu fiz minha casa foi com dinheiro de ouro, e passei, eu e minha família, a ter uma vida boa foi com dinheiro de ouro.
- Muitos garimpeiros me disseram que passaram a ter medo de não ter o que comer ou de não conseguir sustentar sua família. Você passou a ter medo da fome após o rompimento da barragem?
- Da fome de comida não, pois eu tenho saúde, posso trabalhar em qualquer lugar, mas eu não tenho outra profissão sem ser o garimpo, então eu ta ganhar só pra comer, mas eu e minha família não temos fome só de comida, eu quero ver minha filha formada, tenho fé em Deus.

A pergunta que dá título à matéria estabelece uma provocação, e não uma comparação técnica entre empreendimentos de escalas distintas. O que está em questão é a desigualdade entre quem possui poder para explorar o território e quem permanece exposto às consequências dessa exploração. A mineração empresarial, responsável pelo rompimento e

sustentada por grandes estruturas econômicas e institucionais, continua sendo reconhecida como atividade legítima. Já os garimpeiros aparecem nas margens, trabalhando em rios contaminados e precisando justificar uma prática da qual dependem para viver.

As fotografias de Sérgio Papagaio, também atingido, concentram-se justamente no trabalho. Na abertura, dois homens aparecem ao redor de uma estrutura utilizada para lavar e separar o material retirado do rio, os seus corpos são parcialmente cortados pelo enquadramento, enquanto o instrumento, a água corrente e o gesto realizado ocupam o centro da página. A imagem não se organiza como um retrato convencional dos garimpeiros, pois está interessada no saber incorporado ao movimento das mãos, no modo de despejar a água e na atenção exigida durante cada etapa.

Os relatos que acompanham as imagens ajudam a compreender por que esses homens permanecem no garimpo mesmo diante do risco de contaminação. Trata-se de um ofício aprendido ao longo da vida, responsável pelo sustento das famílias e pela construção de seus projetos. A falta de outras possibilidades faz com que abandonar o rio também signifique perder a atividade que conhecem e da qual dependem. Ao registrar os trabalhadores, seus instrumentos e a condição das águas em novembro de 2020, o jornal preserva uma dimensão do desastre que não se resume ao dano ambiental, pois alcança também os saberes e as formas de sobrevivência construídas naquele território.

As edições 41, 47 e 55 mostram que o tempo da espera não permaneceu igual entre 2018 e 2020. Na primeira análise ele aparece inscrito nas obras que demoravam a avançar, nas casas atingidas pelas intervenções da reparação e nos remendos incorporados à rotina de Barra Longa. Na edição 47, a espera atravessa os tribunais e exige que os moradores provem, documentem e defendam danos que conhecem por experiência própria. Ao chegar à edição 55, cinco anos depois do rompimento, ela já alcançou a infância, o trabalho, a saúde e a possibilidade de imaginar o futuro.

A fotografia acompanha essa transformação sem depender das imagens espetaculares da destruição. O desastre é narrado pela terra revolvida de Novo Bento, pela rachadura em uma casa centenária, pelo documento levado a uma audiência, pelo tanque onde já não se criam peixes e pelas mãos que continuam trabalhando no rio contaminado. São registros de acontecimentos que dificilmente caberiam em uma única cena. Ao reuni-los ao longo das edições, o jornal constrói uma narrativa visual baseada na duração, na repetição e na permanência dos danos.

Nesse percurso, os atingidos não aparecem somente diante das câmeras. Eles fotografam, assinam matérias, recuperam imagens de seus arquivos pessoais e estabelecem os

critérios pelos quais a reparação deve ser avaliada. O que conta como avanço, dano ou demora não é definido exclusivamente pelos cronogramas das empresas e pelas categorias institucionais. A comunicação comunitária permite que essas medidas sejam confrontadas com a experiência de quem continuava esperando pela casa, pelo reconhecimento, pela segurança e pela retomada dos próprios modos de vida.

As fotografias publicadas pelo jornal preservam, assim, uma memória que também cobra responsabilidades. Guardam aquilo que foi prometido, o que ainda estava incompleto e as consequências produzidas enquanto os anos passavam. Entre o primeiro tijolo celebrado e o quinto aniversário do rompimento, o jornal registra que o tempo passou. Para muitas comunidades, esperar também se tornou uma forma de continuar vivendo.

4.2.3 O desastre como permanência: 2021–2025

Este último período reúne as edições 68, 87 e 103, publicadas entre 2021 e 2025. A distância temporal em relação ao rompimento permite observar o desastre para além da urgência inicial e do tempo da espera, acompanhando aquilo que se transformou e o que permaneceu na vida das comunidades. A análise se volta também para a trajetória visual do jornal A Sirene, buscando perceber como pessoas, territórios e imagens reaparecem nas páginas, quais sentidos adquirem quando retomados anos depois e de que maneira o jornal passa a olhar para a memória que ele próprio ajudou a construir.

A edição 68, publicada em dezembro de 2021, marca a entrada desta análise em um momento no qual o desastre já ultrapassava seis anos. Nesse intervalo, as obras avançaram, algumas casas começaram a receber pintura e a paisagem de Novo Bento se modificou. A transformação visual do reassentamento, entretanto, não significava que a comunidade estivesse reconstruída. O terceiro prazo de entrega havia sido descumprido e, mesmo diante de estruturas aparentemente próximas da conclusão, os moradores continuavam sem saber quando poderiam voltar a viver juntos.

Na capa, Marcos Muniz encara a câmera enquanto segura um molho de chaves. O objeto aparece próximo ao primeiro plano, quase na mesma altura de seu rosto, e conduz imediatamente o olhar. A máscara azul situa a fotografia no período da pandemia, enquanto a construção desfocada ao fundo impede reconhecer com nitidez o espaço ao seu redor. É o editorial que completa a informação ausente da imagem: Marcos guarda a chave de sua antiga casa em Bento Rodrigues enquanto espera receber a do reassentamento.

Imagem 31: Capa Edição 68
Fonte: Jornal A Sirene, 2021.



A fotografia se organiza, portanto, em torno de duas chaves, embora somente uma esteja presente. A antiga permanece ligada a uma casa que já não pode ser habitada como antes; a nova existe apenas como promessa. A chave também retoma uma relação com os objetos fotografados nas primeiras edições de A Sirene. Em "O que ficou com você?", publicado em 2016, pertences resgatados da lama ou salvos que guardavam lembranças de práticas e vínculos interrompidos. Em 2021, o objeto preservado já não fala somente daquilo que ficou para trás, ele passa a medir a demora entre uma casa perdida e outra ainda inacessível.

Essa tensão entre presença e ausência reaparece em "Obras de fachada". O título se refere às casas que começavam a receber acabamento externo, mas também à aparência de uma reparação que poderia ser apresentada como próxima do fim. A pintura conclui

visualmente a superfície da casa antes que o reassentamento esteja pronto para receber a comunidade. A fachada não é falsa; ela existe, está pintada e pode ser fotografada. O problema está em permitir que essa parte visível fale em nome de todo o processo.

É isso que as fotografias da matéria colocam em discussão. O registro de Wandeir Campos oferece uma visão aberta de Novo Bento, na qual as casas convivem com terrenos descobertos, materiais de construção e obras em diferentes estágios. Já Mônica dos Santos produz um enquadramento fechado sobre algumas fachadas pintadas, deixando fora do quadro aquilo que impediria a impressão de acabamento. Não se trata de decidir qual das duas fotografias é verdadeira. Ambas mantêm vínculo com o que estava diante da câmera, mas constroem compreensões diferentes sobre o mesmo reassentamento.

Imagem 32 – Matéria "Obras de fachada"
Fonte: Jornal A Sirene, 2021.



4 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Dezembro de 2021 Mariana - MG

Obras de fachada

No dia em que o rompimento da barragem de Fundão completou seis anos, 5 de novembro de 2021, as pessoas atingidas pelo maior crime socioambiental do Brasil se reuniram nos territórios para clamar por justiça e continuar a luta por reparação digna.Neste mesmo dia de dor e de luta, um jornal local publicou uma nova edição cujo foco principal foi evidenciar as construções do "Novo Bento". Assim, ele mostrou o andamento das obras, a infraestrutura concluída, as casas prontas: um total de 10 restlências, das 247 que já deveriam ter sido entregues se não fossem os constantes adiamentos de prazos para a entrega dos reassentamentos coletivos.Tradas de um ângulo que mostre as casas prontas e, inclusive, pintadas, uma foto pode dar a impressão de que as obras estão perto de serem concluídas e que o reassentamento surge como um condomínio luxuoso. No entanto, esse enquadramento não reflete a realidade das obras e ainda há muito o que ser feito. No fim, é mais do mesmo, promessas descumpridas pela Fundação Renova, que se importa em mostrar, por meio de suas propagandas, o que é aparentemente belo, enquanto ignora os problemas que os moradores atingidos discutem há anos. Fica, então, o questionamento: será mesmo que esse novo território será o Bento Rodrigues dos encontros na praça? Das celebrações na capela? Das plantações e dos animais no terreiro e de tantos outros afetos preservados na memória da comunidade que sofre por estar longe de seu distrito de origem?

Por Genival Paschoal, Manoel Marcos Muniz (Marquinhos) e Mônica dos Santos
Com o apoio de Joice Valverde e Karine Oliveira

Se eu fosse contar para uma pessoa que viu a foto das casas pintadas, mas não sabe como, de fato, está a situação atual das obras do reassentamento, eu tentaria mostrar a realidade que eu conheço, que são os problemas que as fotos não mostraram, que a gente já vem debatendo há anos e que são ignorados pelas empresas. Essas propagandas detxam parecer que está tudo bem e, assim, não tomam providências para consertar o que está errado. E, com isso, voltam os julgamentos de que estamos tendo o que não tínhamos, que está tudo maravilhoso. Isso causa o aumento do preconceito que já estamos sofrendo desde o início.

Mônica dos Santos, moradora de Bento Rodrigues

As obras do reassentamento coletivo seguem sem previsão de conclusão. Algumas casas sequer foram iniciadas. Foto: Wandeir Campos

Veja como estão fazendo: pintando as casas para mostrar que tem algo feito e, enquanto isso, a obra está toda atrasada. Assim que terminar o reassentamento, as casas deverão ser reformadas, praticamente não vamos para uma casa nova, e sim reformada. Então, quando os atingidos receberem as chaves da casa, em menos de três anos já terão que fazer algumas reformas, claro, tudo se deteriora com o tempo. Veja o ângulo que essa foto foi tirada, tirando toda a possibilidade de ver a real situação do reassentamento. Isso deixa bem claro que é uma propaganda da Renova para mostrar para a mídia e seus acionistas como que está tudo certo e que todos os atingidos estão sendo bem atendidos.

As pessoas já acham que estão fazendo "castelo" para os atingidos, aí mostram uma matéria dessa, com essa foto, todo mundo vai ficar do lado da empresa, achando que tudo está às mil maravilhas, como é posto em suas propagandas, e os atingidos que reclamam demais. A Renova, por outro lado, vai continuar atrasando os trabalhos para continuar recebendo os recursos.

Genival Paschoal, morador de Bento Rodrigues

O prazo de entrega do reassentamento, previsto para 27 de fevereiro, foi descumprido pela 3ª vez. Foto: Joice Valverde

Ela quis mostrar as casas que estão prontas, são um total de 10. É para as pessoas verem e comentarem. O negócio dela é isso mesmo, é mostrar o lado que diz estar bonito. Mas eu quero ver é o seguinte: até toda a população ser reassentada, se essas casas que já foram pintadas continuarão bonitas. Eu, se fosse a minha casa, eu ia falar com eles: "não, não pinta não". Poderia fazer o acabamento e a pintura seria depois, principalmente a pintura externa, porque vai sujar, essa pintura vai quetmar. Eles querem mesmo é só mostrar. Como que ela não mostra o lado ruim? O lado das coisas que não estão andando? As coisas que não têm definição? Vamos pegar, por exemplo, os lotes faltando metragem, a turma do talvegue, a área dos sitiantes que não tem uma definição, e por aí afora... Se você começar a olhar e procurar, acha muita coisa que eles não mostraram. O lado ruim eles não mostraram, mostrou só o lado que está bonito, vamos dtzer assim.

Manoel Marcos Muniz (Marquinhos), morador de Bento Rodrigues

Em ângulo fechado, como usado para propaganda pela Renova, mostra a perspectiva das casas prontas. Foto: Mônica dos Santos

5 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Dezembro de 2021 Mariana - MG

A comparação materializa a relação entre documento e representação discutida por Kossoy (2021). O caráter documental da fotografia não elimina as escolhas que a constituem. Distância, ângulo e recorte organizam aquilo que o leitor poderá conhecer. Na imagem fechada, as fachadas prontas são verdadeiras, mas sua seleção produz uma totalidade enganosa ao retirar da leitura os lotes indefinidos, as áreas inacabadas e a ausência dos

moradores. Genival Pascoal questiona a pintura feita antes da conclusão das obras e relaciona sua divulgação ao interesse de demonstrar à imprensa e aos acionistas que a reparação avançava. Marquinhos chama atenção para aquilo que permanece fora do enquadramento e pergunta por que as partes indefinidas do reassentamento não recebem a mesma visibilidade.

A circulação dessas imagens interfere diretamente na disputa pela reparação. Os relatos mostram que fotografias das casas prontas alimentavam comentários de que os atingidos receberiam construções luxuosas e reclamavam apesar dos benefícios oferecidos. O enquadramento institucional não permanecia restrito à propaganda, pois ajudava a produzir julgamentos públicos sobre as comunidades e enfraquecia a legitimidade de suas reivindicações. A midiatização, como discute Fausto Neto (2008), diz respeito justamente à presença das lógicas midiáticas na organização das práticas sociais. A imagem do reassentamento participava da própria maneira como a reparação e os atingidos eram socialmente percebidos. Ao colocar lado a lado o plano aberto, o enquadramento fechado e os comentários dos moradores, A Sirene disputa essa percepção. O jornal mostra que uma fotografia pode registrar uma mudança real e, ainda assim, esconder a permanência do desastre. Entre 2019 e 2021, Novo Bento deixou de ser apenas canteiro e ganhou casas pintadas, mas continuava sem a comunidade que deveria habitá-lo.

A edição 68 representa também um amadurecimento do olhar construído pelo jornal. Nos primeiros anos, as fotografias registravam o território perdido, os objetos preservados e o início das obras. Seis anos depois, o jornal retorna a esse repertório para interrogar as próprias formas de representar a reparação. Não basta perguntar o que uma fotografia mostra, é preciso perguntar quem escolheu aquele recorte, para quem ele circula e quais interpretações procura sustentar. Em “Obras de fachada”, os atingidos não reivindicam apenas que outras imagens sejam publicadas, mas reivindicam o direito de dizer o que existe para além delas.

Publicada em julho de 2023, quando o rompimento se aproximava de completar oito anos, a edição 87 permite observar duas formas distintas de permanência. Nas casas trincadas de Gesteira, o desastre continua a produzir consequências por meio das próprias atividades realizadas em nome da reparação. Na celebração de Santo Antônio, em Paracatu, o tempo aparece na continuidade de uma prática religiosa que voltou a reunir moradores afastados de seu cotidiano comum. Colocadas em sequência, as duas matérias mostram que permanecer envolve tanto conviver com danos ainda sem solução quanto encontrar maneiras de manter os vínculos que sustentam a vida comunitária.

A matéria “Comunidade de Gesteira busca solução para casas trincadas”, publicada nas páginas 4 e 5, retoma um problema que A Sirene já havia registrado quatro anos antes. Na

edição 41, de setembro de 2019, as fotografias da Fazenda da Barra mostravam rachaduras atribuídas ao trânsito de caminhões pesados utilizados nas obras de reparação. Em julho de 2023, danos semelhantes aparecem nas casas de Gesteira, onde os moradores relacionam as trincas ao tráfego intenso de veículos e máquinas. Não se trata, portanto, de problemas encontrados em imóveis construídos como parte da reparação, mas de danos provocados ou agravados em casas que já existiam e permaneciam habitadas

A relação entre as duas edições revela uma das contradições mais profundas desse período, as ações apresentadas como necessárias para reparar os efeitos do rompimento também passaram a interferir na segurança e no cotidiano de comunidades que continuavam vivendo em seus territórios. Em 2019, a família da Fazenda da Barra denunciava os tremores e as rachaduras surgidas durante a passagem dos caminhões; em 2023, moradores de Gesteira relatavam novamente paredes danificadas, medo e a possibilidade de deixar suas casas. Quase oito anos depois do rompimento, a reparação não aparecia somente como uma solução que demorava a chegar, pois suas próprias operações produziam novos conflitos e acrescentavam outras marcas às construções e à vida das famílias.

A página 4 reúne sete fotografias de Marcella Torres, distribuídas entre o interior das moradias, a visita realizada à comunidade e a reunião com os moradores. Na imagem de maior dimensão, Maria Aparecida aparece na casa de Dona Chica, diante de uma parede verde atravessada por uma abertura que começa junto ao teto e se prolonga até pouco acima de sua cabeça. O enquadramento vertical permite acompanhar a extensão da rachadura e mantém dentro da mesma composição a moradora e a estrutura danificada. A escolha não transforma Maria Aparecida em medida para a trinca, mas situa o dano no espaço vivido e mostra a proximidade entre aquilo que ameaça a construção e quem precisa permanecer dentro dela.

Imagem 33 – Matéria “Comunidade de Gesteira busca solução para casas trincada”
Fonte: Jornal A Sirene, 2023.



4 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Julho de 2023 Mariana - MG

Foto: Marcella Torres

Maria Aparecida na casa de Dona Chica, onde foi feita a visita pela deputada.

Simone durante a reunião.

Adeci dentro de sua cozinha, mostrando as trincas nas paredes de sua casa

Volta da visita na casa de Dona Chica. De azul, Simone e de branco, Beatriz.

Deputada Beatriz Cerqueira e Dona Gracinha durante a reunião.

Julho de 2023 Mariana - MG A SIRENE PARA NÃO ESQUECER 5

Comunidade de Gesteira busca solução para casas trincadas

Por Simone Silva, Adielina Coelho e Maria Aparecida Silva
Com o apoio de Marcella Torres

A comunidade de Gesteira continua sendo atingida diretamente todos os dias pelas atividades da Renova. Vários moradores e moradoras precisaram deixar suas casas por conta do risco que as trincas estão gerando. O enorme tráfego de caminhões e máquinas causa rachaduras nas paredes, o que abala a estrutura das construções.

O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva, assinou o acordo com a Renova sem antes consultar as pessoas atingidas, que se sentiram traídas por não terem sido ouvidas por quem, na teoria, está ao lado delas. Para resolver essa situação, aconteceu uma reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 19 de maio, a fim de denunciar a discordância da comunidade em relação aos valores oferecidos para a reforma das casas. Houve reclamações também em relação à lista de pessoas contempladas, pois muitas pessoas que moram na comunidade não foram incluídas.

A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) encaminhou três ofícios para instituições do Judiciário pedindo a revisão do acordo, a reconsideração dos valores estipulados, novas vistorias, a retomada do projeto de assessoria técnica aos atingidos de Barra Longa e a garantia de custeio de moradia provisória por parte da Renova.

No dia 16 de junho, Beatriz foi a Gesteira ouvir os moradores e as moradoras. A deputada, com sua equipe, visitou a casa de Dona Chica e a escola da parte alta da comunidade, que está desativada por conta de problemas com vazamentos (que A SIRENE já denunciou em outubro de 2022). Beatriz voltará a Gesteira neste mês de julho para visitar mais casas com trincas.

"Deixar claro, após essa decisão, após esse acordo que o Ministério Público Federal, os ministérios e a Defensoria assinaram, que nós não reconhecemos eles mais como porta-voz dos atingidos. A Bacia do Rio Doce num todo declara que ele não representa mais, o Ministério Público e a Defensoria não representam mais os atingidos. Se é para falar, se é para saber sobre nós, se é para decidir sobre nós, nós precisamos estar presentes, porque eles não nos representam mais."

Simone Silva, moradora de Barra Longa

"Eu falei com meu marido: 'esse rolo [máquina de rolo de asfalto] vai atrapalhar essa casa, porque, na hora que chega, a casa chega a tremer'. Aí ele falou: 'vou pedir pra eles colocarem mais longe'. Ele pediu, mas entrou aqui [num ouvido] e saiu cá [no outro]. Cê lembra? Tirando o óleo das máquinas nas estradas. 'Se um não deixar abrir acesso pra passar, como é que vai arrumar?' Aí eu calei. Isso durou dois meses. Todo dia o mesmo arranco, todo dia o mesmo arranco. Saí correndo de casa e esqueci o laudo pra trás, procê ver. Se tivesse me dado o dinheiro do laudo, eu arrumava minha casa. No laudo, tá falando que o material dela é fraco, me pedindo as notas do cimento que construiu ela, a nota do arquiteto. No tempo, não existia o arquiteto. Meu pai que era o pedreiro e nós, os serventes. E ainda falou que minha casa é ruim, que minha casa é fraca. Deu zero pra mim. Não recebi nada."

Adelina Coelho, moradora de Gesteira

"Nós estamos precisando de reforço. A situação nossa não está bonita não. A Renova tá num preconceito danado com Barra Longa. Barra Longa é a cidade mais atingida pela lama e a lama está lá até hoje. Fizeram um parque de exposição maravilhoso, mas esconderam a lama debaixo lá, tá tudo lá. E a minha casa… Eles demoliram a minha casa, porque a lama passou nela. Ela rachou toda, demoliu ela. Construiu um trem que não tem nada a ver. E a construção que eles fizeram… As paredes estão rachando, estão quebrando. E agora colocou a nossa casa na trinca, sendo que é reassentamento. Nossa casa não pode ter trinca, nossa casa tem que ser reassentamento e lá é área de risco. Não tem como. Eu não volto pra lá não. Sai de lá vai fazer oito anos e eu não consegui voltar lá mais. Perdi meu pai chorando, querendo voltar pra casa e não tinha como. Perdi uma sobrinha de 13 anos que morreu também por causa da poeira. E eu tô correndo atrás de um reassentamento para Barra Longa."

Maria Aparecida Silva, moradora de Gesteira

As fotografias seguintes continuam esse percurso pelo interior das casas. Uma delas se aproxima de uma fissura estreita que percorre quase toda a altura da parede, enquanto outra mostra Adeci dentro de sua cozinha, ao lado das marcas que atravessam o cômodo onde estão a mesa e as cadeiras. A presença desses elementos impede que as rachaduras sejam percebidas apenas como um problema de engenharia, visto que elas alcançam espaços de convivência e cuidado, alterando a relação das famílias com lugares que deveriam oferecer proteção e segurança. A fotografia documenta, assim, não só a existência física das trincas, mas as condições nas quais os moradores continuavam vivendo.

Nessa matéria, a relação entre texto e imagem é indispensável, pois a fotografia, sozinha, registra as rachaduras, mas não permite associá-las ao tráfego de caminhões e máquinas utilizados nas atividades da Fundação Renova. Essa informação é construída pelos relatos dos moradores e pela apuração apresentada no texto. Preservar essa distinção não enfraquece a denúncia, mas mostra a maneira como palavra e fotografia cumprem funções complementares na narrativa jornalística. Enquanto os depoimentos recuperam o momento em que as alterações começaram a ser percebidas e contestam as explicações oferecidas aos moradores, as imagens documentam o estado das casas naquele período e situam os danos nos

espaços onde as famílias continuavam vivendo. A fotografia assume, desse modo, a dimensão de documento social discutida por Freund (2010), ao registrar as marcas materiais sem separá-las das condições históricas, políticas e humanas que lhes atribuem sentido.

O relato de Adelina Coelho fala dessa disputa ao contar que um laudo atribuiu as rachaduras à fragilidade do material empregado na construção, ela recupera a história da casa erguida por seu pai, que era pedreiro, com a participação da própria família. A explicação técnica recebida é confrontada pelo conhecimento de quem acompanhou a construção e viveu durante anos naquele imóvel antes do aparecimento das trincas. A matéria não substitui uma perícia nem pretende solucionar tecnicamente o conflito, mas registra a discordância da moradora e impede que a interpretação apresentada no laudo permaneça como a única versão possível. Nota-se que a casa passa a ser compreendida também a partir da memória de sua construção, dos saberes da família e da experiência acumulada por quem conhecia suas paredes antes das intervenções realizadas no território.

A dimensão temporal da denúncia também aparece na própria matéria, que informa que A Sirene já havia registrado problemas em Gesteira em outubro de 2022. Em julho de 2023, os moradores ainda buscavam novas vistorias, assessoria técnica, moradia provisória para as famílias expostas a riscos e a revisão dos valores destinados ao reforço das construções. O retorno do jornal ao território mostra que a reportagem não termina necessariamente quando uma edição é publicada. Ao acompanhar o problema em momentos diferentes, o jornal forma um arquivo das condições das casas, das reivindicações apresentadas e das respostas que ainda não haviam chegado. As outras fotografias da página acompanham a passagem da denúncia feita dentro das moradias para sua discussão no espaço público. Simone Silva aparece durante a reunião, a deputada Beatriz Cerqueira é registrada ao lado de Dona Gracinha e outra imagem reúne moradores e participantes da visita. A sequência guarda etapas de uma mobilização que precisou sair do interior das casas para alcançar instâncias políticas e institucionais.

Nas primeiras edições de A Sirene, as comunidades reivindicavam participação na escolha e na construção dos reassentamentos, enquanto procuravam preservar objetos, lembranças e referências dos territórios dos quais haviam sido retiradas. Em 2023, algumas famílias ainda precisavam defender o direito de permanecer em casas antigas que continuavam habitando, mas que haviam sido afetadas pelas próprias atividades realizadas depois do rompimento. As circunstâncias não são as mesmas, porém compartilham uma questão que atravessa a trajetória do jornal. Em diferentes momentos, os atingidos precisam reafirmar que reparar uma casa ou decidir por sua substituição não pode ocorrer sem

considerar os vínculos construídos naquele lugar e sem a participação de quem terá sua vida novamente alterada.

As rachaduras fotografadas na edição 87 não pertencem somente ao instante em que a câmera esteve diante delas. Quando colocadas em relação com as imagens da Fazenda da Barra publicadas em 2019, com a denúncia sobre Gesteira feita pelo jornal em 2022 e com os relatos reunidos em 2023, elas revelam a duração de um problema produzido no interior do próprio processo de reparação. Mudam as casas, os moradores e os momentos registrados, mas permanece a necessidade de demonstrar que as atividades destinadas a responder ao desastre também podem provocar novos danos.

Nas páginas seguintes, a edição desloca o olhar das casas trincadas de Gesteira para a celebração de Santo Antônio em Paracatu. A passagem entre as matérias aproxima duas formas distintas de permanência. De um lado, estão os danos que continuam exigindo respostas. De outro, uma prática religiosa que a comunidade procura manter mesmo depois da destruição do território e do afastamento entre os moradores. Publicada quando o rompimento se aproximava de completar oito anos, “Celebrar Santo Antônio em Paracatu é celebrar a verdade e a justiça” mostra que o tempo do desastre também pode ser acompanhado por aquilo que as pessoas voltam a fazer juntas.

A celebração religiosa já havia aparecido nas edições analisadas no primeiro período. Em 2016, a matéria sobre Nossa Senhora Aparecida mostrava comunidades vivendo relações diferentes com seus territórios depois do rompimento. Em Bento Rodrigues, a festa acontecia longe do lugar de origem. Em Ponte do Gama, a comunidade retomava a celebração em um espaço reconstruído. Em Paracatu, as fotografias acompanhavam o percurso de volta pelo caminho que conduzia à igreja. Naquele momento, ainda muito próximo da passagem da lama, celebrar estava diretamente relacionado à tentativa de reencontrar pessoas, lugares e práticas interrompidas.

As fotografias de Tatiane Análio e Phablo Vieira constroem uma sequência que acompanha a celebração em diferentes espaços e momentos. Nas primeiras imagens, a comunidade aparece em movimento, seguindo a procissão e carregando o andor de Santo Antônio. Os enquadramentos mantêm o santo cercado pelos participantes, sem isolá-lo das pessoas responsáveis por conduzi-lo, enquanto a repetição do gesto de carregar evidencia que a continuidade da festa depende de uma ação compartilhada. A tradição não aparece pronta diante da câmera, pois precisa ser novamente organizada, percorrida e realizada pela comunidade.

Imagem 34 – Matéria “Celebrar Santo Antônio em Paracatu é celebrar a verdade e a justiça”
Fonte: Jornal A Sirene, 2023.



6 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER Julho de 2023 Mariana - MG

Celebrar Santo Antônio em Paracatu é celebrar a verdade e a justiça

Protetor das coisas perdidas, dos casamentos, dos pobres, Santo Antônio é o santo dos milagres. Em suas pregações, nas praças e igrejas, contia-se que muitos enfermos se curavam. A comunidade de Paracatu se reuniu no dia 18 de junho para celebrar o Dia de Santo Antônio, cinco dias após a data da comemoração original, que homenageia a sua morte, em 13 de junho de 1241. A luta contra o crime da Samarco, Vale e BHP, que ainda marca tanto a vida da comunidade, foi fortalecida pelos ensinamentos da festividade: verdade e justiça precisam prevalecer.

Foto: Tatiane Análio

Foto: Pharlo Vieira

Foto: Tatiane Análio

Foto: Tatiane Análio

Foto: Tatiane Análio

Por Angélica Peixoto, Glória Maria Gonçalves, Maria Geralda Oliveira da Silva e padre Geraldo Martins
Com o apoio de Tatiane Análio

"Do ano passado para cá, a festa de Santo Antônio mudou 10%, mas tá boa. A missa foi muito animada, muita gente reunida e foi muito bom, graças a Deus."
Glória Maria Gonçalves, moradora de Paracatu

Julho de 2023 Mariana - MG A SIRENE PARA NÃO ESQUECER 7

Os pães no altar simbolizam a vida e a fraternidade. Até hoje, na devoção popular, os "paoninhos de Santo Antônio" são colocados pelos fiéis em recipientes com a fé de que nunca lhes faltará o que comer

Foto: Tatiane Análio

Foto: Pharlo Vieira

Glória Maria, à direita, é moradora da comunidade e devota de Santo Antônio

Foto: Tatiane Análio

À esquerda da foto, Angélica Peixoto, que participou do coral na celebração

"Estamos todos aqui reunidos em Paracatu, celebrando a grande devoção a Santo Antônio, com a comunidade toda reunida em festa e alegria. Que ele possa abençoar a todos nós e a todas as nossas famílias, e que não deixe faltar o pão em nossas mesas. Que Deus nos abençoe em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém."
Padre Geraldo Martins

"Todo mundo fica com medo de perder a tradição, mas ela não se perde, porque é só juntar. Quando as pessoas se juntam, aí tudo volta, volta o sentimento de comunidade, de pertencimento. Eu tenho a impressão que, na hora que a gente voltar para o novo Paracatu, esse sentimento vai voltar também. Vai ser da mesma forma, a hora que a gente tiver lá, a gente vai conseguir reconstruir esse Paracatu tranquilamente, sem nenhum problema, porque é o sentimento de união da comunidade e isso está em todo lugar, não vai se perder. As crianças participando da quadrilha é lindo demais, é a tradição passando de geração em geração. A missa e a quermesse foram todas organizadas pela comunidade. Isso é muito bonito. A comida servida veio do dinheiro arrecadado com a comunidade também, foi arrecadado de casa em casa e em um show de prêmios promovido em Mariana."
Angélica Peixoto, moradora de Paracatu

"Temos que agradecer a Deus e a Santo Antônio por, mais uma vez, podermos fazer a festa aqui, na nossa terra, por termos o pão abençoado por Jesus, por não desistirmos nunca do que é nosso, dos nossos direitos. Como o padre Geraldo disse: 'Santo Antônio é o santo da justiça e da verdade'. E é por isso que continuamos, que lutamos e que vamos continuar até o fim."
Maria Geralda Oliveira da Silva, moradora de Paracatu

O mastro, em festividades do catolicismo popular, traz consigo o significado de fartura e agradecimento

Foto: Pharlo Vieira

Quando a sequência entra no espaço da missa, a narrativa visual se aproxima dos gestos e dos objetos que compõem a celebração. O padre é fotografado diante do altar, a imagem de Santo Antônio aparece entre flores vermelhas e brancas e os pães ocupam um lugar visível durante a bênção. Esses elementos não funcionam somente como ornamentos religiosos, o texto informa que os “pãezinhos de Santo Antônio” são levados pelos fiéis na esperança de que não falte alimento, relacionando o rito a práticas transmitidas pela comunidade ao longo do tempo. Nesse ponto, a legenda é indispensável para a leitura da fotografia, porque permite reconhecer no pão algo que ultrapassa sua presença material e o situa dentro de uma tradição conhecida e partilhada pelos moradores.

A página seguinte concentra-se nas pessoas que participam da festa. Glória Maria é identificada durante a cerimônia, Angélica Peixoto aparece junto ao coral e outras fotografias registram os encontros ocorridos dentro da igreja. Assim como acontece em outras edições de A Sirene, as legendas impedem que os moradores permaneçam como uma multidão anônima. Os nomes vinculam a imagem à fala e à trajetória de quem contribui para manter a celebração, fazendo com que o registro da festa seja também um registro das pessoas que a tornaram possível naquele ano.

A matéria não apresenta a tradição como se ela estivesse protegida dos conflitos da reparação. O próprio título aproxima a devoção a duas palavras que atravessam a trajetória de A Sirene, verdade e justiça, enquanto os relatos relacionam a festa à luta pelos direitos da

comunidade. A celebração permanece religiosa, mas sua publicação no jornal também assume uma dimensão pública e política. Reunir-se em torno de Santo Antônio significa manter uma prática de fé e, ao mesmo tempo, afirmar que Paracatu continua existindo como comunidade mesmo antes da conclusão do reassentamento.

A disposição das fotografias acompanha o percurso da celebração, partindo da procissão, atravessando os momentos da missa e chegando aos elementos que permanecem expostos depois dela. Na última imagem, o mastro de Santo Antônio é fotografado de baixo para cima, recortado contra o céu azul. Diferente das demais, essa fotografia não inclui os participantes e concentra olhar no objeto erguido pela comunidade, cuja presença torna pública a realização da festa. Depois de acompanhar o movimento das pessoas, o transporte do andor, a bênção dos pães e os encontros ocorridos durante a cerimônia, a sequência termina com uma marca que permanece no território e anuncia que Santo Antônio foi celebrado mais uma vez em Paracatu.

Quando comparadas às fotografias publicadas em 2016, essas imagens permitem perceber uma mudança na forma como A Sirene acompanha as celebrações religiosas. Nos primeiros registros, o deslocamento das comunidades, a ausência dos lugares de origem e os caminhos de retorno ocupavam o centro da narrativa. Em 2023, as fotografias se detêm no desenvolvimento da festa e naquilo que os moradores conseguiram manter durante quase oito anos, acompanhando a celebração desde o percurso realizado no exterior até os gestos e objetos presentes na missa. A destruição não aparece diretamente nos enquadramentos, mas permanece no texto, sobretudo quando Angélica Peixoto fala sobre a expectativa de levar o mesmo sentimento de união para o novo Paracatu.

As fotografias registram uma comunidade reunida no presente, enquanto os relatos recordam que a reconstrução de um território comum ainda permanecia no futuro. Essa diferença entre o que já pôde ser reorganizado e aquilo que ainda se espera alcançar impede que a celebração seja interpretada somente como preservação de uma lembrança. A festa mantém vínculos com o Paracatu vivido antes do rompimento, mas também prepara a continuidade da comunidade em um lugar que ainda estava sendo construído.

A edição 103, publicada em abril de 2025, encerra o recorte desta pesquisa poucos meses antes de o rompimento completar dez anos. Nesse momento, A Sirene já havia acompanhado diferentes etapas do desastre, desde os primeiros relatos e a luta pelo reconhecimento das perdas até os atrasos dos reassentamentos, os conflitos da reparação e os danos produzidos ao longo desse processo. As páginas desta edição mostram que a passagem do tempo não encerrou as disputas sobre quem pode decidir, quais experiências serão

reconhecidas e que destino será dado aos territórios atingidos. Ao mesmo tempo, revelam um jornal cuja atuação ultrapassa as comunidades diretamente atingidas por Fundão e passa a colocar suas experiências em diálogo com outras populações atingidas pela mineração em Minas Gerais.

A capa apresenta o rosto de uma mulher ocupando quase toda a página. O enquadramento é fechado, o fundo permanece desfocado e o olhar dirigido à câmera estabelece um contato direto com o leitor. No centro da imagem, um nariz vermelho interrompe os tons da pele, dos cabelos brancos e da vegetação ao redor. É um nariz de palhaço. Como acontece em outras capas, o rosto antecede a informação e exige que a pessoa fotografada seja vista antes que sua história seja conhecida.

Imagem 35 – Capa da edição 103
Fonte: Jornal A Sirene, 2025.



A compreensão da capa se completa nas páginas 13 e 14, na matéria “A gente quer justiça de verdade”, que acompanha uma manifestação realizada por moradores dos bairros Bela Vista, Nova Vista, Praia e Nossa Senhora das Oliveiras diante do Fórum Desembargador Drummond, em Itabira. Enquanto representantes da Vale e de instituições do sistema de Justiça participavam de uma audiência de conciliação sobre os danos provocados pelas obras de descaracterização e descomissionamento do Sistema Pontal, os moradores permaneciam

do lado de fora, reivindicando participação nas decisões. Nas fotografias de Crislen Machado, o nariz vermelho reaparece em outras participantes e passa a ser reconhecido como elemento compartilhado do protesto. Aquilo que na capa estava concentrado em um único rosto encontra, no interior do jornal, uma manifestação coletiva e um conflito definido.

A fotografia de abertura da matéria aproxima uma das manifestantes enquanto ela segura um megafone e o cartaz "Decidir por nós? Sem nós? Nunca". O texto escrito no cartaz já informa ao leitor o motivo central do protesto e transforma a própria fotografia em espaço de enunciação. Diferente de uma legenda acrescentada posteriormente pelo jornal, a frase estava presente na cena e foi produzida pelos manifestantes para circular publicamente. Ao fotografá-la em primeiro plano, A Sirene amplia essa circulação e leva para suas páginas a mensagem de quem não pôde participar da audiência.

Imagem 36 – Matéria "A gente quer justiça de verdade"
Fonte: Jornal A Sirene, 2025.



12 A SIRENE PARA NÃO ESQUECER — Abril de 2025 Mariana - MG

foram excluídas da lista de elegibilidade por não serem reconhecidas como atingidas pela Anglo American, apesar de afirmarem sofrer os mesmos danos. Essa exclusão e as atividades da mineradora geram impactos diretos na vida de moradoras e moradores como Maria da Paz Silva, que nasceu e cresceu na comunidade e enfrenta dificuldades para obter respostas da empresa.

Sem perspectiva de reassentamento, ela conta como é conviver na comunidade após o início das operações do complexo Minas-Rio: "do jeito que eles me tratam, eu me sinto abandonada. A gente liga pra lá, eles falam que vêm e não vêm. Estamos tomando água ruim, o ar está poluído, a alimentação... Tudo poluído. A Anglo deveria respeitar todos os nossos direitos, porque a gente mora do lado de cá do rio [Santo Antônio], que eles falam que não consideram, mas todo mundo é prejudicado, tanto pelo ar, quanto pela água", desabafa Maria da Paz.

Diante da exclusão das famílias, foram feitas tentativas para rever o limite da comunidade apresentado pela Anglo American. Em setembro de 2022, o órgão estadual licenciador da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) encaminhou à Anglo American o Ofício 81, documento que solicita a revisão da delimitação e caracterização do território de Gondó.

Como resposta, a mineradora apresentou um estudo que não considera as localidades de Diamante, Solidão, Ribeiro, Fazenda Paulista e Retiro São Francisco no Plano de Reassentamento, alegando que não estão dentro da Área de Influência Direta (AID) da empresa. A análise foi questionada pela ATI em outubro de 2023 e contestada pelo parecer técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Conceição do Mato Dentro, de junho de 2024.

Falta de respostas

Enquanto não há resposta do órgão licenciador sobre o impasse, a moradora Neusa Saldanha, que possui propriedade às margens da MG-010, bem próxima à cava da mina e não foi incluída no Plano de Reassentamento, expressa sua frustração: "anos sem nenhuma solução. É muito deprimente. É injusto porque são mais de 100 famílias: por que só a metade está inclusa? A gente se sente excluído mesmo, como se a gente não existisse. A gente tem todo, as documentações, participações em reuniões e isso deixa a gente muito angustiado. É muito triste. A gente vive em sociedade, busca por justiça e acaba sendo injustiçado".

Segundo o Nacab, que assessora as pessoas atingidas, além de casos como os de Maria da Paz e Neusa Saldanha, há ainda moradoras e moradores que vivem dentro da área de abrangência e não tiveram o direito à negociação, como ocorre na localidade Buritis. De acordo com a listagem da mineradora, estão elegíveis ao reassentamento apenas 74 dos 144 núcleos familiares de Gondó identificados pela ATI Nacab.

Há também o registro de seis núcleos familiares que estão na área de abrangência e não foram incluídos. Assim, 76 famílias estão excluídas do Plano de Reassentamento. A ATI Nacab avalia que a morosidade na resposta ao Ofício 81 e a exclusão dessas famílias do Plano de Reassentamento levantam questionamentos sobre os critérios adotados pela Anglo American e a necessidade urgente de revisão do processo, para garantir equidade no atendimento às famílias atingidas.

Delimitação do território de Gondó

Em junho de 2024, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Conceição do Mato Dentro apresentou o Parecer Técnico n.º 01/2024, que define os limites de Gondó, na zona rural do município. Segundo o documento, junto a Buriti, Durão 1 e 2 e Gondó Central, as localidades de Solidão, Diamante, Retiro São Francisco, Fazenda Paulista e Ribeiro também compõem o povoado. A delimitação pelo município considerou dados da Cartografia das Afetações realizada pela Cáritas ATI 39 em 2022, a legislação vigente e informações sobre o uso do solo e da bacia hidrográfica da região.

O parecer afirma que as localidades de Gondó estão em uma mesma sub-bacia hidrográfica e sofrem igualmente os impactos das atividades da Anglo American. No momento, é aguardada manifestação do órgão licenciador ambiental em relação aos estudos protocolados pela Anglo American e ao parecer técnico da Secretaria do Meio Ambiente do município para determinar se a comunidade de Gondó será considerada em sua completude no cumprimento de obrigações da mineradora.

Abril de 2025 Mariana - MG — A SIRENE 13 PARA NÃO ESQUECER

"A gente quer justiça de verdade"

Foto: Crislen Machado

DECIDIR POR NÓS? SEM NÓS? NUNCA

Por Márcia Efigênia Barbosa, Maria da Conceição Nascimento e Gieber Coelho
Com o apoio de Crislen Machado

Enquanto representantes da Vale, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário se reuniam em uma audiência de conciliação a portas fechadas, moradoras e moradores dos bairros Bela Vista, Nova Vista, Praia e Nossa Senhora das Oliveiras, em Itabira, protestavam do lado de fora do Fórum Desembargador Drummond. Com cartazes, gritos de ordem e indignação, as pessoas atingidas pelas obras de descaracterização e descomissionamento dos diques e barragens do Sistema Pontal cobravam um direito básico: o de participar das decisões sobre suas próprias vidas.

A audiência, que discutiria um possível acordo de reparação pelos impactos das obras, ocorreu sem a presença das comunidades atingidas, um dia após a eleição da Comissão. As moradoras e os moradores alegam que todo o processo tem sido conduzido sem transparência, sem informações claras e sem garantir a escuta das populações atingidas, como prevê a Política Estadual dos Atingidos por Barragens [PEAB], Lei n.o 23.795/2021).

Reivindicações como a contratação imediata de perícia independente e a remoção urgente de famílias que vivem em casas com risco de desabamento também foram levantadas. Para a comunidade, não há reparação possível sem a escuta e sem a presença das pessoas atingidas. A indignação, que remonta a décadas, ganha novas nuances. Um dia antes da audiência, o juiz André Luiz Alves recebeu representantes da comunidade e técnicos da ATI para uma conversa prévia sobre o andamento do processo. Todavia, os participantes relataram frustração e desânimo após o encontro.

"Eu saí muito frustrada da reunião de ontem, porque eu perguntei para o juiz se a gente poderia participar da escolha da perícia. Aí ele foi e falou comigo que o que eu tava perguntando era ilógico, que a gente nem é reconhecido ainda como atingido. Eu fiquei sem entender. Foi isso mesmo que ele falou. Eu fiquei muito frustrada. Mas, ao mesmo tempo que fiquei frustrada, isso me deu um gás. E deu um gás pra todos nós continuarmos na luta, reivindicando nossos direitos."

Márcia Efigênia Barbosa, moradora de Itabira

"Eu tô aqui manifestando pelos nossos direitos, porque a gente tem direito, sim! Mas a Vale não quer saber. A Vale não quer saber de resolver o problema da gente. É um jogo de empurra. A gente tá sofrendo, a gente batalha, a gente adoece, mas a gente precisa de solução pra resolver esses problemas, porque não estamos aguentando mais essa situação que a gente tá vivendo. Tem que ter solução, tem que resolver esse problema!

Todo mundo tá indignado com esse esgoto a céu aberto que passa na área dela, e ela não quer saber de tomar providência. Ela fala que o [SAAE] tem livre acesso pra entrar na área e resolver, mas a Vale empurra pro SAAE, o SAAE empurra pra Vale... e a gente fica no meio desse jogo de empurra há mais de 30 anos. Mais de 30 anos que a gente tá sofrendo com esgoto a céu aberto! Já virou uma lagoa, parece até uma piscina! E agora que a Vale tá reiniciando a obra, como é que fica a nossa situação?

As casas estão cheias de trincas, é rachadura em cima de rachadura. A minha casa mesmo tem muita rachadura,

A página seguinte amplia o enquadramento e situa a manifestação diante do edifício do Fórum. Mulheres aparecem com megafone, cartazes e um instrumento de percussão, enquanto a dimensão da construção ocupa grande parte da imagem. O plano aberto permite reconhecer onde o ato acontece e reforça uma informação oferecida pelo texto: as pessoas diretamente atingidas estavam do lado de fora do espaço no qual decisões sobre suas casas e

suas vidas eram discutidas. A fotografia não mostra o que ocorria dentro da audiência e, sozinha, não permite compreender os motivos da exclusão. É novamente a relação entre imagem e texto que constrói a narrativa completa, articulando a presença pública dos moradores à ausência deles no processo institucional.

A escolha de colocar um rosto na capa adquire maior força quando relacionada a essa sequência. A mulher fotografada não funciona como representação genérica do sofrimento causado pela mineração, pois o nariz vermelho a vincula a uma ação coletiva situada, com território, reivindicações e interlocutores determinados. Essa narrativa visual retoma uma questão presente desde a edição 0. Em 2016, os moradores de Bento Rodrigues reivindicavam participar da definição do reassentamento e utilizavam o desenho da praça para apresentar como desejavam reconstruir seu território. Na edição 47, publicada em 2020, os atingidos ocupavam o Tribunal de Justiça de Minas Gerais em defesa de uma matriz de danos elaborada com sua participação. Em 2025, a pergunta “Decidir por nós? Sem nós?” mostra que a participação continuava sendo disputada, agora por moradores de Itabira diante de outro empreendimento da Vale. As situações possuem histórias e contextos próprios, mas a comparação temporal revela a permanência de processos nos quais as instituições discutem a reparação sem garantir a presença efetiva das pessoas que vivem e viverão suas consequências.

O que se transforma ao longo dessas edições é também a abrangência do próprio jornal. O jornal A Sirene nasceu da necessidade de comunicação das comunidades atingidas pelo rompimento de Fundão, mas, nove anos depois, suas páginas fazem circular denúncias de Antônio Pereira, Itabira, Brumadinho e de outros territórios afetados pela mineração. Essa ampliação não apaga a experiência que deu origem ao periódico. Ao contrário, permite que o conhecimento produzido durante anos de enfrentamento encontre problemas semelhantes em outras comunidades e participe da formação de uma rede de reconhecimento e solidariedade. A comunicação comunitária, na perspectiva discutida por Peruzzo (2024), não se limita à publicação de conteúdos sobre uma comunidade, pois envolve participação, organização e apropriação dos meios pelos sujeitos sociais. Na edição 103, essa dimensão aparece quando as vozes, os cartazes e as imagens produzidas em um protesto local passam a circular em um jornal construído a partir da luta de outros atingidos.

A edição 103 encerra o recorte temporal sem oferecer uma conclusão para o desastre, porque as próprias páginas mostram que ela ainda não existia. Os reassentamentos avançaram, novos acordos foram firmados e a reparação ganhou outras estruturas jurídicas e

administrativas, mas a participação continuava sendo reivindicada e o destino dos territórios de origem permanecia em discussão.

Ao longo das dez edições analisadas, as fotografias acompanharam a passagem da lama para a espera, da espera para as obras e das obras para uma reparação que continuou produzindo conflitos. Registraram objetos resgatados, celebrações religiosas, casas ameaçadas, reassentamentos incompletos, territórios modificados e pessoas que transformaram a experiência vivida em denúncia e participação pública. As imagens não preservam uma história imóvel sobre o rompimento, pois acumulam diferentes tempos do desastre e permitem perceber que sua permanência não significa ausência de mudanças. Muito se modificou entre 2016 e 2025, mas a necessidade de falar, registrar e disputar os sentidos da reparação continuou atravessando as páginas. A fotografia participa dessa trajetória como documento, memória e forma de intervenção, mantendo diante do leitor aquilo que as comunidades se recusam a deixar desaparecer, esquecer.

5. ECOS DO JORNAL A SIRENE: UMA PROPOSTA EM ANDAMENTO

A análise das fotografias publicadas pelo jornal A Sirene entre 2016 e 2025 mostrou que o rompimento da barragem de Fundão não permaneceu visualmente restrito às imagens da lama e da destruição divulgadas em novembro de 2015. Ao longo dos anos, o jornal registrou a espera pela reparação, as mudanças nos territórios, os danos produzidos durante esse processo, as celebrações religiosas, as manifestações e as diferentes formas de organização das comunidades atingidas. Reunidas, essas fotografias formam um arquivo sobre a continuidade do desastre e sobre as maneiras encontradas pelos moradores para narrar a própria experiência.

Ao final desse percurso, surge uma questão relacionada ao destino das imagens retomadas pela pesquisa: de que maneira esse arquivo pode alcançar outros espaços e públicos sem perder sua ligação com as pessoas, os territórios e as circunstâncias em que foi produzido? A partir dessa questão, este capítulo apresenta uma proposta de fotorreportagem e exposição fotográfica voltada à circulação da memória do rompimento da barragem de Fundão. A proposição reúne fotografias publicadas pelo jornal A Sirene, registros realizados pela pesquisadora durante sua atuação na equipe do periódico e imagens produzidas no retorno ao campo, em novembro de 2025, quando o rompimento completou dez anos.

Por limitações temporais e orçamentárias, a fotorreportagem, a exposição e os questionários destinados aos visitantes não foram realizados durante esta pesquisa. O que se

apresenta, portanto, é o conteúdo e a justificativa da proposição, sem lhe atribuir resultados empíricos. Sua execução dependerá da análise integral dos materiais, da obtenção das autorizações necessárias, da disponibilidade de recursos e da elaboração de um planejamento curatorial e metodológico próprio.

A circulação da memória não corresponde ao simples deslocamento de fotografias entre Mariana e Bauru. Conforme discutido a partir de Halbwachs (2006), as lembranças são reconstruídas nas relações sociais e nos quadros coletivos que oferecem referências para interpretar o passado. Quando uma fotografia deixa o contexto em que circulou inicialmente e encontra outro público, ela passa a integrar novas relações de leitura. Esse movimento não apaga seu contexto de origem, mas exige que ele seja recuperado para que a imagem não seja reduzida à aparência do que mostra. A exposição seria, assim, um lugar de reencontro entre temporalidades, imagens e experiências.

O arquivo do jornal A Sirene permitiria acompanhar aquilo que as comunidades escolheram registrar e tornar público desde 2016, enquanto as fotografias produzidas em 2025 mostrariam os territórios e as pessoas no momento em que o desastre completava uma década. A proposta não pretende estabelecer uma comparação simplificada entre passado e presente. Entre uma imagem e outra existem anos de espera, deslocamentos, obras, conflitos, celebrações retomadas, vínculos preservados e perdas que não podem ser reconhecidas apenas pela transformação física da paisagem.

Durante o trabalho de campo de 2025, foram produzidos registros fotográficos e audiovisuais nos territórios atingidos e realizadas entrevistas gravadas com pessoas que acompanharam essas transformações. As fotografias documentam aquilo que foi encontrado no retorno: construções, vestígios, mudanças na paisagem, formas de ocupação e relações que continuam ligando os moradores às antigas comunidades. Embora ainda não constituam uma fotorreportagem finalizada, esses registros oferecem matéria visual para a elaboração de uma narrativa sobre o que significa retornar dez anos depois.

A futura fotorreportagem seria construída a partir da relação entre fotografia, entrevista e observação de campo. Os textos não funcionariam como explicações acrescentadas posteriormente às imagens, pois recuperariam informações que não podem ser conhecidas somente pela observação da cena: quem são as pessoas fotografadas, o que ocorreu naquele lugar, quais mudanças foram percebidas e que sentidos os moradores atribuem ao que permaneceu ou desapareceu. A experiência da análise do jornal A Sirene demonstrou que a fotografia adquire densidade jornalística quando participa de uma narrativa formada pelo enquadramento, pela legenda, pela autoria, pelo relato e pela organização da

página.

A curadoria seria orientada por relações construídas entre os dois conjuntos documentais. Fotografias publicadas em anos diferentes poderiam ser aproximadas pela presença de um território, de uma pessoa, de um objeto ou de uma prática comunitária. A fotografia dos moradores reunidos no terreno destinado a Novo Bento, publicada na edição 0, por exemplo, poderia ser colocada em diálogo com um registro do reassentamento dez anos depois. Essa aproximação permitiria observar as alterações do espaço e interrogar o que significa reconstruir uma comunidade depois de um deslocamento forçado.

Outro conjunto possível reuniria fotografias de celebrações, encontros e práticas comunitárias registradas em diferentes anos. A análise das festas religiosas mostrou que sua continuidade não ocorreu de forma automática depois da destruição dos territórios. Foi necessário reorganizar percursos, reunir pessoas dispersas, transportar imagens religiosas e encontrar outros espaços para que essas práticas voltassem a acontecer. Colocar esses registros em relação permitiria compreender a memória coletiva como uma atividade desenvolvida no presente, por meio de gestos compartilhados que mantêm referências comuns mesmo quando o território foi profundamente alterado.

As imagens das obras de reassentamento, das fachadas pintadas, das casas trincadas e dos remendos realizados em Barra Longa também poderiam compor esse percurso. A sucessão desses registros revela que a reparação possui sua própria história visual. Ao longo dos anos, terrenos vazios deram lugar a canteiros de obras e, posteriormente, a casas aparentemente concluídas, enquanto outras comunidades passaram a conviver com danos relacionados às intervenções executadas em nome da reparação. A aproximação entre essas fotografias permitiria discutir aquilo que mudou na paisagem sem tomar a conclusão material de uma obra como encerramento do desastre.

A exposição não seguiria uma cronologia rígida, embora as datas permanecessem identificadas. O tempo seria percebido nas relações entre as imagens, nas repetições, nas mudanças e nas ausências. Essa organização evitaria transformar a década em uma sucessão linear de etapas, como se o rompimento, a espera e a reparação formassem um processo progressivo e concluído. A análise do jornal A Sirene mostrou que essas temporalidades coexistem: enquanto determinadas famílias passaram a habitar os reassentamentos, outras continuaram reivindicando reconhecimento, segurança, indenização e participação nas decisões que afetam suas vidas.

As fotografias do jornal A Sirene poderiam ser apresentadas em ampliações ou por meio da reprodução das páginas originais. Essa decisão seria tomada individualmente,

considerando a relação estabelecida entre imagem e texto. Em algumas matérias, a fotografia possui força documental quando isolada; em outras, a legenda, o título e os relatos são indispensáveis para identificar as pessoas, compreender a origem do dano ou reconhecer a disputa envolvida. A reprodução da página preservaria ainda as escolhas editoriais do jornal e mostraria ao visitante que aquelas imagens circularam originalmente como parte de uma experiência de comunicação comunitária.

Os registros de 2025 receberiam datas, identificação dos lugares, autoria e textos breves elaborados a partir das entrevistas e das observações de campo. A edição consideraria o caráter fragmentário da fotografia discutido por Kossoy (2021) e Sontag (2004). Toda imagem resulta de escolhas relacionadas ao enquadramento, ao instante, à distância e ao que permanece fora do campo visual. Por essa razão, nenhuma fotografia seria apresentada como síntese da experiência de uma pessoa ou comunidade. Sua função seria oferecer um vestígio situado, capaz de estabelecer relações com outros registros e relatos.

Esse cuidado possui uma dimensão ética decisiva. Retirar uma fotografia de sua circulação original e apresentá-la em uma exposição significa submetê-la a outros olhares e interpretações. A realização da proposta exigirá autorização para reprodução das imagens do jornal A Sirene, respeito aos créditos e diálogo com as pessoas retratadas. Os registros produzidos pela pesquisadora também deverão ser revistos segundo as condições em que foram realizados e as autorizações concedidas. A participação das comunidades na seleção, na identificação e na contextualização das fotografias contribuirá para que a circulação não reproduza formas de apropriação das experiências atingidas.

A exposição foi pensada para a Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Bauru, cidade onde esta pesquisa foi desenvolvida e onde a pesquisadora construiu sua trajetória acadêmica durante o mestrado. Localizada no interior de São Paulo, a aproximadamente 810 quilômetros de Mariana, Bauru ocupa, nesta proposta, o lugar de recepção de uma memória produzida em outro território. A escolha está relacionada ao próprio percurso da investigação: foi no espaço universitário que as edições do jornal A Sirene foram retomadas como corpus, que as fotografias passaram por uma análise sistemática e que surgiu a possibilidade de apresentá-las a novos públicos.

A distância geográfica integra a experiência proposta. Parte do público universitário pode conhecer o rompimento principalmente pelas imagens que circularam em novembro de 2015, quando a lama, os territórios destruídos e os resgates ocuparam amplamente os meios de comunicação. A exposição deslocaria a atenção daquele instante para os dez anos seguintes, permitindo acompanhar danos e conflitos que permaneceram depois da redução da

cobertura jornalística. Sua realização em Bauru colocaria em contato duas experiências distintas: a memória elaborada pelas comunidades atingidas e os repertórios de pessoas que observaram o desastre à distância.

Durante a visita, um questionário breve poderia reunir as percepções do público. As perguntas buscariam conhecer quais referências os visitantes possuíam anteriormente, que fotografias chamaram sua atenção, quais aspectos desconheciam e como compreenderam a continuidade do desastre após percorrer a exposição. O instrumento não teria a finalidade de verificar uma interpretação correta das imagens. Seu objetivo seria acompanhar os sentidos produzidos no encontro entre o material exposto e um público distante dos territórios atingidos. A aplicação dos questionários constituiria uma nova etapa da pesquisa, sujeita à definição do público, à elaboração e ao teste do instrumento, aos procedimentos éticos cabíveis e à construção de critérios para a análise qualitativa das respostas. Como essa etapa não foi executada, a dissertação não apresenta dados sobre a recepção das fotografias. O questionário permanece como possibilidade para uma futura investigação sobre a circulação social dessas memórias.

A apresentação em Bauru e a devolutiva às comunidades atingidas correspondem a movimentos relacionados, porém distintos. A exposição universitária ampliaria a circulação pública das narrativas sobre o rompimento. A devolutiva pressupõe o retorno do material às pessoas e aos territórios que tornaram a pesquisa possível. Esse retorno poderá ocorrer por meio de uma versão digital, de um catálogo ou de uma montagem adaptada aos espaços comunitários, conforme as condições de produção e, principalmente, o interesse das pessoas envolvidas.

A devolutiva abre ainda a possibilidade de revisão das legendas, correção de informações, inclusão de outras narrativas e recusa da circulação de determinados registros. Reconhecer essa participação significa compreender que a pesquisadora não detém sozinha os sentidos das imagens produzidas no campo. Essa orientação aproxima a proposição da perspectiva implicada assumida na metodologia e da comunicação comunitária discutida ao longo da dissertação, uma vez que preserva a participação dos sujeitos na construção pública das narrativas relacionadas às suas experiências.

A discussão de Renó (2014) sobre a pesquisa aplicada em Comunicação ajuda a situar o horizonte desta proposição, especialmente pela importância atribuída à experimentação. Entretanto, como a fotorreportagem, a exposição e os questionários ainda não foram executados, não se trata de uma experiência aplicada concluída. O capítulo registra uma possibilidade de continuidade da pesquisa e estabelece os princípios conceituais, curatoriais,

éticos e metodológicos que deverão orientar sua futura realização.

"Ecos do jornal A Sirene" propõe que a memória do rompimento atravesse outros espaços sem se separar das pessoas que a construíram. O arquivo do jornal A Sirene oferece uma narrativa produzida durante uma década pelas comunidades atingidas, enquanto os registros autorais acrescentam o olhar da pesquisadora em sua atuação no periódico e no retorno realizado em 2025. Ao aproximar esses materiais, a exposição poderá mostrar que o desastre não pertence somente ao dia 5 de novembro de 2015. Sua história continuou sendo inscrita nas paisagens, nos objetos, nas casas, nas celebrações e nas lutas de quem permanece vivendo suas consequências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da compreensão de que o rompimento da barragem de Fundão não se encerrou em 5 de novembro de 2015. A passagem da lama inaugurou um processo prolongado de deslocamentos, perdas, adoecimentos, conflitos jurídicos, transformações territoriais e violações que continuaram atravessando a vida das comunidades atingidas durante os dez anos acompanhados por esta dissertação. Compreender essa continuidade exigiu deslocar o olhar das imagens mais conhecidas do desastre, como a barragem rompida, a lama avançando e as casas destruídas, para aquilo que permaneceu depois que a cobertura jornalística nacional perdeu intensidade. Foi nesse tempo prolongado, marcado pela urgência de falar, pela espera e pela permanência dos danos, que o jornal A Sirene se consolidou como espaço de comunicação, documentação e luta.

A questão que orientou a investigação buscou compreender como o jornal A Sirene, enquanto experiência de comunicação comunitária construída com a participação direta dos atingidos, atua na construção e na disputa da memória coletiva sobre o rompimento, reconfigurando narrativas hegemônicas e produzindo sentidos relacionados à articulação política e à luta por direitos. A análise permite concluir que essa atuação ocorre, principalmente, pela possibilidade de as comunidades participarem da definição do que merece ser registrado, de quem deve falar e das formas pelas quais suas experiências serão apresentadas. O jornal cria condições para que os atingidos deixem de ocupar exclusivamente o lugar de fontes convocadas para responder às perguntas de outros e passem a interferir na pauta, na escrita, na fotografia, na edição e na circulação das narrativas construídas sobre suas próprias vidas.

Essa participação não elimina as diferenças existentes entre os sujeitos envolvidos na produção do periódico, nem significa que todas as decisões ocorram sem conflitos ou

mediações. O caráter comunitário do jornal A Sirene não depende de uma ideia idealizada de comunidade homogênea, mas do processo pelo qual pessoas atingidas, jornalistas, fotógrafos, apoiadores e movimentos constroem um espaço de expressão ligado às necessidades, às reivindicações e às experiências dos territórios. A comunicação comunitária aparece, portanto, como prática concreta do direito à comunicação: o direito de produzir narrativas, formular perguntas, registrar, confrontar versões institucionais e participar da definição pública dos sentidos atribuídos ao desastre.

O percurso metodológico foi determinante para alcançar essa compreensão. A abordagem qualitativa, orientada pela análise documental e por uma perspectiva etnográfica, permitiu examinar as fotografias dentro das relações que lhes conferem sentido. Em vez de tratá-las como unidades autônomas, a pesquisa considerou enquadramentos, composições, autorias, legendas, títulos, relatos, disposição nas páginas e contextos históricos de publicação. Essa escolha mostrou que a narrativa visual do jornal A Sirene se constrói na articulação entre imagem e palavra. Em diversas matérias, a fotografia oferece a materialidade do acontecimento, enquanto o texto identifica os sujeitos, recupera a origem dos danos e apresenta os conflitos que não poderiam ser conhecidos apenas pelo que aparece no enquadramento.

A perspectiva etnográfica também possibilitou reconhecer que esta investigação foi produzida a partir de uma relação anterior e duradoura com o objeto. A trajetória da pesquisadora no jornal A Sirene, primeiro como repórter e depois como diretora de fotografia, não foi ocultada sob uma aparência de distanciamento. Essa proximidade foi assumida como parte das condições em que o conhecimento se tornou possível. Ela ofereceu acesso a experiências, pessoas, processos de produção e camadas de sentido que dificilmente seriam alcançados por uma observação externa e pontual. Ao mesmo tempo, exigiu vigilância crítica, responsabilidade ética e disposição para rever lembranças e interpretações construídas durante a própria participação no campo.

A investigação implicada não significou substituir análise por testemunho pessoal. A experiência da pesquisadora funcionou como ponto de aproximação e como questão metodológica, enquanto as interpretações foram construídas a partir do corpus, do retorno ao campo, das entrevistas, da observação e do diálogo com o referencial teórico. Essa posição permitiu reconhecer que pesquisar um objeto atravessado por vínculos afetivos não implica renunciar ao rigor científico. Nesse caso, o rigor esteve relacionado à explicitação do lugar ocupado pela pesquisadora, à delimitação dos procedimentos adotados e ao cuidado para que sua voz não apagasse as pessoas cujas experiências tornaram a investigação possível.

A leitura geral das 106 edições publicadas até março de 2026 permitiu conhecer a trajetória do periódico, enquanto o recorte formado por dez edições possibilitou uma análise das mudanças e permanências observadas entre 2016 e 2025. A divisão em três períodos não pretendeu transformar o pós-rompimento em uma sequência linear, com etapas claramente encerradas. Urgência, espera e permanência coexistem nas páginas e retornam em momentos diferentes. A organização temporal funcionou como instrumento analítico para perceber alterações nas pautas, nos territórios fotografados, nos conflitos apresentados e nas formas de utilização das imagens.

Nas edições de 2016 e 2017, a urgência de contar aparece na necessidade de identificar pessoas, recuperar histórias e registrar aquilo que a lama tentou tornar irreconhecível. Os retratos devolvem nomes e rostos a sujeitos frequentemente reduzidos à categoria genérica de vítimas. Os relatos em primeira pessoa restituem complexidade às experiências. Objetos retirados da lama, fotografias de família, instrumentos musicais, livros e outros pertences preservam vínculos que não cabem nos cálculos institucionais da reparação. As festas religiosas e os encontros comunitários revelam que a perda do território alcançou práticas compartilhadas, relações de vizinhança e formas de orientação da vida cotidiana. Nesse primeiro período, registrar significava enfrentar a destruição e, simultaneamente, reunir referências para que as comunidades continuassem se reconhecendo.

Entre 2018 e 2020, as fotografias acompanham a transformação da urgência inicial em uma espera institucionalizada. O desastre passa a ser visualizado nos canteiros de obras, nos prazos adiados, nas casas trincadas, nos bloqueios, nos documentos levados aos tribunais e nos remendos incorporados à rotina. A ausência de imagens espetaculares não representa uma redução da gravidade do acontecimento. Ao contrário, indica o amadurecimento de uma narrativa capaz de localizar a violência nas demoras, nas repetições e nas soluções provisórias que adquirem duração permanente. O jornal A Sirene constrói, nesse período, um acompanhamento comunitário da reparação, confrontando cerimônias, cronogramas e anúncios de avanço com a experiência de quem continuava sem casa, sem segurança ou sem reconhecimento integral de suas perdas.

A análise das edições desse período mostrou ainda que esperar não constitui uma experiência passiva. Os moradores acompanham obras, produzem fotografias, participam de audiências, elaboram matrizes de danos, organizam manifestações e tornam públicas as consequências que continuavam surgindo. As imagens preservam aquilo que havia sido prometido, aquilo que permanecia incompleto e os novos danos produzidos durante as próprias ações de reparação. A fotografia assume, assim, uma função documental ligada à

cobrança pública. Ao registrar o primeiro tijolo, uma rachadura, um tanque vazio, um relógio ou as mãos de garimpeiros trabalhando em rios atingidos, o jornal produz evidências de que o tempo transcorrido não pode ser confundido com resolução.

Nas edições publicadas entre 2021 e 2025, o desastre aparece como permanência sem que isso signifique imobilidade. Novo Bento deixa de ser somente um terreno ou canteiro e ganha casas e fachadas pintadas, mas a transformação da paisagem não resolve, por si mesma, a reconstrução dos vínculos comunitários. A chave da antiga casa guardada enquanto se espera pela nova, as fotografias fechadas sobre construções aparentemente concluídas e os planos abertos que revelam áreas ainda inacabadas demonstram que a disputa pela reparação também ocorre no campo da visibilidade. O jornal A Sirene interroga as próprias imagens e mostra que uma fotografia pode registrar algo verdadeiro e, ainda assim, produzir uma compreensão parcial quando aquilo que permanece fora do enquadramento é ocultado.

Esse movimento representa um amadurecimento da narrativa visual do periódico. Nos primeiros anos, a fotografia esteve voltada sobretudo ao registro das perdas, dos sujeitos e das referências preservadas. Com o passar do tempo, o jornal passa a discutir de maneira mais evidente os usos políticos das imagens e os sentidos produzidos por sua circulação. Os atingidos aparecem como leitores críticos das representações construídas sobre os reassentamentos, as obras e suas próprias reivindicações. Não disputam somente o direito de aparecer, mas as condições em que serão vistos e interpretados. Essa constatação amplia o significado do direito à comunicação, que envolve acesso aos meios, participação na produção e capacidade de intervir nas representações públicas que afetam o reconhecimento social dos sujeitos.

A edição 87 demonstra que a permanência do desastre assume formas distintas e até contraditórias. Nas casas trincadas de Gesteira, as atividades realizadas em nome da reparação aparecem relacionadas a novos danos e inseguranças. Na celebração de Santo Antônio, em Paracatu, a continuidade se manifesta na reorganização de uma prática que reúne pessoas não mais no seu território. De um lado, permanece aquilo que ainda exige resposta; de outro, permanece o que a comunidade decide refazer coletivamente. Essa aproximação impede que a resistência seja apresentada como uma qualidade abstrata ou como obrigação imposta aos atingidos. Continuar não significa superar integralmente a perda, significa reconstruir práticas, vínculos e formas de presença dentro de condições que não foram escolhidas por essas pessoas.

A edição 103 encerra o recorte ampliando a escala de atuação do jornal A Sirene. Criado a partir das necessidades das comunidades atingidas pelo rompimento de Fundão, o

periódico passa a fazer circular denúncias e experiências de outros territórios afetados pela mineração em Minas Gerais. A presença de Itabira, Antônio Pereira, Brumadinho e de outras localidades demonstra que o conhecimento produzido durante quase uma década de enfrentamento passou a participar de uma rede mais ampla de reconhecimento entre comunidades. A pergunta reigstrada em um cartaz, “Decidir por nós? Sem nós? Nunca”, retoma um conflito presente desde a edição 0: o direito dos atingidos de participar das decisões que interferem em suas casas e seus projetos de vida.

A repetição dessa reivindicação em momentos e lugares distintos constitui um dos resultados mais significativos da análise. Entre a discussão sobre o reassentamento de Bento Rodrigues, em 2016, a defesa da Matriz de Danos, em 2020, e a manifestação diante do Fórum de Itabira, em 2025, persistem estruturas institucionais nas quais decisões são tomadas sem participação efetiva das populações atingidas. O jornal A Sirene registra essa permanência e coloca em relação experiências que poderiam circular separadamente. Desse modo, contribui para transformar problemas apresentados como individuais ou locais em questões coletivas relacionadas ao modelo de mineração, à gestão dos danos e às assimetrias de poder presentes nos processos de reparação.

A fotografia ocupa um lugar central nesse trabalho de articulação, pois as imagens analisadas não funcionam como ilustrações destinadas apenas a comprovar o conteúdo escrito. Elas selecionam acontecimentos, organizam, atribuem visibilidade e participam da produção de interpretações sobre o mundo fotografado. Ao serem colocadas em relação com títulos, legendas e relatos, registram a materialidade de danos que poderiam permanecer restritos à palavra dos moradores e constroem uma narrativa que atravessa diferentes momentos do desastre. O conjunto formado durante dez anos constitui um documento social sobre as transformações dos territórios e sobre as respostas construídas pelas comunidades.

Reconhecer o valor documental dessas fotografias não significa tratá-las como reproduções neutras da realidade. A análise dos enquadramentos mostrou que toda imagem decorre de escolhas relacionadas à posição da câmera, à distância, ao instante e ao que permanece fora do campo visual. Essas escolhas tornam-se especialmente relevantes quando diferentes instituições disputam a aparência da reparação. Uma fachada pintada pode ser apresentada como sinal de conclusão; um plano aberto pode revelar o canteiro que continua ao redor dela. Nenhuma das imagens é necessariamente falsa, mas cada uma organiza uma leitura distinta. Ao explicitar essa diferença, o jornal A Sirene oferece elementos para que os leitores percebam como a realidade pública do desastre também é construída por imagens.

A relação entre comunicação e memória aparece, portanto, em sua dimensão política.

O jornal A Sirene não funciona como um recipiente no qual lembranças prontas são depositadas. Suas páginas participam da reconstrução contínua da experiência, selecionando acontecimentos, recuperando pessoas e lugares, estabelecendo relações entre diferentes momentos e atualizando o passado a partir das necessidades do presente. A memória registrada pelo periódico não se volta exclusivamente para o que foi perdido. Ela sustenta reivindicações, questiona versões oficiais, documenta promessas e oferece referências para que as comunidades interpretem as mudanças vividas.

Essa memória tampouco é consensual ou imóvel. A construção de um arquivo envolve escolhas sobre o que será publicado, retomado ou colocado em circulação. Ao privilegiar as narrativas produzidas com a participação dos atingidos, o jornal intervém em uma disputa na qual empresas, instituições públicas, meios de comunicação e comunidades formulam versões distintas sobre o rompimento e a reparação. Sua importância não decorre da pretensão de oferecer uma narrativa única ou definitiva, mas da criação de um espaço em que experiências historicamente submetidas a silenciamentos podem adquirir continuidade, autoria e reconhecimento público.

Nesse sentido, o processo de midiatização ajuda a compreender que o jornal A Sirene não se encontra fora das disputas sociais que registra. O periódico integra os modos pelos quais as comunidades se organizam, tornam suas demandas visíveis e constroem relações com outros atores. Ao se apropriarem de linguagens e práticas jornalísticas, os atingidos interferem na circulação social dos sentidos atribuídos ao desastre. O jornal transforma a comunicação em parte da própria ação política. Essa atuação não substitui a reparação material, ambiental, econômica ou jurídica. Uma reportagem não devolve um território destruído, uma fotografia não reconstrói uma casa e a preservação de uma lembrança não elimina a violência da perda. A relevância do jornal reside em outro campo, igualmente necessário: impedir que os danos sejam reduzidos ao que pode ser contabilizado, preservar experiências ameaçadas pelo esquecimento e afirmar publicamente que as pessoas atingidas possuem o direito de narrar, interpretar e disputar os rumos da reparação.

O conceito de solastalgia permitiu compreender uma camada dessa experiência que não se limita ao deslocamento físico. A dor provocada pela transformação do território aparece entre aqueles que foram obrigados a sair e entre os que permaneceram em lugares que já não oferecem as mesmas condições de segurança, pertencimento e continuidade. Ela se manifesta na saudade da casa, na perda do quintal, no medo diante das rachaduras, no rio contaminado, na impossibilidade de trabalhar como antes e na estranheza de viver onde tudo parece familiar, embora já não seja o mesmo. As fotografias tornam visíveis alguns suportes

materiais dessa relação, enquanto os relatos recuperam os vínculos, os afetos e os modos de vida que uma paisagem isolada não permitiria conhecer.

Ao contextualizar o rompimento como crime socioambiental relacionado a um modelo extrativista mais amplo, a dissertação procurou ainda romper com interpretações que o apresentam como falha isolada ou fatalidade técnica. Os efeitos encontrados nas páginas do jornal A Sirene estão ligados a relações econômicas, políticas e institucionais que ultrapassam o instante da ruptura. A administração dos danos, os critérios de reconhecimento, os atrasos, as intervenções nos territórios e as dificuldades de participação fazem parte da continuidade do desastre. A análise das narrativas comunitárias permite perceber como essas estruturas alcançam a escala cotidiana, interferindo no direito de morar, trabalhar, celebrar, circular e decidir sobre o próprio futuro.

A principal contribuição desta pesquisa para o campo da Comunicação está na demonstração de que um jornal comunitário pode atuar simultaneamente como meio de informação, prática de participação, arquivo visual e espaço de disputa da memória. A análise temporal das dez edições permitiu acompanhar essa atuação durante quase uma década, evitando restringir a observação ao momento de criação do periódico ou aos primeiros meses posteriores ao rompimento. Essa duração revelou mudanças editoriais, ampliação territorial, amadurecimento da linguagem visual e permanência de conflitos que uma análise concentrada em um único período não permitiria perceber.

O trabalho também contribui para os estudos sobre fotografia ao demonstrar a importância de examinar as imagens dentro das páginas e das relações comunitárias em que foram produzidas. Autoria, legenda, relato, diagramação e contexto não constituem elementos externos ao registro fotográfico; participam de sua capacidade de informar e de produzir sentidos. Nos materiais analisados, a proximidade dos fotógrafos com os territórios frequentemente oferece acesso a gestos, objetos e situações que ganham relevância porque são reconhecidos por quem vive aquela realidade. O olhar implicado não elimina a construção presente em toda fotografia, mas modifica as perguntas, as relações e as responsabilidades que orientam sua produção.

Como toda investigação, esta pesquisa possui limites. O recorte de dez edições não esgota as possibilidades de leitura de um acervo formado por mais de uma centena de exemplares. Outras seleções poderiam revelar temas, sujeitos, territórios e transformações editoriais que não receberam a mesma atenção nesta análise. A pesquisa concentrou-se nas narrativas fotográficas e em sua relação com os textos e a organização das páginas, sem realizar um estudo sistemático da recepção do periódico entre os leitores, de sua circulação

digital ou das negociações internas envolvidas em todas as etapas de produção. Reconhecer esses limites não diminui os resultados alcançados; delimita o campo no qual as conclusões desta dissertação permanecem válidas e indica possibilidades para novas investigações.

A fotorreportagem, a exposição e os questionários apresentados no capítulo 5 também permaneceram no campo da proposição. Por não terem sido executados, não produziram dados empíricos sobre a recepção das imagens em Bauru ou sobre seu retorno às comunidades. A proposta, entretanto, decorre dos resultados da pesquisa e explicita uma direção possível para sua continuidade. Colocar em relação o arquivo do jornal A Sirene e os registros realizados em 2025 pode ampliar a circulação da memória do rompimento, desde que essa circulação preserve os contextos, as autorias e o direito das pessoas fotografadas de participar das decisões sobre o uso de suas imagens. A futura realização permitirá experimentar o dispositivo, observar as interpretações do público e construir, em diálogo com as comunidades, uma devolutiva coerente com a perspectiva implicada nesta dissertação.

A relevância social desta pesquisa está ligada à urgência de acompanhar desastres para além do momento em que se tornam notícia. Dez anos depois, as páginas analisadas mostram que a diminuição da visibilidade pública não corresponde ao encerramento das consequências. Casas podem ser entregues enquanto vínculos continuam em reconstrução; acordos podem ser assinados enquanto danos permanecem em disputa; obras podem avançar enquanto produzem novas inseguranças; territórios podem adquirir outra aparência sem que as perdas deixem de organizar a vida de quem os habitava. Escutar e analisar as narrativas comunitárias permite reconhecer essa duração e questionar os marcos institucionais que pretendem determinar quando um desastre começa ou termina.

Chegar ao final desta pesquisa significa também retornar ao ponto de onde ela partiu. Em 2015, diante da ausência de informações e da circulação de versões desencontradas, a pesquisadora buscava compreender o que havia acontecido. Em 2016, a aproximação com o jornal A Sirene transformou essa busca em participação, trabalho e vínculo. Dez anos depois, retornar aos territórios e às páginas do periódico tornou possível compreender que nenhuma narrativa sobre Fundão pode ser construída de maneira responsável sem considerar as pessoas que continuaram vivendo suas consequências. A pesquisa não apaga a distância existente entre a experiência dos atingidos e o olhar de quem a registra. Ela assume essa distância como responsabilidade de escuta, contextualização e cuidado.

O nome do jornal nasceu da ausência de um alerta que poderia ter dado às comunidades algum tempo para correr, procurar familiares ou salvar parte de seus pertences. A sirene que deveria ter tocado permaneceu em silêncio. O jornal A Sirene transformou essa

ausência em um espaço continuado de enunciação, no qual os atingidos registram o que viveram enquanto interrogam o presente. Suas páginas não encerram o desastre, porque o desastre ainda não encontrou encerramento na vida das comunidades. A conclusão possível desta dissertação, portanto, não é a de que o jornal preserva uma história terminada, mas a de que sua existência torna impossível tratá-la como se já tivesse terminado.

Para não esquecer.

REFERÊNCIAS

A SIRENE. *Jornal A Sirene*. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene. Acesso em: 1 abr. 2025.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 0, fev. 2016a. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 8, nov. 2016b. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 16, jul. 2017a. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed._16_julho_issuu. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 20, nov. 2017b. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 41, set. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 47, mar. 2020a. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_47_-_mar_o_2020__issuu_. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 55, nov. 2020b. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_c3_a7_c3_a3o_2055_20-_20novembro_20de_202020_2. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 68, dez. 2021. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_edicao_68_dezembro_2021. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 87, jul. 2023. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_julho_pdfatualizado. Acesso em: 13 ago. 2026.

A SIRENE. Mariana, MG, ed. 103, abr. 2025. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._103_abril_2025_. Acesso em: 13 ago. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). *Relatório de Segurança de Barragens: RSB 2024–2025*. Brasília, DF: ANA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ana. Acesso em: 3 jan. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Boletim mensal de segurança de barragens de mineração: janeiro de 2026*. Brasília, DF: ANM, 2026. Disponível em:

https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao/boletim-mensal-janeiro-2026.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Descaracterização de barragens a montante*. Brasília, DF: ANM, maio 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao/report_trimestral_maio_2023_descaracterizacao_publicacao_v2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

ALBRECHT, Glenn. Solastalgia: a new concept in health and identity. *PAN: Philosophy Activism Nature*, n. 3, p. 41–55, 2005.

ASKLAND, Hedda Haugen; BUNN, Matthew. Lived experiences of environmental change: solastalgia, power and place. *Emotion, Space and Society*, v. 27, p. 16–22, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.emospa.2018.02.003

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (org.). Mediação & midiatização. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29–52.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. *Relatório de análise de acidente: rompimento da barragem de rejeitos Fundão em Mariana – MG*. Belo Horizonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2016. 138 p. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/acidentes-de-trabalho-informacoes-1/relatorio_analise_acidente_samarco_mariana_2015.pdf

CAIAFA, Janice. Sobre a etnografia e sua relevância para o campo da comunicação. *Questões Transversais*, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 37–46, jul./dez. 2019. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19775. Acesso em: 7 jan. 2026.

CÁRITAS DIOCESANA DE ITABIRA; CÁRITAS DIOCESANA DE GOVERNADOR VALADARES. Caderno de sínteses do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva dos Danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Acordo de Repactuação). Itabira: Cáritas Diocesana de Itabira, 2024. Disponível em: https://ati.caritasitabira.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Acordo-de-Repactuacao.pdf. Acesso em: 14 ago. 2026.

CARNEIRO, Erica Mariosa Moreira. Da água para a lama. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 7 mar. 2018. Especial. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/03/07/da-agua-para-lama/. Acesso em: 20 set. 2025.

CARTIER-BRESSON, Henri. *O imaginário segundo a natureza*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89–105, 2008.

FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedade*. Lisboa: Nova Vega, 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *O desastre*. Projeto Rio Doce. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: https://projetoriodoce.fgv.br/o-desastre. Acesso em: 20 set. 2025.

G1 MINAS GERAIS. Imagens mostram antes e depois de área das barragens em Mariana. *G1*, 12 nov. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/imagens-mostram-antes-e-depois-de-area-das-barragens-em-mariana.html. Acesso em: 20 jul. 2025.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HIGH COURT OF JUSTICE. Technology and Construction Court. *Municipio de Mariana and others v BHP Group (UK) Limited and BHP Group Limited*: judgment and summary. [2025] EWHC 3001 (TCC). London, 14 nov. 2025. Disponível em: https://www.judiciary.uk/judgments/municipio-de-mariana-v-bhp-group-2/. Acesso em: 14 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais*. Brasília, DF: Ibama, nov. 2015. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Nota Técnica nº 001/2016 – PRESID/IBAMA: termo de transação e de ajustamento de conduta relativo ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG: componente programas socioambientais*. Brasília, DF: Ibama, 2016. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/notastecnicas/2016-02-nota_tecnica_001-2016.pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, p. 9–35, jan./abr. 2021. DOI: https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v70p9-35. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/52357. Acesso em: 21 jul. 2026.

MANSUR, Rafaela. Mariana, 10 anos: ninguém foi condenado pela tragédia na Justiça brasileira. *G1 Minas*, Belo Horizonte, 14 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/11/14/caso-barragem-mariana-justica-brasileira.ghtml. Acesso em: 17 jan. 2026.

MARQUES TARABAL, Lucas. A paisagem como testemunho: solastalgia e a elaboração do trauma em espaços alterados pela mineração em Minas Gerais. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 21, n. 1, p. 1–25, 2025. DOI: https://doi.org/10.5016/pem.v21.e4034.

MARTINS, Gizele; PAIVA, Raquel. Favela da Maré: a comunicação comunitária como geradora de mudança social. *Rua*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 97–109, jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/rua.v29i1.8673223. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8673223. Acesso em: 4 nov. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG). Relatório do MPMG constata que barragem de Fundão não teria rompido com drenagem adequada. *Portal de Notícias do MPMG*, Belo Horizonte, 24 jun. 2016b. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/relatorio-do-mpmg-constata-que-barragem-de-fundao-nao-teria-rompido-com-drenagem-adequada.shtml. Acesso em: 27 jul. 2026.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

ORDUZ ROJAS, Claudia Marcela; PEREIRA, Doralice Barros. O rompimento da barragem de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 32, n. 1, p. 19–34, 2023. DOI: https://doi.org/10.15446/rcdg.v32n1.94479.

PAIVA, Raquel. A comunicação como projeto social. *LECC-UFRJ*, Rio de Janeiro, 1 dez. 2009. Disponível em: https://leccufrj.wordpress.com/2009/12/01/a-comunicacao-como-projeto-social-serie-artigos-de-raquel-paiva/. Acesso em: 12 out. 2025.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131–146, jun. 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação comunitária no Brasil: experiências populares, direito à comunicação e políticas públicas. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 138–158, jan./abr. 2013. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporanea/article/view/8057. Acesso em: 1 fev. 2025.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. Vitória: Edufes, 2024. (Coleção Pesquisa Ufes, v. 58). Disponível em: https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/3400f8b7-1354-421b-b1da-8e75a459b740/content. Acesso em: 7 jan. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: https://abpanet.org/wp-content/uploads/tainacan-items/922/3560/1989_michael_pollak_memoria_esquecimento_silencio_ptbr.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

RENÓ, Denis Porto. Pesquisa aplicada em comunicação: uma tendência necessária. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p. 7–30, jul./dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v36n1p7-30. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/03ac3dfd-b649-4837-8f9a-bb9f41a09510/content. Acesso em: 14 ago. 2026.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Relatório da Administração e demonstrações financeiras 2025*. Belo Horizonte: Samarco, 2026. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2026/03/samarco-rad-e-dfs-2025.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

SOARES, Lindolfo. Barragem de rejeitos. In: LUZ, Adão Benvindo da; SAMPAIO, João Alves; FRANÇA, Silvia Cristina Alves (ed.). *Tratamento de minérios*. 5. ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010. cap. 19, p. 831–896.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto: [s.n.], 2002. Disponível em: https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf. Acesso em: 17 jul. 2026.

URIBE-SIERRA, Sergio Elías; TOSCANA-APARICIO, Alejandra; ANSILLA-QUIÑONES, Pablo. Solastalgia y despoblamiento rural en contextos de desplazamiento forzado por inería a cielo abierto. *Estudios Demográficos y Urbanos*, Ciudad de México, v. 39, n. 2, e2184, 2024. DOI: https://doi.org/10.24201/edu.v39i2.2184